ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA

Para a História da Oposição ao Estado Novo

A Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos e o Boletim Eleições Livres no distrito de Braga (1949)

BRAGA
2001/02

Para a História da Oposição ao Estado Novo

A Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos e o Boletim Eleições Livres no distrito de Braga (1949) *

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA **

Mesmo na noite mais triste,
noite de servidão
há sempre alguém que resiste,
há sempre alguém que diz não!

(*Trova ao Vento que passa*, letra de ***Manuel Alegre*** e música de ***Adriano Correia de Oliveira***)

1. UMA OPOSIÇÃO "INDOMDA E INDOMÁVEL" [1], HETEROGÉNEA E IMPOTENTE...

O previsível e desejável incremento da historiografia sobre o Portugal do "Tempo Presente" [2], o sistema político-ideológico do Estado Novo, a sua reprodução cultural, concretamente no seio da Universidade de Coimbra, o *corpus* doutrinário e propagandístico do seu líder, António de Oliveira Salazar, e a

* Uma primeira versão, mais extensa, deste estudo foi concebida e será publicada nas Actas das Jornadas de História Local realizadas e editadas pela Câmara Municipal de Fafe e para aí se remete o leitor da presente versão a fim de que possa ficar com uma visão mais completa do tema.

** Professor Auxiliar da Universidade do Porto e membro do Ceis 20 (Centro de Estudos Interdisciplinares sobre o século XX da Universidade de Coimbra).

[1] Ver *Uma oposição indomada e indomável. Campanha eleitoral do general Norton de Matos 1948/49. Catálogo.* Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência/Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

[2] Em 1978 era fundado em Paris, por decisão conjunta do Primeiro Ministro e do C.N.R.S., o *Institut d'Histoire du Temps Pésent*, com o objectivo de herdar e prosseguir o trabalho do *Comité d'Histoire de la 2ième Guerre Mondiale* e de contribuir para o desenvolvimento de estudos sobre a história mais recente da França e de outros países. À periodização clássica em quatro Idades — Pré-Histórica, Média, Moderna e Contemporânea —, era, então, contraposta uma réplica institucional, justificada pelo prolongamento indefinido e sincrético do período contemporâneo, inaugurado pela Revolução Francesa (1789). Segundo esta perspectiva, a conjuntura de Entre Guerras (1918-1939) e a eclosão da II Guerra Mundial marcam um novo ciclo histórico, europeu e universal, que alguns filósofos e sociólogos tendem a integrar na chamada pós-modernidade.

postura e discurso(s) da Oposição republicana e democrática ao Salazarismo, identificada com os velhos corifeus do regime derrubado em 28 de Maio de 1926, nomeadamente o prestigiado general Norton de Matos [3], está em curso de forma cada vez menos titubeante e insegura e cada vez mais sustentada pela produção de análises monográficas de fôlego e de âmbito diversos, sem as quais é difícil, para não dizermos impossível, avançar com sínteses consistentes e explicativas.

Centrando a atenção apenas no segmento oposicionista da vasta temática citada, pretendemos revelar aqui alguns elementos desconhecidos sobre a candidatura do general José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867--1955) com particular incidência na acção propagandística da Comissão Distrital de Braga, presidida pelo combativo e resistente republicano e democrata, major Miguel Augusto Alves Ferreira (1878-1961) [4], abrindo, assim, caminho a posteriores pesquisas mais aprofundadas sobre as eleições presidenciais de 1949 [5]. Sugere-se, por isso, que este estudo seja encarado apenas como um primeiro e limitado contributo para o conhecimento histórico mais amplo e rigoroso do assunto em foco, embora não possa também deixar de ser mais um passo dado para a contextualização e a compreensão histórico-biográfica global, a "corpo inteiro", do referido general, figura amplamente prestigiada nas hostes oposicionistas e tratada com algum cuidado e deferência pelo próprio Estado Novo [6].

---

[3] Para uma visão propedêutica e global em termos bio-bibliográficos ver *Norton de Matos (1867-1955) no 25.º aniversário da sua morte. Catálogo da exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa organizada pelo Grémio Lusitano.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 1980; e *Uma oposição indomada e indomável.*, ob. cit. Ver sobretudo NORTON, José — Norton de Matos: *biografia: fronteiras do tempo.* Lisboa. Bertrand Editora, 2002.

[4] Ver o estudo biográfico de COIMBRA, Artur Ferreira — *Major Miguel Ferreira. Uma lição de liberdade.* Fafe: Câmara Municipal, 1995. E chama-se a atenção para dois aspectos circunstancias com algum interesse sócio-político: o padrinho de baptismo do referido major foi o Dr. Miguel Pinto Martins (1828-1901), causídico famoso natural do Porto e residente em Amarante, tio materno da mulher do "Presidente-Rei" Sidónio Pais (1872-1918) e líder do Partido Progressista em Amarante e Marco de Canaveses; e duas sobrinhas do major Miguel Ferreira casaram com dois destacados oposicionistas — o médico José Arnaldo Veiga Pires e o coronel Helder Armando dos Santos Ribeiro (1883-1973). Sobre este ver respectivo verbete in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de — *Dicionário de história da Estado Novo.*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 843; e ainda *Coronel Helder Ribeiro. Correspondência recebida (1902-1931) e notas autobiográficas. Coordenação e estudo introdutório de Francisco Ribeiro da Silva.* Porto: Universidade Portucalense/Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997.

[5] No âmbito de um projecto editorial e de pesquisa *O General Norton de Matos e o seu Tempo, 1867-1955*, inscrito no plano de actividades científicas do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Ceis 20) da Universidade de Coimbra, está prevista a elaboração e a publicação de um estudo intitulado *As Eleições Presidenciais de 1949. História de uma candidatura.*

[6] Humilhado e neutralizado após o golpe de 28 de Maio de 1926 e na década de trinta, de acordo com a estratégia hegemónica de afirmação da ditadura militar e do salazarismo, Norton de Matos tornou-se na década seguinte uma personagem respeitada pela sua idade e pelo seu longo *curriculum* de serviços patrióticos, sendo-lhe, por exemplo, concedida, a seu pedido, uma

Mas se é um facto mais ou menos consensual a importância e prestígio agregadores de certas figuras, como a de Norton de Matos, no seio do movimento republicano oposicionista, também vai-se tornando óbvia a constatação de que o "reviralhismo" irrompeu e foi atravessado por uma funda diversidade e heterogeneidade internas. Com efeito, se seguirmos a definição desse fenómeno político-militar adoptada por Luís Farinha, ou seja, que o reviralhismo constituiu *a mudança que visava instaurar o constitucionalismo democrático e as liberdades fundamentais* [7] após a eclosão do 28 de Maio, temos logo de reconhecer que nele, como o mesmo autor reconhece, desaguaram *todas as águas da oposição republicana democrática e liberal* — formado, de início, em torno da esquerda republicana e dos militares radicais, integrou de seguida a intelectualidade seareira, mais tarde segmentos moderados do democratismo e do liberalismo conservador e, por último, o incipiente Partido Comunista Português [8] e a ainda poderosa Confederação Geral dos Trabalhadores de orientação anarco-sindicalista. Erguida, pois, sobre esta mescla de tendências, a estratégia reviralhista, enquanto durou — e ela ainda conseguiu durar mais de uma dezena de anos [9] —, tornou-se a meta inevitável de uma oposição republicana e democrática que, segundo Fernando Rosas, apresenta dois tipos

---

pensão mensal devida a generais reformados condecorados com a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (cf. Portaria do Ministério do Exército. *Diário do Governo*, Lisboa, 2.ª série, 266, 1 de Setembro de 1952).

[7] Cf. FARINHA, Luís — *O Reviralho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 16.

[8] Ver para o período em apreço PEREIRA, José Pacheco — *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. "Daniel", o jovem revolucionário (1912-1941). Volume 1*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, p. 395 e ss.

[9] Luís FARINHA interrogou-se e ensaiou uma explicação exploratória para o sucedido: *Se as alianças à esquerda não fortaleceram o reviralho, igualmente pouco fecundos se mostraram os entendimentos tentados à sua direita, quer com os nacionais-sindicalistas "rolões", quer com sectores descontentes do designado "Penetralho". A "aliança de todos contra Salazar", onde cabiam elementos tão díspares e contraditórios é, para além do mais, sintomática do estado de desagregação a que haviam chegado cada um dos campos oposicionistas. Na verdade, se o Estado Novo tivesse soçobrado em 1934/35 ou em 1938, dificilmente se consegue imaginar o que poderia nessa altura ter surgido em sua substituição, senão um regime declaradamente fascista. Como dificilmente reconheciam alguns Reviralhistas, a partir de 1933, era imperioso admitir a supremacia político-militar do Estado Novo, apoiado pela esmagadora maioria da elite militar e pelas classes médias que anteriormente tinham sido os sustentáculos da I República. Contudo esse é, sem dúvida, o quadro interpretativo que melhor convém para explicar a crise do liberalismo e do regime democrático entre as duas guerras e, bem assim, a desagregação do forte movimento que se lhe opôs em sucessivas tentativas revolucionárias. Contida entre determinados limites impostos pela impossibilidade da revolução política e optando, não raras vezes, por uma estratégia moderada e eleitoralista, a oposição republicana serviu, nalguns casos, de forma indirecta, os desígnios do ditador. No entanto, mesmo nestas circunstâncias, convém relembrar que quando decidiam participar no processo eleitoral promovido pela Ditadura, os Reviralhistas o faziam com a intenção de forçar a legalidade e de criar condições para promover a Revolução democrática* (Cf. Idem — *O Reviralho*, ob. cit., p. 296-297).

distintos de *performance* política: começou por pretender a restauração da I República, corrigida, porém, dos vícios e erros anteriores, passando nos finais da década de quarenta a definir-se como atlantista, pró-americana e defensora da NATO, anticomunista tanto interna como externamente e adepta de um processo de transição pacifica do Estado Novo para a democracia; e após o começo da guerra colonial, em 1961, *a maioria do republicanismo tradicional, aferrado à ideologia colonial da I República, recusa-se a aceitar o princípio da autodeterminação e o direito à independência dos povos das colónias, defendido, mais ou menos explicitamente, pelos sectores da esquerda oposicionista, preferindo a apologia da política colonial republicana ou, nalguns casos, prestando mesmo apoio ao regime no seu esforço de guerra colonial* [10].

Vejamos, aliás, em traços meramente indicativos, a metamorfose organizacional que essa oposição sofreu desde a fase de incubação do salazarismo até ao eclodir da Guerra Fria (1945-1989) [11].

Antes ainda da promulgação da Constituição de 1933 foi mantida a existência legal dos velhos partidos da *nova República velha* (1919-1926). Surgiu em 1927 o Grémio dos Combatentes da República [12] e em 1931 constitui-se legalmente a Acção Republicano-Socialista (ARS), congregando personalidades do velho Partido Republicano Português-Partido Democrático (PRP-PD), do Partido Socialista e de outras formações partidárias, com o propósito claro de concorrer às eleições municipais realizadas nesse ano [13]. Em 1932 surgiu o efémero grupo da Renovação Democrática, animado por jovens republicanos, como Pedro Veiga, Álvaro Ribeiro, Delfim Santos, Lobo Vilela, Mário de Castro e Nuno Rodrigues dos Santos, alguns deles com vocação filosófica e que desenvolverão, nas margens do regime estado-novista, a corrente eclética da *filosofia portuguesa* [14].

---

[10] Cf. ROSAS, Fernando — Oposição republicana. In *Dicionário de história do Estado Novo, volume II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 695-696.

[11] Ver MOURRE, Michel — *Dicionário de história universal, vol. 2*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 601-604.

[12] Conhecemos o *Manifesto á nação Portuguesa*, visado pela Comissão de Censura, impresso numa folha de cartaz, frente e verso, em Lisboa, 5 de Outubro de 1927.

[13] No Arquivo e Biblioteca do General Norton de Matos encontramos uma versão dactiloscrita a químico do *Manifesto ao País* apresentado ao público no momento da sua constituição legal. Tem data de 22 de Junho de 1931 e compunham o Directório os seguintes nomes: Adriano António Crispiniano da Fonseca; Amílcar Ramada Curto; António de Almeida Arez; Carlos Bello de Moraes; José Francisco de Azevedo e Silva; José Mendes Cabeçadas Junior; J. M. R. Norton de Matos; Mario d'Azevedo Gomes; Mário de Castro; Maurício Costa; e Tito de Morais. A sede provisória era no Centro 10 de Janeiro, Rua do Mundo, 17-2.º, Lisboa.

[14] Ver uma síntese parcelar, mas recente em *História do pensamento filosófico português. Vol. 5, tomo 1 — O Século XX. Dir. Pedro Calafate.* Lisboa: Editorial Caminho, 2000, p. 167-259; e também GOMES, Pinharanda — *Dicionário de filosofia portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987, p. 101-109.

Frustradas as expectativas golpistas e revolucionárias da estratégia reviralhista, a oposição republicana começou a sofrer, sobretudo após 1935, os efeitos desmobilizadores do exílio (em França e no Brasil). No entanto, a resistência à ameaça fascista, secundada no terreno pela rede sócio-política [15] polarizada sobretudo em torno do PRP-PD prosseguiu através da génese de pequenos grupos como o AAA (grupo Antifascista, Antimilitarista e Anticlerical, liderado por Basílio Lopes Pereira e de feição republicano-maçónica). Efémera foi também a União dos Combatentes Republicanos-Aliança Liberal. Com o regresso ao país, em 1940, de certos vultos oposicionistas, como Bernardino Machado (neutralizado pela polícia e com residência fixa na sua terra natal) e Jaime Cortesão (pouco depois preso e expulso para o Brasil), e a adesão patriótica de outras figuras à missão nacional do Governo face ao rumo incerto e grave da Segunda Guerra Mundial, a postura, pelo menos, de uma parte significativa do republicanismo oposicionista evidenciou a adopção, articulada de forma cúmplice com as autoridades britânicas, de uma trégua política desde que Portugal se comprometesse a respeitar os seus tradicionais deveres com a Grã-Bretanha, velha aliada.

Sucedeu, porém, que a ambiguidade da política externa salazarista [16] não inspirava confiança e daí a integração de diversas personalidades civis e militares ligadas aos antigos partidos e à Maçonaria no Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), criado por iniciativa do PCP e que chegou a ser presidido pelo general Norton de Matos. Esse movimento, através da sua comissão militar e a partir de 1943, acolheu a reactivação do golpismo de tradição reviralhista, contrária à "tese" do "levantamento nacional" leninista e soviético preconizada pelos comunistas. Tal orientação levará os democratas oposicionistas a oscilarem entre o "putschismo" (ilustrado pelas acções militares palacianas de Janeiro-Fevereiro e de Agosto de 1945, da "saída em falso" da *Mealhada* em Outubro de 1946 e o 10 de Abril de 1947) e a participação eleitoral, de novo usada pelo Governo salazarista como manobra de abertura para consumo externo e legitimação face às consequências internas e externas do pós-guerra. A "via ordeira" de contestação ao regime gerou a União Democratista (*Ud*, cujo Directório Nacional Provisório divulgou o respectivo *Fundamento* em 5 de Outubro de 1943) e o Movimento de Unidade Democrá-

---

[15] Sobre esta noção operatória ver SILVA, Armando B. Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito. Dissertação de doutoramento em História Contemporânea de Portugal*; vol. 1. Braga: Universidade do Minho, 1997, p. 120; e Idem; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922. Elementos para o estudo das raízes familiares de António de Souza Cardoso*. Amarante: Câmara Municipal, 2000, p. 18-20.

[16] À guisa de breve introdução ao tema ver TELO, António José — *Portugal na segunda guerra (1941-1945)*, 2 vols. Lisboa: Vega, 1991; e CARRILHO, Maria et al. — *Portugal na segunda guerra mundial. Contributos para uma reavaliação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

tica [17] (no seio do qual se formou, também, o M.U.D. Juvenil [18]) que disputou as eleições legislativas de Outubro de 1945 em condições adversas, tendo repetido, apesar de tudo, a aposta eleitoral em face das presidenciais de Fevereiro de 1949.

Mas se, por um lado, as metas eleitorais traçadas contribuíam para unir as díspares hostes oposicionistas numa frente única e com élan suficientemente mobilizador, por outro, as circunstâncias internacionais derivadas do clima de tensão entre os dois blocos emergentes — americano/capitalista e soviético — afectaram o relacionamento dos oposicionistas portugueses, agravando-se, desde 1946, as *divergências de concepção táctica com a esquerda oposicionista, polarizada pelo PCP, acerca da forma de combater o regime, presentes desde o início do MUNAF e acentuadas durante as eleições de 1945* [19]. Diante das eleições marcadas para 13 de Fevereiro de 1949 a discórdia interna complicou-se por causa da ida ou não às urnas: para o candidato oposicionista, seus correligionários ideológicos e apoiantes mais ou menos incondicionais [20] tratava-se de um dever de consciência assumido

---

[17] O Movimento de Unidade Democrática realizou, em 30 de Novembro de 1946, no salão de *A Voz do Operário* uma importante sessão de propaganda, tendo estado presentes membros das respectivas Junta Consultiva e da Comissão Central. Composição da Junta: Presidente, Norton de Matos, general; Vice-Presidente, António Sérgio, escritor; Secretário, Ferreira de Macedo, professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa; Vogais, Alexandre Vieira, gráfico; Câmara Reys, professor e escritor; Carlos Olavo, advogado e escritor; Emílio Costa, professor e publicista; Fernando Fonseca, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa; João de Barros, professor e escritor; José de Magalhães, médico e publicista; Mário de Castro, advogado e publicista; Rocha Martins, escritor; e Tito de Moraes, almirante. A Comissão Central compunha-se de Presidente, Prof. Mário de Azevedo Gomes; Vice-Presidente, prof. Bento de Jesus Caraça; Secretário Mário Soares, estudante; Vogais, Maria Isabel de Aboim Inglez, professora; Alberto Dias, operário de construção civil; António Lobo Vilela, professor e publicista; Demétrio Duarte, contabilista; Fernando Mayer Garção, advogado; Helder Ribeiro, coronel; Luciano Serrão de Moura, médico; Manuel Mendes; e Manuel Tito de Moraes, engenheiro. Ver opúsculo *A Sessão de 30 de Novembro de 1946 do Movimento de Unidade Democrática*. Lisboa: Edição da Comissão Central do M.U.D., 1946, e também a separata de artigo publicado no jornal brasileiro *Correio da Manhã* de 3 de Agosto de 1946: *A Verdade sobre o Fascismo em Portugal*. Sl.: sn., [1946].

[18] Em Outubro de 1948 a Comissão Central desse movimento distribuiu um comunicado de apoio à Candidatura intitulado *Unidade da Juventude Progressita e Democratica em Defesa do MUD Juvenil em defesa da Candidatura do general Norton de Matos*

[19] Cf. ROSAS, Fernando — Oposição republicana. In *Dicionário de história do Estado Novo,* ob. cit., p. 696.

[20] É preciso ter em conta o amplo e heterogéneo leque de forças político-ideológicas, a saber: republicanos e liberais independentes; católicos democráticos; monárquicos progressistas; confederação geral do trabalho; conselho nacional das mulheres portuguesas; seara nova; maçonaria portuguesa; partido comunista português; união socialista; partido socialista português (secção portuguesa da internacional operária); juventude do movimento de unidade democrática; movimento de unidade nacional antifascista; e partido republicano português (cf. Organigrama das forças políticas apoiantes da candidatura de Norton de Matos. in *Uma Oposição indomada e indomável*, ob. cit., p. 24).

perante a massa considerável de simpatizantes, enquanto para os comunistas e seus aliados a campanha devia servir a táctica insurrecional. Refira-se, aliás, que o Estado Novo soube tirar partido desse crescente mal-estar, quer denunciando a alegada presença "antipatriótica" dos comunistas na candidatura presidencial de Norton de Matos, quer obrigando este a sair a terreiro com declarações públicas de patriotismo e de defesa dos velhos princípios democráticos e liberais.

Como se já não bastasse esse clima desestabilizador, o previsto acto eleitoral esteve, desde o início, armadilhado pela fraude e pela falta de condições justas e igualitárias; esteve, enfim, viciado de raiz[21]... Presa, assim, a um jogo ganho à partida pelo candidato do regime, a oposição, por muito "indomada e indomável" que quisesse ser, acabou vencida pelo divisionismo e pela impotência.

2. UMA CAMPANHA AMORDAÇADA...

2.1 "Auto-Retrato" de um líder

Em vez de inserirmos aqui o desenvolvido perfil biográfico que pode ser lido em outro trabalho[22], parece-nos mais apropriado "dar voz" ao próprio General Norton de Matos e deixá-lo apresentar-se publicamente através das

---

[21] Logo na *Abertura* do primeiro livro de propaganda da candidatura o general afirma peremptoriamente: *Este livro não teria necessidade de ser publicado, gastando-se nele tempo, cousa inestimável em qualquer candidatura política que apenas seja apoiada pela liberdade dos eleitores e na opinião pública ("elemento fundamental da política do País", como diz a Constituição vigente), se o Candidato da Oposição ao actual regime, seu autor, não fosse obrigado a um silêncio quase absoluto, imposto pela Censura à Imprensa, não podendo usar, para dar conhecimento ao público da menor parcela da natureza da sua Candidatura, dos seus objectivos e fins e do aspecto ordeiro e legal ainda que da maior intensidade e da mais absoluta intransigência que deseja dar à sua propaganda, dos jornais portugueses, publicando neles artigos, notícias e representações da sua lavra ou devidos às penas ilustres de colaboradores seus. E maior motivo seria do desaparecimento da necessidade da publicação deste livro, o não levantarem os regulamentos portugueses obstáculos, quase insuperáveis, à publicação de um novo jornal. Com um jornal que fosse órgão da Candidatura de Oposição, tudo o que neste livro se encontra e muito mais seria dito e redito em números sucessivos* (Cf. MATOS, General Norton de — *Os Dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República.* Lisboa: Edição do Autor, 1948, p. 9-10). Ver também vários documentos da Candidatura, nomeadamente cartas ao Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar, com veementes protestos contra a apreensão de publicações pela Polícia Política ou pela vigilância policial intimidatória em reuniões fe propaganda oposicionista, no volume MATOS, General Norton de — *Mais quatro meses da minha candiatura à Presidência da República.* Porto: Edição do Autor, 1949.

[22] Ver a reedição pela Imprensa da Universidade de Coimbra da obra *Memórias e Trabalhos da Minha Vida* (no prelo).

Notas Biográficas que figuram no início do livro *Os Dois Primeiros Meses da Minha Candidatura à Presidência da República*:

> José Mendes Ribeiro Norton de Mattos. General reformado. Nasceu em Ponte do Lima, em 28 de Março de 1867.
>
> *Habilitações literárias:*
>
> Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra; Curso do antigo Corpo do Estado Maior da Escola do Exército; Professor de Geodésia e Topografia do Instituto Superior Técnico.
>
> *Obras e trabalhos principais publicados:*
>
> "Os Serviços de Agrimensura e Cadastro na Índia Portuguesa e a triangulação deste território", 1 volume; "A Província de Angola", 1 volume; "Memórias", 4 volumes; Várias conferências e artigos em jornais e revistas. Vária legislação militar e colonial da sua redacção.
>
> *Serviços principais executados:*
>
> Organização e direcção dos Serviços de Agrimensura e Cadastro da Índia Portuguesa; Direcção das Obras Públicas da Índia Portuguesa; Missão diplomática à China, sobre Macau; Governador Geral de Angola (1912-1915); Ministro da Guerra durante a 1.ª Grande Guerra (1915--1917); Alto Comissário da República em Angola (1921-1923); Embaixador de Portugal em Londres (1923-1926). Foi ministro das Colónias, cargo donde transitou para ministro da Guerra. Deputado em várias legislaturas como membro do Partido Republicano Português.
>
> *Participação no desenvolvimento dos territórios portugueses do Ultramar:*
>
> Grande parte da sua vida (perto de 20 anos) passou-a em serviços no Ultramar.
>
> *Condecorações portuguesas*:
>
> Gran-Cruz das Ordens de Torre e Espada, de S. Tiago e de Aviz; Comendador da Ordem de Cristo; várias medalhas.
>
> *Condecorações estrangeiras:*
>
> Gran-Cruz da Ordem de S. Miguel e S. Jorge (inglesa); Gran-Cruz da Ordem da Coroa da Bélgica; Grande-Oficial da Legião de Honra [23].

Um abreviado *curriculum vitae* que surge repetido no volume *Mais Quatro Meses da Minha Candidatura,* editado em 1949 [24] e que viria a ser substancialmente enriquecido para as badanas da sobrecapa de papel da edição encadernada de *África Nossa*, em 1953 [25]. Encimados pelo retrato a meio corpo em traje oficial (reproduzido, aliás, em cartazes da sua candidatura

---

[23] Cf. MATOS, General Norton de — *Os Dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, ob. cit., p. 7-8.

[24] Cf. Idem — *Mais quatro meses da minha candiatura à Presidência da República*, ob. cit., p. 5-6.

[25] Cf. Idem — *África nossa. O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*. Porto: Edições Marânus, 1953 (nas "orelhas" da sobrecapa).

à Presidência da República [26] os *Dados Biográficos* cerzidos constam do seguinte:

> Nasceu em Ponte do Lima, em 23 de Março de 1867.
>
> Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra em 1888. Esse bacharelato incluía as cadeiras de Física, Química, Botânica, Geologia e Mineralogia da Faculdade de Filosofia, e a de Economia Política da Faculdade de Direiro.
>
> Conclui o curso de oficial do antigo Corpo do Estado Maior, na Escola do Exército, em 1890.
>
> Seguiu para a Índia em 1808, e nesse território português serviu 10 anos, sem vir à Metrópole.
>
> Nomeado Director da Repartição de Agrimensura do Estado da Índia, lugar que aumulava com os Serviços de Geodesia e Cadastro, que faziam parte daquela repartição.
>
> Na Índia executou a triangulação secundária do território, e deixou quase completo o cadastro predial, rural e urbano. Exerceu com acumulação de serviços, muitas comissões, como a de administrador das Matas, director das Obras Públicas, membro do Conselho do Governo, delimitações de territórios, etc., etc.
>
> Foi encarregado de várias missões à Índia Inglesa, sendo a maioria delas de estudo da organização do cadastro, do ensino técnico e de outros serviços da administração inglesa.
>
> Voltando a Portugal seguiu para o Oriente, a fim de secretariar a missão diplomática presidida pelo general Joaquim Machado, tendo por fim a resolução de assuntos diplomáticos com a China. Rgressou a Portugal em meados de 1910 e passou a fazer serviço no Corpo do Estado Maior. Foi colocado na Divisão Militar com sede em Viseu, onde se demorou pouco tempo, por ter sido mandado exercer, em serviço de confiança, pelo general Correia Barreto, então Ministro da Guerra, o lugar de Chefe do Estado Maior em Coimbra. Nessa altura foi nomeado professor de Geodesia e Topografia no Instituto Superior Técnico, mediante concurso.
>
> Em 1912 foi nomeado Governador Geral de Angola. A sua administração revela-se imediatamente por um alto sentido de reforma. A Província civiliza-se, coloniza-se, anima-se e progride auspiciosamente. Publicou, durante o seu governo — 1912-1915 — a importante circular de 17 de Abril de 1913, diploma de regras e princípios clássicos de política colonial.
>
> Angola conta-o, entre os seus governadores, como um dos que mais propugnaram, com acrisolado fervor, pelo seu engrandecimento.
>
> Em 1915 entra no governo da Nação, primeiro como Ministro das Colónias e depois como da Guerra. É nesta emergência que aparece o organizador do Exército Português e surge o *milagre de Tancos*. Em África e na França, tomamos parte na Grande Guerra com uma representação superior a cento e trinta mil combatentes.

---

[26] Ver *Uma oposição indomada e indomável.*, ob. cit., capa, p. 20-21.

Terminada a guerra, foi nomeado para fazer parte da Delegação Portuguesa, na Conferência de Paz.

Em 1920 foi nomeado Alto Comissário da República em Angola, tomando posse desse cargo no dia 16 de Abril de 1921.

Foi um governo de grandes realizações, sob todos os aspectos.

Em 1923 e por iniciativa do Alto Comissário da República realizou-se em Angola o Primeiro Congresso de Medicina Tropical, onde se reuniram sumidades médicas de todos os países.

Em 30 de Junho de 1924, e a seu pedido, deixou de exercer as funções de Alto Comissário da República em Angola.

Em 1924 foi nomeado Embaixador de Portugal em Londres, lugar que desempenhou até 1926.

Em 1949, solicitado pelos seus amigos e aplaudido por grande parte do Povo Português, apresentou a sua Candidatura à Presidência da República.

Pelos serviços prestados à Nação Portuguesa, foram-lhe atribuídas: — A Gran-Cruz da Torre e Espada; a Gran-Cruz de Santiago; a Gran-Cruz de Aviz e a Comenda da Ordem de Cristo. Nações estrangeiras distinguiram-no também tendo-o agraciado com as seguintes condecorações: a Gran-Cruz da Ordem Britânica de S. Miguel e S. Jorge; a Gran-Cruz da Coroa da Bélgica e Gran-Oficialato da Legião de Honra.

Este texto saiu publicado incompleto por manifesta falta de espaço. De fora ficou a relação abreviada das obras e legislação mais significativas [27], algumas das quais foram incluídas nas *Notas Biográficas* do candidato a Presidente. E apesar de diferentes quanto à extensão os dois textos exibem um "auto-retrato" intencional em que saobressaiem os principais traços de uma trajectória longa e diversificada: a componente militar, a especialização técnico-científica na área da Geodesia e Topografia, a ligação profissional, afectiva e ideológica ao Ultramar forjada na Índia e em Macau e consolidada em Angola ou, dito de forma mais sintética, a vincada e assumida componente colonia-

---

[27] A saber: na Índia - 1900 a 1908 - *O Manual do Agrimensor, 2 volumes; A triangulação do território de Goa; A descrição Geológica de Goa. Questão de Ambaca - Um opúsculo - 1912. A Missão Colonizadora de Portugal em África - Conferência - 1923. Discursos - 1923 e anos seguintes. A Província de Angola - 1 volume - 1926. La formation de la Nation Portugaise envisagée au point de vue colonial - Conferência realizada em Aveiro - 1930. A acção civilizadora do exército português no Ultramar - Conferência realizada na Exposição Colonial do Porto - 1934. Fotogrometria - Conferência realizada na Associação dos Engenheiros Civis - 1937. Regimento que El-Rei D. Manuel deu a Simão da Silva quando o mandou a Manicongo - 1938. Duas cartas célebres - 1947. Ensaio sobre o livro "Angola" de Paiva Couceiro - 1948. África Nossa - 1 volume - 1953. A Nação Una - 1 volume - 1953.* Legislação: Como Governador Geral de Angola: *1 volume com as principais medidas legislativas, com a circular de 17 de Abril de 1913 e discursos na Junta Geral da Província - 1914.* Como Alto Comissário da República em Angola: *3 volumes sob o título "Província de Angola. Providências Legislativas tomadas pelo General Norton de Matos, em 1921, 1922 e 1923.*

lista[28], a adesão à República, aos valores democráticos, humanitários e maçónicos, o perfil de estadista como Ministro da Guerra e responsável pela entrada de Portugal na Grande Guerra ao lado da Inglaterra, Alto Comissário em Angola e diplomata em Londres, o "escritor público" e o republicano e democrata patriota firme na Oposição ao Estado Novo. Era, pois, desta forma que Norton de Matos gostava de se apresentar e esperava que o vissem e respeitassem. Os seus amigos e adeptos conservaram e reproduziram esta imagem acrisolada, ao contrário dos seus adversários que não lhe pouparam críticas em dois pontos particularmente queridos e sensíveis: o "milagre de Tancos" ou a organização em tempo *record* do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) e a acção governativa em Angola, sobretudo como Alto Comissário[29].

Entre a hagiografia e a detracção descortina-se a via difícil e espinhosa da reconstituição histórica equilibrada e incessante que se abre obrigatoriamente aos historiadores e aos cientistas sociais.

2.2 A Candidatura oposicionista: organização, apoios e ideias

No contexto particularmente difícil e delicado para o Estado Novo, dada a retumbante vitória dos Aliados e das ideias democráticas e socialistas sobre as forças nazis e fascistas (Alemanha e Itália), já atrás genericamente referido, começou a ser gerada uma candidatura de unidade antifascista centrada na octagenária e venerada figura do general Norton de Matos, que sobrevivera a proeminentes líderes da 1.ª República como foram Afonso Costa, Bernardino

---

[28] Sobre esta vertente ver, entre outros, SANTOS, Alfredo Ribeiro dos — A Oposição democrática e a política colonial do Estado Novo. *Nova Renascença*, Porto, 52-53 (Primavera 1994) p. 113-130; SILVA, Armando B. Malheiro da; GARCIA, José Luís Lima — Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 17 (1995), p. 349-404; TORRES, Adelino — As contradições do paradigma colonial. In REIS, António (dir.) — *Portugal contemporâneo*, vol. 3. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 101-120; PÉLISSIER, René — Na sombra do império. *Análise Social*, Lisboa, vol. 33, 149 (1998, 5º) 1119-1137; WHEELER, Douglas L. — "Mais leis do que mosquitos": a primeira república portuguesa e o império ultramarino (1910-1926). In *A Primeira república portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo. Coordenação de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea-Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 133-168; e OLIVEIRA, Pedro Aires — *Armindo Monteiro. Uma biografia política (1895-1955)*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2000, p. 75-126.

[29] Ver a recente e rigorosa sinopse de ALEXANDRE, Valentim — Nação e império. In BETTENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti — *História da expansão portuguesa, vol. 4 — Do Brasil para Ágtica (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 138-141; Idem — Situações coloniais: II - O Ponto de viragem: as campanhas de ocupação (1890-1930). In Ibidem, p. 182-211; e MATOS, Sérgio Campos — Propostas de reorganização do império colonial português nos finais de oitocentos: o debate acerca da venda das colónias. In *A Definição dos espaços sociais, culturais e políticos no mundo ibero-atlântico (de finais do séc. XVIII até hoje)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 131-151.

Machado ou António José de Almeida. De acordo, aliás, com o testemunho do próprio, foi no dia 23 de Março de 1947, data do seu aniversário natalício e durante a festiva recepção, na casa ancestral de Ponte de Lima, a muitos amigos e correligionários vindos de todo o país, que ficou expressa a escolha do candidato antisalazarista, uma escolha quase unânime da oposição republicana e democrática. Mais de mil pessoas *se deslocaram* — lê-se no texto *Antecedentes — para chegarem nesse dia junto de mim com palavras de saudação; passou de vinte mil o número de portugueses que, em telegramas, telefonemas, cartões e mensagens de há muito preparadas, me enviaram votos de longa vida e me pediram que os guiasse e os chefiasse*[30].

A arrancada para uma candidatura unitária oposicionista partiu, pois, de Ponte do Lima animada, segundo o candidato, por uma preocupação essencial:

> O que unicamente me preocupou em face do convite feito foi a possibilidade de que da apresentação da minha Candidatura à Presidência da República, pela sua natureza de inteira oposição ao regime estabelecido no meu país, algum mal de natureza interna ou externa pudesse resultar para o povo português, para o engrandecimento e prestígio de Portugal. Pensei nisto profundamente e ansiosamente; auscultei o sentir da Nação, medi a sua ânsia de libertação, o seu firme propósito de sacudir por meios legais o que considerava um jugo e de enfileirar de novo sem qualquer violência ao lado das nações democráticas da Europa e da América, estudei e analisei o que se ia passando no mundo e convenci-me de que do meu passo nenhum mal podia resultar para o meu país e que grande bem ele certamente lhe traria, quer vingasse quer não a minha Candidatura[31].

Uma preocupação compreensível de disputa política "ordeira" e de crença, pelo menos formal, nas possibilidades e virtualidades do debate ideológico libertador através do apelo à participação consciente e massiva de um povo subjugado. Este impulso cívico e militante consubstanciou-se a 8 de Abril de 1948 com *A Apresentação da Candidatura* perante o Juiz Conselheiro Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que implicava a subscrição de pelo menos duzentos eleitores inscritos face ao recenseamento então em vigor e para isso organizaram-se comissões eleitorais nos vários distritos e sob orientação da Comissão Central de Lisboa (comissões dissolvidas logo após concluída a tarefa imposta). Mas a manifesta escassez de tempo para a entrega da documentação exigida (ver Anexos 1) impediu a recolha de assinaturas nas Ilhas Adjacentes e no Ultramar, *embora de antemão fossem conhecidos os*

---

[30] Cf. MATOS, General Norton de — *Os Dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, ob. cit., p. 16.

[31] Cf. Ibidem, p. 19.

fortes apoios que destas partes do território nacional advêm para a candidatura [32]. E para além da falta de tempo houve a manifesta intenção das autoridades de obstacularizar e, se possível, de matar à nascença a legalização da candidatura (ver Anexos 2): *E vale a pena fazer-lhes referência no que elas representam obstáculos levantados pelo adversário em continuidade com aqueles processos de luta desleal a que já andam os democratas por demais habituados — e que sempre vêm apontando a censura pública e ao senso moral da Nação* [33].

Apesar dessa lacuna é possível avançar com uma genérica caracterização etária e sócio-profissional dos apoiantes da candidatura distribuídos, desigualmente pelos quinze distritos de Portugal continental e inscritos ou não no recenseamento oficial [34]. Com efeito, se considerarmos, no respeitante à idade, três grupos (até aos 25 anos; entre os 26 e os 60; e mais de 60) verifica-se, pelo gráfico 1 abaixo, que a maior incidência ocorreu claramente no grupo intermédio de indivíduos jovens e adultos até à plena maturidade (72%). Jovens com menos de 25 anos representam uma percentahem reduzida (3%), enquanto se pode considerar razoável o segmento de subscritores na faixa etária superior aos 60 anos (25%) Quanto às profissões e sua correspon-dência social o gráfico 2 revela um grupo destacado, o dos comerciantes/negociantes, seguido pelos médicos e advogados, proprietários/agricultores, excritores/professores, industriais e militares e ainda pela coluna reservada a "outros" [35], que inclui uma diversidade aleatória de profissões algumas delas passíveis de serem incluídas ou aproximadas de certas actividades postas em destaque.

Estes valores coincindem, em geral, com o apontamento lavrado no texto *A Apresentação da Candidatura*, onde se pode ler a dado passo: *Breve apanhado, sujeito a revisão — se fôr julgada oportuna — diz-nos que assinaram (tudo referido ao número dos documentados), 147 comerciantes, 91 advoga-*

---

[32] Cf. MATOS, General Norton de — *Os Dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, ob. cit., p. 23.

[33] Cf. Ibidem, p. 25.

[34] Entre os subscritores da candidatura no distrito de Viana do Castelo figura o professor do Liceu e escritor, António José Saraiva; no distrito de Portalegre aparece o nome de José Maria dos Reis Pereira (José Régio), escritor e professor liceal, 45 anos; e no distrito de Lisboa, grupo dos não recenseados, sobressaiem António Alves Redol, escritor, e Fernando Lopes Graça, compositor musical.

[35] Incluimos sob esta designação genérica as seguintes profissões: artista-pintor; escultor; músico; jornalista; tipógrafo; livreiro-editor; solicitador; ajudante de Conservatória; notário; conservador do Registo Civil; conservador do Registo Predial; juiz; empregado ou agente de seguros; bancário; alfaiate; tesoureiro; construtor civil; correeiro; funileiro; picheleiro; mestre serralheiro; ourives; relojoeiro; barbeiro; sapateiro; viajante; chefe de conservação; manufactor de calçado; doméstica; ferroviário; carteiro; mestre de oficina; carpinteiro; marceneiro; chaufeur ou motorista; marchante e castrador.

dos, 85 proprietários, 54 médicos, 48 industriais, 41 professores, para referir apenas algumas das classes mais representadas — estas à sua parte satisfazem 65% do total[36]. Mas se esta constatação não oferece grandes reservas e até acaba sendo confirmada pelos indicadores do gráfico 2, já o mesmo não se pode dizer da afirmação contida no mesmo parágrafo, segundo a qual ter-se-ia registado uma representação proporcionalmente significativa das *profissões liberais às chamadas forças vivas, dos intelectuais, escritores e artistas, aos trabalhadores*[37]. Basta ver a coluna *operário* (empregado fabril e técnico industrial) para compreender a pouca expressão da classe trabalhadora nesse processo de subscrição de assinaturas e mesmo que transferissemos para aí algumas profissões afins, tais como manufactor de calçado, funileiro, correeiro, mestre serralheiro, chefe de conservação, manufactor de calçado ou ferroviário, mantinha-se reduzida a um valor ínfimo.

Não surpreende, por isso, que a composição sócio-profissional da estrutura organizacional da candidatura oposicionista (ver organigrama) corresponda quase em pleno ao núcleo preponderante, sobretudo até ao nível das Comissões Distritais, como também não é de estranhar que na estrutura organizativa, aos vários níveis, estivessem representados se não todas, pelo menos, uma parte significativa das forças político-ideológicas e partidárias que se dispuseram a apoiar a candidatura, a saber: republicanos e liberais independentes; católicos democráticos; monárquicos progressistas; confederação geral do trabalho; conselho nacional das mulheres portuguesas; seara nova; maçonaria portuguesa; partido comunista português; união socialista; partido socialista português (secção portuguesa da internacional operária); juventude do movimento de unidade democrática; movimento de unidade nacional antifascista; e partido republicano português[38].

De acordo, aliás, com o esquema orgânico aprovado o candidato apoiava-se numa *Comissão de Serviços Centrais da Candidatura (C.S.C.C.)*, presidida por Mário de Azevedo Neves e incumbida de promover a organização e a orientação dos serviços de candidatura na metrópole, nas ilhas adjacentes e nas províncias ultramarinas, de transmitir instruções directas do candidato ou do presidente dos S.C. em nome do candidato, de receber, promovendo a subsequente resolução, comunicações, solicitações ou consultas dos serviços de candidatura procedentes de toda a Nação, quer viessem por escrito quer oralmente através de delegados desses serviços, de enviar, por decisão do

---

[36] Cf. MATOS, General Norton de — *Os Dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, ob. cit., p. 29.

[37] Cf. Ibidem, p. 29.

[38] Cf. Organigrama das forças políticas apoiantes da candidatura de Norton de Matos. in *Uma Oposição indomada e indomável*, ob. cit., p. 24.

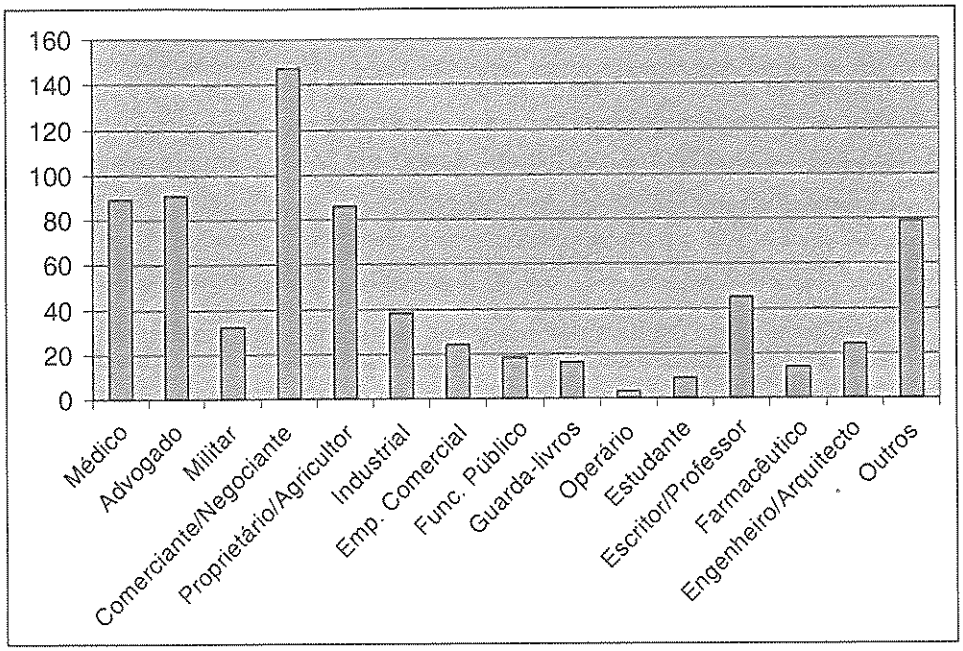


Gráfico 1

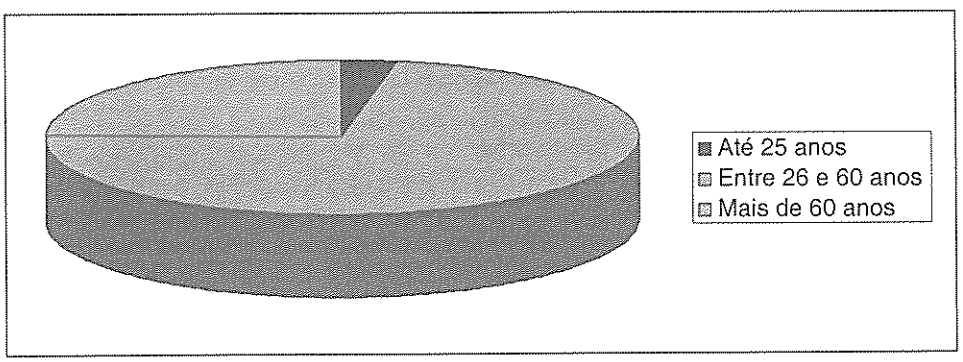


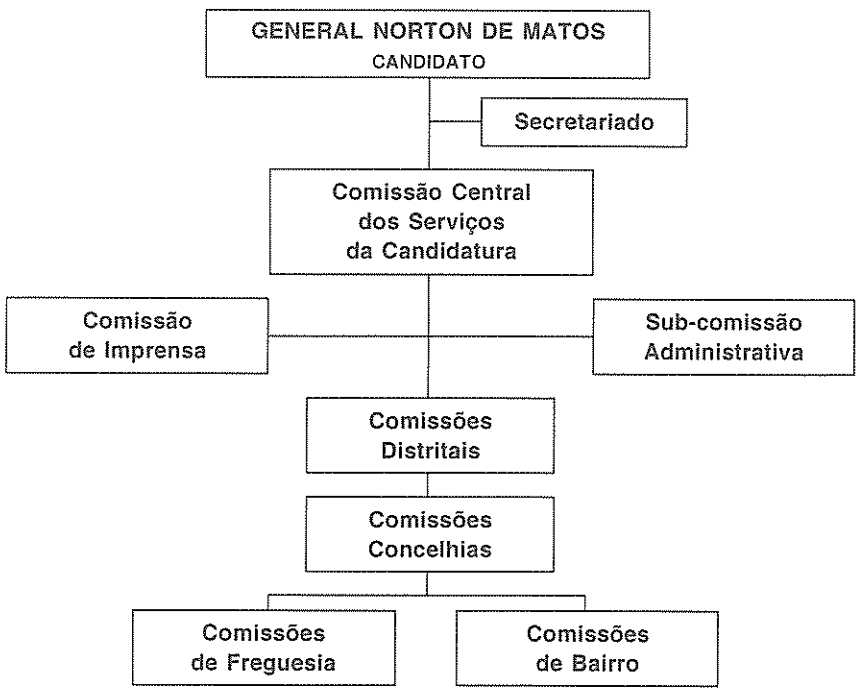
Gráfico 2

candidato, delegados aos serviços distritais com o objectivo de manter estreito contacto, de fomentar a adesão popular à candidatura e ainda de promover, por todos os meios ao alcance, a propaganda em prol dos princípios e do programa assumidos pelo candidato [39].

[39] Cf. MATOS, General Norton de — *Os Dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, ob. cit., p. 115-116

Em cada distrito era constituída uma *Comissão dos Serviços Distritais da Candidatura (C.S.D.C.)* [40] com os objectivos de criar nos concelhos, bairros e/ou freguesias comissões locais dos serviços da candidatura, formar quaisquer outras comissões de acordo com o candidato, proceder à mobilização e concentração dos eleitores do distrito, tendo em vista o triunfo eleitoral do candidato, manter e estabelecer contactos com os S.C. através da respectiva Secretaria e angariar os fundos indispensáveis, deliberando, em sintonia com os S.C., sobre o mínimo de verba mensalmente remetida ao Tesoureiro, membro da C.S.C.C.

As Comissões Distritais deveriam ser compostas, tanto quanto possível, de forma a nelas terem representação todas as correntes, sensibilidades e forças reunidas na frente comum contra o regime. Mas apesar deste requisito elas deveriam ser pouco numerosas, cabendo, porém, a fixação do número dos seus membros e a escolha do Presidente, Secretário, Tesoureiro, etc. às



Organigrama da Candidatura Oposicionista [41]

[40] Ver orientações gerais do Candidato às Comissões Distritais in Apêndice de MATOS, General Norton de — *Mais quatro meses da minha candidatura à Presidência da República.* Porto: Edição do Autor, 1949, p. 133 e ss.

[41] Cf. *Uma oposição indomada e indomável.*, ob. cit., p. 21.

próprias comissões. Ponto assaz interessante: era-lhes vedado agirem como se fossem organismos partidários, ou seja, *nenhuma actividade poderão exercer para aumentarem, fortalecer ou consolidar qualquer partido, devendo ser inteiramente evitado que nelas predominem quaisquer correntes políticas*[42]. Pretendia-se, assim, atenuar os efeitos divisionistas internos, facilmente causados pela heteróclita gama de tendências e forças apoiantes, de maneira a que todos tivessem em vista *exclusivamente manter e levar ernergicamente ao fim a Candidatura, defendendo-a de todos os ataques, prestigiando-a e levantando-a para que dela se possa tirar o maior bem para Portugal*[43]. Este tipo de controlo teria de ser temperado de modo a que as Comissões Distritais pudessem fruir de alguma autonomia de acção e de propaganda, desde que observadas *as normas e princípios fundamentais estabelecidos por este documento, e debatam as suas questões internas, dando destas questões e debates, quando útil, conhecimento ao Candidato*[44]. Era, aliás, prevista uma circunstância especial: no caso de surgir uma Comissão Distrital muito numerosa poderia ela nomear uma comissão executiva, por maioria de votos, e conferir-lhe atribuições, comunicando o facto aos S.C., embora tais comissões executivas não devessem de modo algum substituir-se, em poderes, à C.S.D.C.

O candidato esperava das Comissões Distritais a mais intensa propaganda baseada no *Manifesto da Nação* (de Julho de 1948), nas publicações da autoria do próprio general Norton de Matos ou por ele aprovadas, em quaisquer directrizes e normas de orientação recebidas e em interesses regionais e nacionais. Mas de todas estas "fontes" o referido *Manifesto* constitui, de facto, a base programática unitária, incluindo aí a forte componente colonialista — algo controversa, embora na época o fosse ainda menos do que viria a ser na década de sessenta — desde sempre assumida e desenvolvida pelo general-candidato. Convém, por isso, ter presente os seus pontos de partida:

> I — Cansado de divergências internas, o povo português deseja que todos os habitantes de Portugal sejam acima de tudo portugueses; que a tolerância e o respeito pela pessoa humana os ligue a todos e permitam a cada um viver a sua vida sem o terror desmoralizante da incerteza.
>
> II — Hoje mais do que nunca quer Portugal marcar o lugar a que tem direito no mundo, engrandecer-se e prestigiar-se, manter ciosamente as suas independência e soberania fundamentais e cooperar internacionalmente para a consolidação da paz universal, servindo-se para tanto do

---

[42] Cf. *Uma oposição indomada e indomável.*, ob. cit., p. 117-118.
[43] Cf. Ibidem, p. 118.
[44] Cf. Ibidem, p. 118.

seu espírito empreendedor, do seu génio colonizador e da sua bondade natural que só injustiças e violências podem alterar.

III — Um grande campo de acção continua aberto às actividades portuguesas e nele têm, desde há séculos, desaparecido sempre todas as nossas discórdias, quando logra dominar-nos uma visão superior.

Refiro-me à missão histórica de Portugal, a colonização e civilização de territórios de além-mar.

Na continuação dessa obra, intensificando-a e sublimando-a no tremendo momento que se atravessa, todos os portugueses poderão encontrar-se lado a lado, longe de contendas e tendo apenas em vista melhorar e elevar a vida nacional, quer vivam na Metrópole quer no Ultramar, sem necessidade de ninguém se deslocar para ir, vexado, colocar-se ao lado doutrem. O lugar é de todos e para todos.

IV — Mas para conseguir o que fica dito, que é considerável, muito há a fazer.

Em primeiro lugar temos de levar a cabo a *Unidade Nacional*, concebida aliás, desde a primeira hora das descobertas dos nossos antepassados.

— A Nação é uma só, formada por territórios situados na Europa e por outros em continentes diversos, *províncias portuguesas* d'aquém e de além-mar, que assim lhe chamaram os nossos maiores. A *Unidade Nacional* implica:

— *Unidade territorial*: para o que temos de agir como se se tratasse de um território único e contínuo.

— *Unidade económica*: que consiste no aproveitamento integral e harmónico de todos os esforços da Nação, materiais e espirituais. As medidas de progresso aplicadas a qualquer porção de território nacional, da Metrópole ou do Ultramar, de modo algum deverão prejudicar as porções restantes. Tudo para todos. Sacrifícios e vantagens terão de ser gerais e subordinados a uma repartição equitativa.

— *Unidade de acção:* pois que sem ela a unidade territorial não se manterá e a unidade económica nunca chegará a existir.

— À valorização das colónias devemos dar o nome de valorização da Nação; não há política colonial, há apenas política nacional.

— Realizar a *Unidade Nacional* e consolidá-la são os primeiros deveres da República.

V — Temos também, para que se transformem em realidade os desejos do povo português, de proceder sem mais demoras ao intenso *povoamento* do Ultramar. A pequena área metropolitana tem hoje mais de oito milhões de habitantes, e, para bem da Metrópole e dos territórios de além-mar, é necessário que muitos milhares de famílias portuguesas se vão fixar anualemnte em terras pouco povoadas até hoje.

VI — Necessário é também que nos nossos planos de desenvolvimento económico nunca se perca de vista que os habitantes da Nação, brancos e de cor, olham com apreensão cada vez maior para a diminuição e muitas vezes estagnação da produção agrícola. Temos de continuar, por gerações ainda, se desejamos real melhoria de vida na

> Metrópole e no Ultramar, a basear na produção agrícola a nossa força de resistência a todo o mal que nos pode atacar. Sem deixar de fazer avançar a industrialização da Nação, não devemos com esse avanço colocar a agricultura em condições inferiores às de outras actividades. Nunca devemos perder de vista o modo de ser e a mentalidade que a vida rural produziu na maior parte das populações portuguesas e que nessa vida rural tem de assentar também toda a civilização dos indígenas das províncias ultramarinas.
>
> VII — Colocada que seja cada uma das actividades nacionais no seu lugar próprio, o que se requere é uma *planificação geral*, superiormente concebida, no espaço e no tempo, que signifique a integração perfeita de todas as energias e conduza o povo português à mais completa valorização dos recursos naturais de terra e mar, adstritos ao território que lhe pertence.
>
> VIII — É esse, a traços largos, o plano de Unidade e de Renovação Nacional que se impõe. Mas para a sua realização a Nação carece que um novo regime político se estabeleça [45].

Pontos programáticos suficientemente amplos e genéricos para permitirem um largo consenso, mas encimados pela inflexível defesa das *liberdades fundamentais, do pleno exercício dos direitos do homem e de uma vida cada vez mais alta e mais digna* [46], porque o progresso económico *sem liberdades cívicas, sem a prática garantida de cidadania, não serve aos povos livres, e o povo português quer ser, acima de tudo e antes de tudo, um povo livre* [47] (ver Anexos 4 e 5).

A ênfase nessa posição de princípio implicava a luta legal e pacífica (a táctica "ordeira") para, em primeiro lugar, restituir aos cidadãos as liberdades fundamentais através da adesão oficial do Estado português a princípios internacionalmente consagrados na *Declaração dos Direitos do Homem*; em segundo, reconhecer, com base em tais princípios, o cidadão como a unidade essencial do agregado social civilizado; em terceiro, reafirmar como atributos inamovíveis do cidadão os direitos à vida e à existência sã, à liberdade pessoal, ao trabalho (com o dever correlativo), à residência e à inviolabilidade do domicílio, ao sigilo de correspondência, à propriedade pessoal, ao acesso a qualquer profissão, à instrução, à cultura, à personalidade política, à assistência médica e à segurança social, à petição aos poderes públicos, à resistência perante a opressão e a tirania, o exercício das liberdades de consciência, crença, culto público e privado, de expressão, de reunião e associação, de acesso às fontes de informação nacionais e estrangeiras, e a igualdade de

---

[45] Cf. *Uma oposição indomada e indomável.*, ob. cit., p. 81.

[46] Cf. Ibidem, p. 81.

[47] Cf. Ibidem, p. 81.

todos perante a lei fundamental sem descriminações de raça, sexo, língua, religião e opiniões políticas diversas; em quarto, satisfazer, no imediato, algumas reivindicações caucionadas pela opinião democrática e liberal [48]; em quinto, adoptar no campo económico medidas estimuladoras das iniciativas individuais com a inevitável extinção do corporativismo e libertação da actividade agrícola, industrial e comercial, das peias que geram a estagnação ou diminuição da produção e as crises económicas, tendo em vista a defesa económica das classes médias e trabalhadoras; em sexto, aumentar em número e área as cooperativas de produção e consumo; em sétimo, aceitar os princípios de nacionalização sempre que sejam exigidos pelo bem estar da colectividade, enquanto *máxima preocupação da governação pública*; em oitavo, promover a reforma profunda do ensino público através de uma instrução primária amplamente difundida e gratuita, da instrução secundária a tender também para a gratuitidade e para a vertente profissionalizante, da generosa dotação do ensino superior e da investigação científica, envolvendo a Universidade na função social de democratização da cultura; em nono, aplicar medidas de assistência e de segurança social com serviços nacionalizados, ajustados à diversidade populacional do território português e todas destinadas a garantir a vida sã, a higiene do trabalho e o apoio no desemprego, na invalidez e na velhice; e, em décimo e último lugar, resolver os problemas básicos da alimentação e habitação do povo português [49].

Para ser distribuído pela imprensa, caso fossem obtidas as necessárias autorizações, foi elaborado um *Esquema do Programa Geral* que incluia, também, umas prévias condições fundamentais a observar na condução da propaganda contra o regime e sua acção governativa [50]. E a par deste documento programático os *Serviços Centrais da Candidatura* promoveram a edição do livro *Para onde nos leva a política económica do Governo?* [51], elaborado por um grupo de economistas devotados *inteiramente à causa*

---

[48] A saber: aplicação integral da Justiça, dignificando-a como um Poder independente, abolição da polícia política e supressão do regime prisional que admite a tortura e qualquer outro tratamento desumano dado aos presos, com a subsequente extinção de campos de concentração e estabelecimentos afins (Colónia Penal de Cabo Verde, "Tarrafal"); amnistia total para os presos políticos e retorno dos exilados; abolição do regime de censura; liberdade de organização e actuação para os partidos políticos; possibilidade de fundação sem restrições de novos jornais e outros meios de comunicação e publicidade; e aplicação por lei às ideias políticas do disposto no n.º 3 do art. 8.º da Constituição Política de 1933 (Cf. Ibidem, p. 84).

[49] Cf. Ibidem, p. 82-85.

[50] Ver Ibidem, p. 148-173.

[51] Cf. SERVIÇOS CENTRAIS DA CANDIDATURA DO GENERAL NORTON DE MATOS — *Para onde nos leva a política económica do governo? (Razões económicas de uma crítica).* Lisboa: 1949.

democrática e em que ficaram desenvolvidas as críticas à política económica do Estado Novo [52], bem como a política alternativa da frente oposicionista.

Os mesmos Serviços promoveram também a edição do volume *As Mulheres de Portugal* colectânea de palestras e de discursos de propaganda pronunciados por destacadas figuras femininas da oposição — Dr.ª Maria Isabel de Aboim Inglês, D. Maria Lamas, D. Manuela Porto, D. Irene Bártolo Russel, D. Lídia França Pereira, D. Maria Helena Novais, D. Maria Palmira

[52] No início de cada capítulo achamos inscrita a súmula das ideias centrais aí expendidas, a saber: cap. 1 *Os Antecedentes da política económica actual – Os princípios em que se fundamenta a política económica do Governo são os mesmos que caracterizaram a política económica de Guerra do corporativismo – defesa dos interesses privilegiados dos altos monopólios capitalistas e ataque ao bem estar do povo trabalhador e da classe média;* cap. 2 *Os Objectivos apregoados pelo Governo e as Reivindicações Democráticas – Os objectivos de política económica enunciados pelo Governo não foram, nem poderiam ser, alcançados permanentemente, dentro dos princípios da manutenção da política económica corporativa de monopólio e da continuidade da estrutura política anti-democrática do Estado;* cap. 3 *O Governo actua. Os Metodos seguidos pelo Governo... – Não foi seguida uma política consciente de abaixamento dos preços de artigos de consumo de 1.ª necessidade, mas sim realizada criminosamente uma distorsão, a bem da demagogia fascista, do que seria uma verdadeira política económica de abastecimentos e, ao mesmo tempo, um claro incitamento à especulação na baixa, possivelmente a coberto das altas esferas do monopólio corporativo;* cap. 4 *As Perspectivas Sombrias que nos Oferece o Passado e o Presente da Política Económica do Governo – A política económica que tem sido seguida pelo governo, ao mesmo tempo que se caracteriza por meios de actuação demagógicos e atentatórios dos interesses privilegiados de monopólio, não contém nenhuma das condições necessárias à resolução em profundidade e permanentemente do problema dos preços e dos abastecimentos com garantia presente e futura do bem estar do povo trabalhador e da classe média;* e cap. final *O que Urge Fazer no Futuro em Oposição ao que o Governo tem feito até agora –* a) *desenvolvimento do movimento cooperativo de produção e distribuição, como meio mais efectivo e justo de ataque à especulação e mercado negro próprios de qualquer situação anormal ou de guerra;* b) *política económica de abastecimentos, racionamento e preços fundamentada nos interesses das grandes massas consumidoras e produtoras e isto pela fixação de preços e contingentes feita de acordo e à base da actuação duma Federação de Cooperativas de Consumo e Produção colaborando em pé de igualdade com os legítimos interesses das unidades do comércio e indústria privadas;* c) *combate às situações privilegiadas de monopólio dentro e fora da organização corporativa, dando-se a um poder judicial separado de facto do poder executivo a missão de investigação, fiscalisação, julgamento e punição das situações consideradas de monopólio;* d) *controle dos grandes investimentos privados segundo um plano nacional de produção, dado que o governo provou, com a sua política, no após guerra, de importações e comparticipações de capital em empresas privadas que "abdicou" do seu papel de neutralidade em política económica;* e) *subsídios à pequena e média produção agrícola, com "tratamento de favor" às cooperativas agrícolas, garantia de preços e escoamento da respectiva produção, em íntimo acordo com um organismo representativo dos interesses do consumidor e da pequena e média produção agrícola; f) congelação das grandes fortunas adquiridas ilicitamente durante a guerra e expro-priação daquelas obtidas por actos criminosos contra o bem estar do público, além da punição criminal dos indivíduos que se encontram nestas últimas condições; g) controle do comércio externo de importação segundo acordos de compensação, e vantagens de preços e prasos de pagamento, restrições de importações de géneros de alimentação e de luxo ao mínimo necessário e compatível com o aumento do rendimento e produtividade do trabalho e com o desenvolvimento da produção nacional; h) subsídios às indústrias exportadoras nacionais, só para a manutenção dos nossos preços nos mercados exter-*

Tito de Morais e Dr.ª Cesina Bermurdes — e do Professor Rodrigues Lapa [53]. O Dr. Manuel João da Palma Carlos proferiu, também, uma palestra, mas os agentes da Censura que assistiram à mesma notificaram não serem permitidas alusões a maus tratamentos aos presos políticos, nem a factos passados, proibição que foi rejeitada pelo palestrante através da recusa de publicação truncada do seu texto. Truncada pelos mesmos motivos saiu do prelo a palestra de D. Irene Bártolo Russel. As alusões à falta de liberdade e a uma feroz perseguição policial aos adversários do Estado Novo foram, assim, retiradas de uma colectânea atravessada por um naipe de tópicos fortes entre os quais podemos destacar: apelo à unidade feiminina na crítica e na denúncia da crueldade, falta de cultura e barbarismo do regime salazarista; resistência e firmeza contra os insultos dirigidos pelos sicários desse regime às *senhoras que, em exemplar manifestação de consciência cívica, vêm à tribuna, leal e corajosamente, fazer a sua crítica* [54]; a emancipação intelectual, social e profissional da mulher portuguesa defendida dos ataques que atribuiam à Oposição Democrática a intenção de destruir a família e de aviltar a mulher sob todos os aspectos; a igualdade e capacidade da mulher portuguesa face ao homem através dos "sinais" colhidos, por exemplo, no cancioneiro popular; as mulheres, em massa, de norte a sul de Portugal, de leste a oeste, deveriam saber nitidamente, com a clarividência e a acuidade adquiridas pelo sofrimento, que só um governo representativo e democrático seria, para elas, a salvação; a angústia e privações das mulheres que viam seus irmãos, maridos e filhos presos arbitrária e violentamente sem culpa formada, nem julgamento justo; o drama e a importante, mas desconhecida, contribuição sócio-económica, da mulher camponesa e operária, *porque a mulher que trabalha não é apenas uma profissional. Ela acumula sempre com a sua profissão o arranjo da casa e do tratamento dos filhos (e todo nós sabemos que são os casais das classes laboriosas os mais fecundos)*; a injusta e indigna remuneração do

---

nos enquanto aquelas não se reorganizassem para a exploração economicamente produtiva; i) colonização interna intensificada dos baldios existentes e daquelas propriedades a considerar como tal, quando em regime anti-económico de exploração extensiva, com empréstimos, para 1.º estabelecimento, que sejam um incentivo ao repovoamento das nossas zonas rurais devastadas nos últimos anos por uma forte corrente migratória para a capital; condições de preferência em fornecimentos de créditos, apetrechamento agrícola, sementes e adubos às cooperativas agrícolas, que viessem a formar para exploração dos referidos baldios; l) *controle pelo Estado das indústrias-base e das indústrias alimentares principais;* m) *controle pelo Estado da distribuição do crédito em íntima conexão com o controle dos investimentos, dentro de um plano nacional de produção* (Cf. SERVIÇOS CENTRAIS DA CANDIDATURA DO GENERAL NORTON DE MATOS — *Para onde nos leva a política económica do governo?*, ob. cit., p. 9-115).

[53] Sobre este intelectual e assumido oposicionista ver DIOGO, José Ferraz — *Manuel Rodrigues Lapa. Fotobiografia.* Anadia: Câmara Municipal/Casa Rodrigues Lapa, 1997.

[54] Cf. ob. cit., p. 50

trabalho feminino no sistema capitalista e corporativo do Estado Novo; a participação da juventude feminina na vida política da Nação e a discussão dos seus problemas de acordo com as suas diferenças geográficas, sociais e económicas; a defesa da Democracia e repúdio do fascismo ilustrado pela célebre fórmula hiteleriana *Kinder, Kuche und Kirche* (ter filhos, cozinhar e ir à Igreja) aplicada às mulheres; a deficiente protecção sanitária estatal às mães grávidas e aos recém-nascidos das classes pobres; a crítica à política obscurantista do regime (apoiado no argumento de que o povo português não se achava educado para a democracia) através da denúncia do difícil acesso ao ensino superior, do atraso no ensino liceal e da negligência em relação ao primário visivel numa pobre e deficiente rede escolar e no próprio encerramento das Escolas do Magistério Primário (e, em consequência de tal acto, a substituição de *verdadeiros professores por regentes com menos e muito deficiente preparação*[55]); e o esclarecimento dos conceitos fundamentais de Liberdade, Igualdade e Democracia.

Acrescente-se ainda que foi criada uma Comissão de Instrução por iniciativa dos referidos Serviços Centrais da Candidatura que elaborou a brochura *Alguns Comentários à Política do Ensino Secundário do Estado Novo*[56] destinada a uma crítica severa e directa à concepção e política (reformas e medidas avulsas) do regime salazarista no sector do ensino secundário, condenando, sobretudo, as seguintes tendências e linhas de acção: *A) Tem-se visado a progressiva centralização administrativa, disciplinar e pedagógica*; *B)Têm-se vindo a acentuar as preocupações políticas no recrutamento, promoção e fiscalização da actividade do corpo docente*; *C) Em 1936, sob indicações dadas pelo momento internacional (guerra da Abíssinia, conflito espanhol, euforia e agressividade do nazismo e do fascismo) é lançada a reforma Carneiro Pacheco, segundo a qual o ensino liceal tenderia à formação da mentalidade corporativa em que havia de desenvolver-se a actividade dos portugueses*; e *D) As reformas de 1936 e de 1947 marcam dois momentos significativos na organização de um ensino secundário inspirado nas premissas ideológicas da actual situação política*[57].

Esta amostra programática, necessariamente genérica e parcelar, deixa, contudo, perceber uma perigosa mescla de ideias, muitas delas constitutivas do "património ideológico" do candidato, mas outras inexoravelmente

---

[55] Cf. SERVIÇOS CENTRAIS DA CANDIDATURA DO GENERAL NORTON DE MATOS — *Para onde nos leva a política económica do governo?*,ob. cit., p. 112.

[56] Cf. *Alguns comentários à política do ensino secundário do Estado Novo. Trabalho elaborado na Comissão de Instrução dos Serviços da Candidatura*. Lisboa: Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos, 1949.

[57] Cf. Ibidem, p. 15-24.

antagónicas. E neste grupo sobressai o comunismo a propósito do qual Norton de Matos acabou emitindo um juízo severo e frontal, culpando-o da origem das ditaduras fascista e nazi e relacionando o objectivo revoulcionário e destrutivo das ordens estabelecidas, proposto por Marx, como inspirador da revolução Nacional de 28 de Maio de 1926 (ver Anexos 4 e 5).

Em umas notas de leitura a um livro de Félix Bermudes — um apelo maçónico, inspirado pela *Fraternidade Humana* para que os *irmãos comunistas* admitissem que o seu *feroz modelo ditatorial* havia fomentado a emergência do fascismo e do nazismo [58], aceitando todos uma *trégua de boa vontade, única esperança de libertar o mundo das malhas em que se enredou* [59] —, Norton de Matos deixou bem nítida a sua postura anti-comunista. Em estreita sintonia com o autor o referido leitor fez várias e interessantes anotações numa letra já muito trémula:

> De facto, e ja o disse, se o que politica e socialmente é um grande mal, se de modo algum posso concordar com o capitalismo, com o absolutismo, com o nazismo, com qualquer totalitarismo, com qualquer sistema ou regimen onde exista a marca pesada da violencia, a falta de respeito pela pessoa humana, a maior possibilidade de exploração do homem pelo homem, tambem de modo algum posso concordar com a doutrina comunista, onde existe tudo isto, todos os tremendos males que acabo de indicar (...) Depois, e alem de tudo, o Comunismo é o maior destruidor da pessoa humana. Como poderia eu, individualista intransigente, concordar com uma ideologia que tudo assenta no desaparecimento da vontade humana, da sua exaltação, da sua indisponibilidade para constituir comunidades que não sejam rebanhos, formigueiros, cortiços de abelhas. (...) O Comunismo foi inventado pelo espirito judaico sem inspiração e que hoje irmanado com o Capitalismo, que a esse espírito muito deve, se serve dele para destruir o bem estar geral. (...) Nada de bom se pode fazer com os comunistas. A minha Candidatura [à Presidência da República] provou-o bem. Atingiram [...] de insensatez. Tudo estragaram. Foram altamente injustos para mim; não foram leaes e muitos, sem calar o que faziamos, foram traidores [60].

A queixa contra a actuação dos comunistas é recorrente em outros textos. Em um apontamento sem título (dirigido a um amigo) pode ler-se a evocação dorida *de um erro grave, sem cura*:

> Na ocasião da minha Candidatura um dos homens que com maior entusiasmo se poz ao meu lado foi o Sr. Prof. Azevedo Gomes antigo ministro da Republica e cujo espirito liberal e democratico eu bem conhe-

---

[58] Cf. BERMUDES, Félix — *Aos Meus irmãos comunistas*. Lisboa: s.n., 1949, p. 11-12.

[59] Cf. Ibidem, p. 10.

[60] A.B.N.M. – [Nota de leitura em caderno *Sport* ao livro de BERMUDES, Félix — *Aos Meus irmãos*], fls 2-5.

> cia. Foi um erro grave que pratiquei, dando-lhe lugar de reconhecimento nos "Serviços de Candidatura", que montei. Foi esse erro devido não ao homem, que é um lidimo caracter e um alto caracter, mas pelos comunistas que o cercavam e que eram seus conhecidos. Em consequencia desse erro meu os comunistas encontraram-se dentro da praça e montaram o seu plano de vencerem eles as eleições, ficando com a Presidência da Republica nas mãos, ou de me não deixarem eleger.
>
> Nas minhas primeiras palavras à imprensa disse o que era politicamente *Um leader liberal*, seguindo o liberalismo como oposto ao absolutismo. Disse tambem que aceitaria os votos e o apoio dos comunistas e a respeito destes homens disse palavras que eles não souberam apreciar. A respeito deles disse palavras que o meu amigo por certo lerá no meu livro Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidencia da Republica, de pags, 34 a 37 e principalmente nas primeiras linhas da pág. 35.
>
> A seguir a isto comecei a observar e a conhecer as intenções dos comunistas. Principiei nesse dia o meu erro, mas o mal já não tinha cura. Uma de duas cousas me restava apenas: ou desistir imediatamente da minha candidatura, ou lutar até aos ultimos. Escolhi este segundo caminho, porque a minha luta feriria de morte as Instituições Totalitárias que se tinham apoderado do poder [61].

A referência crítica ao convite feito a Azevedo Gomes [62] para presidir à *C.S.C.C.* com base no argumento de que ele se tornou manipulável dos comunistas traz à colação uma curiosa e pessimista carta evocativa da *campanha memoravel* e com sinais de dúvida sobre se fora, afinal, acertada a desistência eleitoral que o mesmo dirigiu, em 12 de Janeiro de 1950, ao ex-candidato:

> Estimado General Norton de Matos
>
> Faz hoje um ano que terminou, com a entrega feita por mim da declaração de desistencia de candidatura no Supremo Tribunal de Justiça, a campanha memoravel a que V. Ex.cia presidiu na qualidade de candidato oposicionista à Presidência da Republica. Se os trabalhos dessa campanha se intensificaram sobretudo no decurso do mez final, a verdade é que ela nos preencheu, por assim dizer, desde Março de 1948 (quando a Comissão Central do M.U.D. sahiu do Aljube) todos os momentos disponíveis da nossa vida habitual. Quantos passos dados! Quantas diligencias, umas fructuosas, outras infrutíferas! Como havemos nós de esquecer esse período de actividade vivido com rara pertinâcia e permanente entusiasmo! Quiz hoje com estas palavras testemunhar a V. Ex.cia quanto tenho presentes as tarefas da candidatura e o exemplo grande que nos deu a todos com a sua combatividade e confiança na victoria.

---

[61] A.B.N.M. – [Apontamento dirigido a um amigo não identificado; minuta], fl. 1.

[62] Ver verbete GOMES, Mário de Azevedo (1885-1965). In *Dicionário de história do estado novo*, vol. 1, ob. cit., p. 387-388.

> Ainda agora não sei se não teria sido grave erro aquela desistencia, apezar do muito mal que o adversario espalhara no nosso caminho, para inutilisar todo o nosso esforço. O certo é que aqueles que acompanharam V. Ex.cia, com raras excepções, não lhe permitiam, na ultima hora, outra solução. Mas, d'então para cá, só tenho visto piorar a posição que ocupámos — ela não está abandonada, mas [...] se passa, quasi, como se não houvesse viv'alma nas trincheiras.
>
> É forçoso porém não desanimar! Esperava que uma feliz oportunidade nos conduzirá ainda, e em breve a novos dias de entusiasmo como os que no ano passado juntos vivemos.
>
> As minhas saudações e os cumprimentos para Sua Ex.ma Sobrinha, que tambem soube viver essa epoca atribulada e de constante alvorôço.
>
> Seu dedicado admirador
> Mario d'Azevedo Gomes [63]

Na célebre conferência, porque quase derradeira aparição pública antes da morte, proferida em Aveiro no ano de 1953, o general lançou dois apelos: o primeiro incitava o combate ao comunismo e o segundo dirigia-se ao Presidente da República Marechal Carmona e Presidente do Conselho de Ministros Doutor Oliveira Salazar para que assumissem a absoluta necessidade de se entrar num regime de liberdade capaz de colocar Portugal ao nível de grandes nações como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América (ver Anexo 5).

A mágoa anti-comunista sentida por Norton de Matos, sobretudo na fase final da sua candidatura de 1949, acentuou, sem dúvida, uma velha e profunda prevenção ideológica contra o comunismo (ver Anexo 4), mais forte e nítida que a alegada recusa do capitalismo, pois não se vislumbram nas palavras do candidato, nem dos seus apoiantes mais próximos argumentos contra a livre iniciativa, o livre comércio e indústria, o modelo de representação política através de partidos organizados de acordo até com o figurino rotativista inglês e outros ingredientes compaginàveis com a economia capitalista, embora se note, é certo, por influência da herança cristã, socialista utópica e fraterno-maçónica, uma atenção particular aos explorados e oprimidos e à intervenção redentora do Estado na defesa dos fracos contra o egoismo dos mais fortes. Postura reformista difícil de conciliar com a ortodoxia comunista [64].

Na esfera doutrinária e programática a candidatura do general Norton de Matos mesclou, pois, duas tendências antagónicas, traduzidas de forma bem

---

[63] A.B.N.M. — Dossier Candidatura à Presidência da República. Ver também o texto evocativo da camapanha eleitoral às Presidentciais de GOMES, Azevedo — Norton e as campanhas do civismo. *Seara Nova*, Lisboa, 32, 1272-73 (7, 14, 21 e 28 de Fevereiro de 1953) p. 77.

[64] Ver NORTON, José — *Norton de Matos*, ob. cit., p. 403-410.

diversa tanto na acção táctica (a mobilização para a insurrecção geral mesmo que isso implicasse a desistência à boca das urnas, atitude eticamente reprovada pelos "reviralhistas"), como na idade de seus adeptos (a juventude pendia mais para o ideal comunista). Esse antagonismo revelou-se, como é bem sabido, fatal e saldou-se num facto amargo: a 12 de Fevereiro de 1948 a Agência Noticiosa "Lusitânia" transmitia célere a notícia de que *O dr. Azevedo Gomes, em nome do general Norton de Mattos, recebeu, ontem, às 19 horas, a Imprensa, à qual comunicou que hoje, o general Norton de Mattos entregará ao Supremo Tribunal de Justiça, a renúncia da sua candidatura à Presidência da República, a isso se vendo obrigado por não ter obtido do Governo as garantias suficientes para concorrer ao próximo acto eleitoral.* Fim lacónico de uma campanha amordaçada e minada por óbvias desinteligências internas.

2.3 A Candidatura no distrito de Braga — actores e propaganda

Em Braga os apoiantes situavam-se, na sua maioria, no campo republicano e democrático, admirando muito o general Norton de Matos (a Comissão dos Serviços Distritítais da Candidatura em Braga foi, por isso, uma das que seguiu sem reservas as circulares do general Norton de Matos – ver Anexo 6 e 8), não parecendo, por isso, afectados pelos efeitos corrosivos da "aliança contra-natura" que sustentava a candidatura.

Mas se na respectiva Comissão Distrital não se fez sentir, pelo menos de forma visível, essa tensão, o seu desempenho político, atravessado por uma forte combatividade anti-salazarista, foi incómodo para as autoridades. Surgiram problemas antes e sobretudo depois do período eleitoral, na origem dos quais podemos descortinar o major Miguel Ferreira e seus sequazes com destaque para o médico José Graça, o advogado famalicense Armando Bacelar e o jovem livreiro (residente em Braga, mas oriundo de Cambeses, Barcelos) Victor Sá, então já próximo do Partido Comunista Português [65].

Os contributos conhecidos [66] sobre o perfil do referido major, combativo republicano e democrata (ver Anexo 3 e 6), permitem compreender o estilo aguerrido e voluntarista adoptado no distrito, que seria interessante cotejar, concelho a concelho, com a conduta dos oposicionistas locais vigiada de perto pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) em colaboração com os

---

[65] Ver verbete de SÁ, Joaquim Victor Baptista Gomes de in *Dicionário de história do Estado Novo*, ob. cit., vol. 2, p. 859-860.

[66] Ver COIMBRA, Artur Ferreira — *Major Miguel Ferreira*, ob. cit., p. 39-42.

Governos Civis e Câmaras Municipais, como pudemos verificar, pontualmente, para Terras de Bouro (ver Anexo 7).

Constituída na sequência do acto legal de formalização da candidatura, a Comissão Distrital de Braga ficou composta pelo mencionado major Miguel Ferreira, residente em Antime, Fafe, pelo médico José Graça, Director da Clínica Cirúrgica de Braga (Operações, Partos, Internamentos de Doentes e Consultas), sita na Rua do Raio, pelo jovem advogado Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar, de Famalicão, e ainda por António Ulisses Taxa Ribeiro e pelo advogado Fernando Marques Coelho Correia Simões (ver Anexo 8b). E uma das suas primeiras e significativas manifestações de apoio e de activismo político traduziu-se na redacção de uma *Mensagem* dirigida ao próprio candidato (ver Anexo 8a) e destinada a vincar o espírito de unidade em torno da defesa da democracia e das liberdades fundamentais, afirmando a dado passo: *Animados deste mesmo espírito de unidade, os democratas do distrito de Braga compreendem mais que o crácter da ditadura fascista nos impõe uma luta adequada que não pode moldar-se pela de nenhum outro período histórico anterior, nomeadamente pelo dos últimos anos da monarquia, pois nunca como hoje dominou o nosso país um regime totatiltário que, ao arbítrio das medidas policiais, alia uma estrutura completa de coação moral e material que lhe permite não só suprimir brutalmente o exercício de todas as liberdades cívicas, como pretender mascarar essa supressão com uma ideologia demagógica e fraudulenta* (ver Anexo 8a).

O mote e o tom estavam dados. O regime adverso era definido como fascista, totalitário, demagógico e fraudulento, termos duros que incitavam o adversário à arena da disputa verbal e ideológica. E neste irreverente e cáustico discurso da *Mensagem* projecta-se o estilo inconfundível do major Miguel Ferreira, sem dúvida uma indelével referência no distrito do combate republicano e democrático contra a ditadura.

2.4 O *Boletim* "subversivo"...

A actuação do major e dos seus companheiros da Comissão Distrital pautou-se, porém, pelas instruções emanadas do candidato e balizadas pelo conteúdo programático do *manifesto A Nação*. A sua especificidade e até originalidade revelou-se não tanto no conteúdo, mas na forma e nos meios de propaganda.

Não pudemos apurar se em outros distritos as respectivas Comissões seguiram idêntica iniciativa propagandística, apesar de recomendada e incitada, como atrás vimos, no regulamento interno da *C.S.C.C.* Temos, porém, como certa a intenção da referida *Comissão dos Serviços Centrais* de publicar

Eleições Livres

Boletim Interno da Comissão Distrital de Braga dos Serviços da Candidatura do General Norton de Matos

8 DE JANEIRO DE 1949

LEITOR!

O que encontrares nesta publicação, qualquer que seja a face ou prisma por que a aprecies, lembra-te que é ou pelo menos pretende ser uma contribuição construtiva.

Olhos no Altar da Pátria, sangrando com o infortúnio de tantos portugueses, desejam os que aqui colaboram, não como ouvireis dizer, lançar uma acha a mais na fogueira da revolta, latente no coração de outros portugueses, antes aproveitam a hora eleitoral, a hora que antecede as grandes decisões que selam por longo tempo os destinos de Portugal e sua gente, para vos dizer aqui, no restrito espaço que as nossas magras bolsas permitiram dar a esta publicação, que a administração da Nação seguida nos últimos 22 anos, se não é inferior em face aos fundamentais problemas da nossa terra, é com certeza administração inadequada.

Estão convencidos — e as experiências políticas no mundo exuberantemente o confirmam — que a introdução da administração democrática em Portugal é, na hora que passa, uma necessidade, uma das nossas mais prementes necessidades; sem ela difícil nos é se não impossível dar as melhores soluções a todos os magnos problemas da Nação; sem ela, entre os povos cultos, democratas e civilizados do globo se, por vergonha de todos nós, não recuarmos, pelo menos por largo tempo estagnaremos.

Querem os que nesta publicação intervieram, como aliás é o desejo do Candidato da Oposição, General Norton de Matos, se dê como findo esse triste período da história da nossa terra, de discriminações entre portugueses, de arbitrariedades policiais que tantas lágrimas já custaram aos nossos irmãos. Querem ainda que, seja qual for a cor, a religião, escola filosófica seguida, os que nasceram em Portugal sejam e vivam como portugueses. Querem enfim, dada a imensidade das tarefas a realizar, na disciplina e no respeito mútuo, para perfeição e solidez da obra visando o engrandecimento da Pátria, que nela se encontrem e colaborem todos os portugueses.

A COMISSÃO.

AS ELEIÇÕES NÃO SÃO LIVRES:

a) — Enquanto nos cadernos eleitorais estiverem inscritos apenas aqueles que agradam ao partido do Governo;

b) — Enquanto os actos eleitorais se desenrolarem sem controle da oposição e sejam apenas uma manipulação eleitoral do partido do Governo;

c) — Enquanto o Candidato da Oposição não tiver liberdade de propaganda;

d) — Enquanto declarada ou veladamente se fizerem aos que quiserem votar, ameaças de represálias [illegible].

Louvar da Democracia

A Democracia é o ideal político dos povos modernos que têm a memória do seu passado.

Por ela se bateram ainda há pouco as nações livres para não caírem na escravidão de um totalitarismo feroz e bárbaro.

Esta idealização florir na antiga Hélade que nos legou os fundamentos da ciência moderna, assim como as transcendências da filosofia e as culminâncias da literatura, e deu à Humanidade uma lição de imperecível beleza.

Certo ela não singrou, assolada pelo predomínio [illegible] da força bruta, do que resultou para o Mundo o ter de sofrer catástrofes sem nome, umas políticas, outras religiosas, todas escritas com sangue nas páginas da História.

As suas raízes, porém, não se estiolaram e refloriram um dia, nos tempos modernos, exprimindo o evoluir da civilização, que tem justamente na Democracia o seu maior expoente político.

Com efeito só a sua forma de governo é compatível com o actual progresso do Mundo, pois não se compreende, por um lado, que este [illegible] sob todos os aspectos e formas as condições de vida do homem, e, por outro, que este seja governado num regime antidemocrático, simplesmente, porque ela não partilha as suas ideias.

A Democracia exclui, por princípio, o [illegible] que era a lema dos [illegible] tempos do absolutismo apoiado na Inquisição e no Santo Ofício com o seu séquito odioso de esbirros, espiões e delatores.

Nem podia deixar de ser assim, porquanto ela garante a todo o cidadão o livre exercício dos seus direitos individuais dentro dos limites da lei constitucional e estabelecida pela soberania popular, no interesse geral e superior da Nação, assim como lhe garante o exercício do trabalho honesto, a inviolabilidade do domicílio e o respeito pela consciência.

Como corolário destas garantias ela assegura a cada membro da mesma comu-

(Continua na 2.ª página)

Biografia do General Norton de Matos

O Senhor General Norton de Matos, candidato à Presidência da República, [illegible] ao País, depois de entregar no Supremo Tribunal a apresentação da sua candidatura, firmada por mais de 1.000 assinaturas de eleitores de todos os sectores políticos, devidamente reconhecidas.

O Senhor General Norton de Matos [illegible], na sua reunião, no dia 12 de Julho de 1948 os representantes dos jornais portugueses e estrangeiros com representação em Portugal, [illegible] as bases do seu [illegible] programa, no que definiu as razões da sua candidatura.

O Senhor General Norton de Matos, figura de relevo nacional, homem de estado, colonialista distinto e professor catedrático ilustre, com brilhantes serviços prestados à Pátria em várias emergências, como se vê por algumas das suas notas biográficas:

Escritor público, com várias obras de mérito publicadas.
Bacharel em matemática pela Universidade de Coimbra.
Curso da Escola do Exército, da respectiva arma.
Curso do antigo Corpo do Estado Maior.
Professor Universitário da Cadeira de Geodesia do I. S. T.
Director dos Serviços de Agrimensura e Cadastro da Índia Portuguesa, onde desempenhou também o lugar de Director das Obras Públicas e várias comissões militares e civis. [illegible] anos de permanência em serviço.
Missão diplomática à China para resolução de questões referentes às fronteiras de Macau. [illegible] anos de permanência em serviço.
Governador Geral de Angola, de 1912 a 1915.
Ministro das Colónias, [illegible] nacionais para Ministro da Guerra durante a Grande Guerra, de 1915 a 1917. [illegible] da Divisão Portuguesa e envio do Corpo Expedicionário para África e França.
Membro da Delegação Portuguesa à conferência da Paz, 1919.
Alto Comissário da República em Angola, de 1921 a 1923.
Embaixador de Portugal em Londres, de 1924 a Julho de 1926.
Condecorações Nacionais: Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada.

Desejamos, eu e os que me rodeiam, acabar, para sempre, com o fascismo em Portugal.

NORTON DE MATOS.

um jornal diário [67]. Mas não era fácil passar à prática tão generosas e lídimas intenções em face do controlo da imprensa, da rádio e dos meios de difusão, então, disponíveis, além do controlo policial por denúncia e vigilância de tipografias e locais clandestinos de reprodução gráfica de panfletos, jornais, cartazes e dísticos vários.

A edição impressa com assinalável qualidade tipográfica [68] de um "boletim interno" da Comissão Distrital de Braga dos Serviços da Candidatura, com data de 8 de janeiro de 1949 e numa tiragem de sete mil exemplares (ver Anexo 8b), não pode deixar de causar surpresa, tanto mais que eles terão sido quase trodos espalhados e distribuídos, sem licença ou censura prévia, em sessão de propaganda efectuada na noite de 8 de Janeiro de 1949 no Teatro Circo. Mas apesar do elevado número de exemplares impressos, a sua massiva distribuição ficou, porém, no olvido não sendo fácil o seu acesso em hemerotecas públicas e, por isso, merece aqui particular atenção. Na sua feitura houve a intervenção empenhada de Armando Bacelar e do gerente da Tipografia "Minerva de Famalicão", José Casimiro da Silva, ambos arguidos no processo por crime de imprensa e crime contra a segurança do Estado pendente no Tribunal Plenário do Porto (ver Anexo 8b).

A distribuição dos milhares de exemplares impressos ocorreu numa única sessão de propaganda, não merecendo, então, qualquer acto de censura ou de incriminação imediata. Só a 20 de Março de 1950 viria a ser judicialmente formalizada a acusação, o que não deixou de ser visto pelo próprio ex-candidato à Presidência da República como injustificada, despropositada e atentatória do desejável clima de acalmação almejado por todos os portugueses (ver Anexo 8c).

O boletim *Eleições Livres*, título assaz sugestivo, ostenta três colunas na primeira página, sendo a mais grossa (lado direito) intitulada *Biografia do General Norton de Matos* (continua na 2.ª página) e consagrada ao vulto do líder, que aparece em fotografia (preto e branco) a meio corpo e ligeiramente de perfil com a aparência física do período em que se apresentou como candidato às presidenciais. O "editorial" subescrito pela *Comissão* à guisa de invocação ao *Leitor!*, surge na primeira coluna e declara a publicação como uma *contribuição construtiva* redigida com os olhos *no Altar da Pátria* e vocacionada *não como*

---

[67] Consta a intenção do seguinte requerimento: *Exmo. Senhor Director dos Serviços de Censura à Imprensa. O GENERAL JOSÉ MENDES RIBEIRO NORTON DE MATOS, na situação de reforma, morador na Travessa da Bela Vista, à Lapa, 5, 2.º, desta cidade, Candidato à Presidência da República, deseja publicar um jornal diário, matutino, para fazer a propaganda da sua candidatura. Vem, por isso, requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a respectiva publicação, obrigando-se desde já, se ela for autorizada, a cumprir tôdas as prescrições legais em vigor. Para tanto pede deferimento* [autógrafo] *Lisboa, 4 de Janeiro de 1949 José Mendes Ribeiro Norton de Mattos* (A.B.N.M. — *Correspondência, 1949 e 1949. [Candidatura à Presidência da República]*).

[68] Foi composto e impresso na conhecida Tipografia Minerva, de Vila Nova de Famalicão.

ouvireis dizer, lançar uma acha a mais na fogueira da revolta, latente no coração de outros portugueses, antes aproveitam a hora eleitoral, a hora que antecede as grandes decisões que selam por longo tempo os destinos de Portugal e sua gente, para vos dizer aqui, no restrito espaço que as nossas magras bolsas permitiram dar a esta publicação, que a administração da Nação seguida nos últimos 22 anos, se não é inferior em face aos fundamentais problemas da nossa terra, é com certeza administração inadequada. Por este extracto o tom poderá evidenciar moderação e até certa candura, mas logo abaixo do texto citado surge em caixa a afirmação *As Eleições não são livres:*[69]. E em rodapé, a todo o cumprimento da mancha gráfica, figura esta frase de Norton de Matos: *Desejamos, eu e os que me rodeiam, acabar, para sempre, com o fascismo em Portugal.* Na coluna do meio acha-se o artigo *Louvor da Democracia*, com contnuação na oitava página.

Na segunda página deparamos com dois artigos de fundo — *Às mulheres e Assistência Pública* (continua na 3.ª pág.) — e uns versos escritos por *uma mulher democrata A Norton de Matos.* No canto inferior direito, em pequena caixa rectangular, um forte apelo: *Portugueses! Perigos sérios espreitam Portugal e para melhor nos defendermos precisamos do nosso lugar na Comunidade das Nações. O caminho até agora tem-nos sido vedado, mas para lá se chegar, de ti isso depende: exige ELEIÇÕES LIVRES.*

A reprodução da resposta do candidato Norton de Matos ao Ministro do Interior preenche quase toda a terceira página com destaque a negro para os vários pontos: *O recenseamento eleitoral tal como está elaborado não serve os princípios da liberdade*; *O sr. ministro do interior reconhece a existência do Campo de Concentração do Tarrafal*; e *É necessário esclarecer a opinião pública sobre o que se passa nos bastidores policiais.* E no canto inferior esquerdo da mesma página há, de novo em caixa, um apelo ao *Cidadão! Se queres lutar contra o medo e abolir a policia política, exige: ELEIÇÕES LIVRES.*

A todo o cumprimento e largura das páginas quatro e cinco um tema forte *Política Económica do Governo de Salazar*, que principia nestes incisivos termos: *A análise desapaixonada da política económica do governo salazarista mostra que ela conduz a um resultado constante: — o empobrecimento da generalidade do povo português em benefício de um número limitado de plutocratas. Por isso o seu regime nunca poderá ser democrático. Dominado*

---

[69] E a seguir aos dois pontos lê-*se* a) – *Enquanto nos cadernos eleitorais estiverem inscritos apenas nomes que agradem ao partido do Governo;* b) – *Enquanto os actos eleitorais se desenrolem sem controle da oposição e sejam apenas uma manipulação eleitoral do partido do Governo;* c) – *Enquanto o Candidato da Oposição não tiver liberdade de propaganda;* d) – *Enquanto declarada ou veladamente se fizerem aos que quiserem votar, ameaças de represálias futuras.*

pelo governo do Sr. Salazar o povo português sente que o seu nível de vida tem diminuído progressivamente. Porquê?.

Um *Interessante diálogo* (assinado por Ego) entre o Tio Francisco, o João Luiz e o Tenente, personagens provincianas em amena cavaqueira política contra a "situação" ocupa a cinco colunas a largura da página seis e grande parte do cumprimento da mesma. Por baixo do psudónimo Ego, nova caixa com o insistente apelo: *Portugueses Se quereis acabar com as afrontosas discriminações politicas! Exigi ELEIÇÕES LIVRES*. Note-se que estes contínuos apelos distribuídos pela paginação do periódico justificam e concretizam o título do beoletim e a sua finalidade propagandística.

Na página sete o artigo *O Professor Bento Caraça, o ensino e o Estado Novo* ocupa quase toda a mancha gráfica, sobrando apenas a coluna da esquerda com o pequeno texto didáctico *O Que é democracia*, uma breve nota sobre o *Major Severino* e, de novo em caixa, *Queremos Eleições Livres e com elas virão o progresso da gente da nossa terra e o desejado respeito da personalidade humana.*

A Reforma do ensino técnico e a juventude domina a oitava e última página em paralelo com a continuação do texto *Louvor da Democracia* (iniciado na primeira), *São Palavras de Norton de Matos*, extraídas da segunda representação ao Presidente da República de 22 de Dezembro de 1948, o apelo, em caixa, *Patriota: Se queres que Portugal seja membro da Comunidade das Nações, reclama como é teu direito, ELEIÇÕES LIVRES* e, finalmente, uma brevissima nota de homenagem à memória do indefectível democrata Professor Abel Salazar [70].

Percorrida a informação derramada ao longo de quatro folhas de papel, dobradas com oito páginas, ressalta, desde logo, uma insistente e incómoda exigência — a de *Eleições Livres* — convertida logo em provocatória denúncia: a falta delas! Julgamos que este aspecto pesou no propósito de as autoridades salazaristas agirem, embora o tenham feito estranhamente tarde demais — mais de um ano volvido sobre a data de distribuição *clandestina* do periódico. Mais do que o conteúdo forte e anti-situacionista de alguns textos (ver Anexo 8b e 8c), o apelo à exigência de Eleições Livres consubstanciava a crítica a um jogo viciado, o grito de revolta contra a farsa eleitoral montada pelo regime e a desmontagem radical da falsa abertura política legitimadora pretendida através do recurso a um acto eleitoral para consumo externo e distensão interna.

---

[70] Sobre este histologista, ensaista, pintor e opositor ao Estado Novo ver CUNHA, Norberto Ferreira da — *Génese e evolução do ideário de Abel Salazar* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

Tão óbvia insistência inscreve-se na posição mista da Comissão Distrital de Braga: recusa táctica de uma ida incondicional às eleições, ao contrário da opinião do próprio candidato, combinada com o propósito de esgotar todos os meios disponíveis para que o regime salazarista, à última da hora, cedesse garantindo o mínimo indispensável de *liberdade, seriedade e independência* (ver Anexo 8a). Em 29 de Novembro de 1948 os mandatários pelo distrito de Braga admitiam como correcta a desistência da ida às urnas na falta de condições, coincidindo, assim, com a posição assumida pelos comunistas e outros apoiantes da candidatura. Esta coincidência não nos autoriza, porém, a identificá-los ideo-politicamente com este grupo, que surge implicitamente criticado na referida *Mensagem* de Novembro (ver Anexo 8a).

Em conformidade com o intuito de esgotar os meios de pressão sobre o regime para que as eleições fossem mesmo livres e não uma tremenda farsa, a Comissão expôs-se ao confronto, consumado na instauração de um processo pelo 1.º Juízo Criminal do Tribunal Plenário[71] comarca do Porto (ver Anexo 8b) de *autos de corpo de delito, pelo crime cconstante da acusação dada nos mesmos autos, contido nos arts. 20, 10 e 11 do decreto 12.008 com referencia ao Decreto de 28-10-910, art. 4.º e ao Decreto 2.270, de 12-3-916, art. 1.º — crime de imprensa — e crime contra a segurança do estado nos termos do art. 174.º par. único, n.os 1.º e 2.º do Cod. Penal.* É interessante, aliás, notar que o acusador do Ministério Público teve o cinismo político de invocar legislação da 1.ª República para condenar actos imputados a adeptos desse regime, sendo certo que a prática republicana em matéria de direitos e garantias deixara muito a desejar!

A instauração desse processo motivou uma veemente, ponderada e extensa manifestação de apoio e de solidariedade para com os arguidos por parte do general Norton de Matos, endereçada, sob a forma de carta de 2 de Abril de 1950, aos seus dois principais ex-mandatários no distrito de Braga — major Ferreira e dr. Graça (ver Anexo 8c). É aí expressamente repudiada, como extemporânea e não fundamentada, a acusação incriminatória do periódico distribuído em Janeiro de 1949, bem como reafirmada não só a confiança pessoal nesses dois amigos e correligionários (e através deles em toda a ex-Comissão Distrital), mas também secundada a doutrina expendida ao longo das oito páginas impressas à luz do maifesto *À Nação* e das instruções que

---

[71] Os Tribunais Plenários, criados em Lisboa e no Porto, sucederam aos Tribunais Militares Especiais por Decreto-Lei 35.044 de 20 de Outubro de 1945 e eram constituídos por um juiz desembargador presidente e por dois vogais, que seriam os juízes mais antigos dos juízos ordinários, continuando a ser de nomeação governamental e com exclusiva competência para o julgamento de crimes de imprensa e de crimes internos e externos contra a segurança do Estado. Ver verbete Tribunais Especiais in *Dicionário de história do estado Novo*, ob. cit., vol. 2, p. 978-979.

o próprio general elaborou e ordenou fossem seguidas pelos seus colaboradores e apoiantes em todo o território nacional. Pelo tom e pela qualidade dos argumentos, a carta mostra ser mais uma alegação de defesa dos incriminados, redigida e proclamada por quem se considerava ainda o único responsável moral da campanha oposicionista. Daí, pois, as palavras finais de assunção plena de responsabilidades e de inequívoca e cúmplice estima:

> Depois de tudo o que acabo de escrever, que me compete dizer-vos, a vós dois, meus velhos Amigos, e a toda a Comissão Destrital da minha Candidatura de Braga? Que aguradeis serenamente e tranquilamente os resultados, as consequencias desta acção judicial apenas iniciada; que punhais este caso nas mãos dos advogados que escolherdes; que procureis serenamente evitar qualquer cenário espectaculoso, onde se procure renovar propaganda seja de que espécie fôr, pois que fui eu o primeiro a indicar que era necessário termina-la, dissolvendo, no dia seguinte ao da eleição do Presidente da República, todas as Comissões dos Serviços da minha Candidatura, e todos vós como eu, recolhemos tranquilamente às nossas casas, aos nossos afazeres, ao exercício das nossas profissões, com a plena consciencia do dever cumprido, sem esquecermos, porem, que continuavamos a ser, acima de tudo, cidadãos portugueses.
>
> Se carecerdes de mim, dizei-me. Eu nunca abandonei quando de mim precisou, um colaborador e um companheiro dos trabalhos da minha vida e irei dizer, onde fôr preciso, quanto vos estimo, considero e respeito, e quão bem soubesteis cumprir, como meus mandatários, as instruções que vos dei, a orientação digna e patriótica que vos marquei. e declararei mais publicamente que se alguem ha que mereça censura, reprovação e castigo em tudo o que se passou do meu lado, na minha Candidatura, já lá vai mais de um ano, esse alguem só posso ser eu (ver Anexo 8c).

Palavras saudadas com profundo apreço e gratidão pelos destinatários. Conhecemos apenas a resposta do Dr. José Graça por carta de 27 de Maio em que afirma:

> Regressado agora a Braga, depois d'alguns dias de forçada ausencia, meu dever é escrever a V. Ex.cia não apenas para lhe dar conta da evolução do nosso processo, mas sobretudo agradecer-lhe os encomodos que por sua causa teve comnosco e em especial agradecer o que disse no magnifico documento que escreveu. Documento esse, já histórico para nós, que pelo brilho intelectual e belesa moral é para nós, os homens que na zona de Braga dirijiram a Campanha da sua Candidatura à presidencia da Republica, mais que uma Compensação, é um premio aos aborrecimentos e contrariedades que os nossos adversários se não cansaram de impôr-nos. Embora o nosso advogado, que eu saiba, não tivesse ainda falado com o juis do Processo é nossa convicção que ele chegou ao fim por estar abrangido na última amnistia.

> Talvez, imprevistamente, para os seus mandatários, com ele não conseguiram todos os objectivos, contudo fômos encomodados e vexados e se isso é compensado com o que hão sofrido tantos Democratas relativamente insignificantes, nem por isso o que nos fizeram deixa de ser censuravel.
>
> A contrastar com esses malevolos intentos, em notavel realce, fica e fica para sempre, a elevada e nobre atitude de V. Ex.cia que uma ves mais, e agora a posteriori, confirma o conceito em que a Comissão incriminada, a quasi totalidade da oposição e eu proprio, tinhamos as altas qualidades intelectuaes e moraes de V. Ex.cia. Conjuncto invulgar que fazem de V. Ex.cia o Homem indicado para Chefe Supremo dos Portugueses.
>
> Em nome de todos os interessados e meu proprio, receba meu General os nossos vivos agradecimentos. Muito e muito obrigado.
>
> Fazemos votos pela sua boa saude e para que os Deuses lhe conservem a vida por dilatados anos se subscreve com a mais elevada consideração o que é de V. Ex.cia Amigo grato e obrigado [72].

A missiva transcrita indicia-nos, pois, a suspensão do processo ao abrigo de uma amnistia geral, mas também confirma o desgaste intimidatório que o regime intentou provocar nas hostes oposicionistas, sujeitas a novo refluxo e a nova "travessia do deserto" de garantias políticas. A incriminação tardia e aparatosa do boletim *Eleições Livres* funcionou, obviamente, como estratagema, um entre outros possíveis, para neutralizar e, sobretudo, extinguir o fôlego anti-situacionista que a campanha eleitoral às presidenciais fomentou e difundiu.

3. PONTO FINAL...

O caso do *Boletim interno* e único da C.D.S.C. do distrito de Braga, focado aqui sem a intenção de uma exaustiva busca e análise dos seus múltiplos detalhes, permitiu, fundamentalmente, trazer à colação elementos dispersos sobre a história da candidatura oposicionista protagonizada pelo general Norton de Matos e através deste evento político explorar um pouco mais a acção e o pensamento desse estadista, republicano e democrata, que pela sua trajectória de vida e pela sua afortunada longevidade atravessou e interagiu de forma intensa e indissociável com duas importantes conjunturas da contemporaneidade portuguesa: a de 1890-1926 e a datável entre 1926 e 1961.

O estudo científico de tais conjunturas não pode prescindir de um renovado e aprofundado conhecimento do autor de *Memórias e Trabalhos da minha Vida*, *África Nossa* ou *Nação Una.*

---

[72] A.B.N.M. — *Opositor ao Estado Novo.*

ANEXOS

1 —Documentos para a apresentação da candidatura do exmo. sr. general Norton de Matos à Presidência da República. 1948*

Illmo. e Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

O abaixo assinado, José Mendes Ribeiro Norton de Mattos, general reformado, declara, nos termos e para os efeitos do art. 27.º da Lei n.º 2.015 de 28 de Maio de 1946, que aceita a indicação do seu nome para candidato à Presidência da Republica, constante da apresentação que, nos termos e para os efeitos do mesmo artigo, vai ser feita perante Vossa Excelencia por cidadãos portugueses em numero legal e com a qualidade de eleitores.

Lisboa, 8 de Julho de 1948

José Mendes Ribeiro Norton de Mattos

Morador na Travessa da Bela Vista, à Lapa, n.º 5, 2.º andar [1.ª folha]

[No final do processo está a lista dactiloscrita com os nomes dos subscritores por distritos. Os relativos ao distrito de Braga são]:

Luís Augusto Simões de Almeida — Funcionário Público, 87 anos;
Júlio Fernandes Simões de Macedo — Músico, 54 anos;
José da Graça — Médico e Proprietário, 55 anos;
Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro — Juiz Aposentado do Tribunal do Cairo, 67 anos;
Augusto Veloso — comerciante; Alfredo Dias Pereira — Oficial do Exército reformado, 68 anos;
António de Oliveira Braga — Advogado, 42 anos;
Avelino Ferreira Barbosa Junior — Comerciante, 44 anos;
Carlos Araújo Pereira de Sampaio — Empregado do Comércio, 36 anos;
Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá — Empregado do Comércio e Publicista, 27 anos;
Francisco José Fernandes Hortas — Comerciante, 21 anos;
Rodolfo João Teixeira — Médico, 42 anos;
Manuel Bento da Rocha Peixoto — Médico, 52 anos;
Amarino Pereira Castilho — Farmaceutico, 62 anos;
Joaquim Pereira Lemos — Viajante, 46 anos;
João Jorge Nunes — Empregado de Comércio, 27 anos;
Fernando Aurélio — Comerciante, 45 anos;
Avelino Ferreira Barbosa Junior — Comerciante, 44 anos;
Rui Gonçalves de Castro — Comerciante, 34 anos;
José Lopes Granja — Chefe de Conservação, 67 anos;
Alberto Veloso — Empregado do Comércio, 31 anos;

---

* In Arquivo do Supremo Tribunal de Justiça. Lisboa

Arnaldo Alfredo Rebello da Silva — Proprietário, 50 anos;
António Araújo Braga — Picheleiro, 36 anos;
Manuel da Silva Antunes — Industrial, 47 anos;
João Batista Cerqueira — Comerciante, 56 anos;
Joaquim António dos Santos — Comerciante, 32 anos;
Joaquim António Vieira Leitão — Estudante, 27 anos;
João Martins Gonçalves — Comerciante, 62 anos;
José Carlos Sobral de Melo Bandeira — Proprietário, 34 anos;
Artur Cândido Roriz Pereira — Jornalista, 55 anos;
Francisco Rodrigues Torres — Médico, 53 anos;
Maria Elsa Rodrigues Anjo — Professora, 34 anos;
Martinho Eduardo de Faria — Advogado, 42 anos;
Abílio Rodrigues Salgado — Proprietário, 42 anos;
Rodrigo José Rodrigues — Médico e Proprietário, 70 anos;
Joaquim José R. P. Borges — Advogado, 42 anos;
António Pereira Marinho Dias — Advogado, 30 anos;
António Teixeira Novais — Comerciante, 44 anos;
Amândio Barbosa A. Lima Figueiredo — Escrivão, 69 anos;
Manuel Teixeira da Silva — Relojoeiro, 31 anos;
Afonso Teixeira de Novais — Comerciante, 50 anos;
Honorato Teixeira Machado — Alfaiate, 42 anos;
Antão Menezes de Lencastre — Proprietário;
António José Ferreira da Cunha — Negociante;
José Jacinto Junior — Proprietário;
José Acácio Pinto Rodrigues — Advogado;
Anibal Dias Pereira — Comerciante;
Francisco Alberto Pinto Rodrigues — Advogado;
Anibal Dias Pereira — Comerciante;
Francisco Alberto Pinto Rodrigues — Advogado;
Avelino Faria Guimarães — Comerciante;
Bento Ferreira da Cunha — Nrgociante;
Joaquim Teixeira — Negociante;
Eduardo Pereira dos Santos — Comerciante;
António Augusto de Almeida Ferreira Junior — Empregado de Escritório;
José Carvalho Moreira — Cerralheiro, 30 anos;
Joaquim Malvar — Proprietário, 71 anos;
José Maria Folhadela Portela — Empregado de Escritório, 28 anos;
José Maria Portela — Comerciante, 56 anos;
José Ferreira Rodrigues — Negociante, 64 anos;
Manuel Adolfo Marinho Moreira — Médico, 47 anos;
Alberto José Correia — Proprietário, 45 anos;
Alberto Veloso de Araújo — Engenheiro Agrónomo, 55 anos;
António da Silva Braga — Negociante, 25 anos;
Eurico Cardoso de Sousa — Ferroviário, 36 anos;
Fernando Ferreira da Cruz — Chefe Conservação Aposentado, 48 anos;
Filipe Luis Mendes Machado — Mestre de Oficina, 26 anos;
Joaquim da Silva Araújo — Alfaiate, 26 anos;

José Casimiro da Silva — Guarda-livros, 41 anos;
José Ferreira de Sousa — Carpinteiro, 41 anos;
Lino Viriato da Costa Simões — Empregado Comercial, 38 anos;
Manuel Ferreira Brandão — Industrial, 25 anos;
Manuel Pereira Soares — Proprietário, 75 anos;
Rosendo da Costa Faria — Carpinteiro, 46 anos;
António Joaquim Ferreira Veloso — Comerciante, 37 anos;
António Nogueira da Silva — Alfaiate, 33 anos;
Francisco Gomes da Silva — Proprietário, 62 anos;
Ruben Domingos de Carvalho — Advogado, 41 anos;
Albino José Marques — Proprietário, 77 anos;
Albino Pinto Carneiro — Chauffeur, 57 anos;
António Pimenta Ferreira Lôbo — Médico, 29 anos;
Francisco Correia de Abreu — Empregado Fabril, 48 anos;
Joaquim Lopes — Marchante, 39 anos;
Manuel Ferreira — Operário, 39 anos;
Manuel de Sousa Nogueira — Sapateiro, 53 anos;
Mário Alberto Ferreira Veloso — Negociante, 44 anos;
Pedro Barbosa Marques — Carpinteiro, 41 anos;
Augusto Cerejeira de Faria — Advogado, 41 anos;
Gustavo Carvalho de Sá — Proprietário, 37 anos;
Joaquim da Silva — Serralheiro, 52 anos;
António José de Azevedo — Lavrador, 68 anos;
Manuel Ferreira da Cruz Loureiro — Lavrador, 46 anos;
António Pinheiro Braga — Estudante, 29 anos;
Augusto de Sá Pinheiro Braga — Proprietário, 71 anos;
Manuel da Costa Vaz — Empregado Comercial, 43 anos;
Manuel da Silva Araújo — Serralheiro, 30 anos;
Serafim da Costa Pinto — Empregado Comercial, 24 anos;
Manuel Dias dos Santos — Lavrador, 47 anos;
Adolfo Gomes Ferreira — Ajudante Técnico de Farmácia, 34 anos;
Alvaro Ribeiro Marinho — Médico, 40 anos;
João José Gonçalves de Azevedo Marinho — Agricultor, 32 anos;
João Pereira dos Santos Ribeiro — Negociante, 60 anos;
Joaquim Oliveira Menezes — Ajudante de Farmácia, 42 anos;
Leonel dos Santos Ribeiro — Comerciante, 39 anos;
Francisco Carneiro de Sá — Tipógrafo, 25 anos;
Abílio Gomes da Costa Oliveira — Comerciante, 40 anos;
Agostinho José Amaro Dias da Silva — Empregado de Escritório, 23 anos;
Alcino Rodrigues de Freitas — Negociante, 47 anos;
Alfredo Rodrigues da Costa — Tesoureiro aposentado, 74 anos;
Alvaro Clemente da Costa Simões — Negociante, 41 anos;
Amadeu Rodrigues Moreira — Escriturário, 40 anos;
António Cleto Malvar — Bacharel em Direito, 33 anos;
António Francisco Loureiro Oliveira — Empregado Comercial, 24 anos;
António Gonçalves Branco — Tipógrafo, 55 anos;
António Joaquim de Carvalho — Negociante, 48 anos;

António Monteiro Torres — Caixeiro Viajante, 41 anos;
Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar — Advogado e Escritor, 25 anos;
Daniel Rodrigues Salgado — Advogado e antigo Ministro da República, 69 anos;
Eduardo Dias Valongo — Comerciante, 35 anos;
Elisa Amado Bacelar — Proprietária, 29 anos;
João Alberto Lopes — Comerciante, 50 anos;
João Ferreira Maia — Ajudante de Farmácia, 40 anos;
Joaquim Portela — Empregado Comercial, 56 anos;
José da Costa Jácome — Advogado, 38 anos;
José Pires de Melo — Negociante, 59 anos;
José dos Santos Ferreira — Comerciante, 39 anos;
Julia Marques de Magalhães Aguiar — Doméstica, 30 anos;
Julio Rodrigues de Freitas — Negociante, 44 anos;
Lino Carvalho Lima — Advogado, 30 anos;
Luís Moreira Pinto — Empregado de Escritório, 35 anos;
Manuel Ribeiro da Costa — Empregado de Escritório, 28 anos;
Vasco Pereira Vasques — Industrial, 38 anos;
Custódio António da Silva — Médico;
José dos Santos Pardal — Engenheiro;
Abel José Lopes — Solicitador e Proprietário;
Aureliano de Abreu Dias — Comerciante;
Manuel Rodrigues Gaspar — Cabo da Guarda Nacional Republicana aposentado;
José Cândido Antunes — Proprietário.

2 — Exposição ao Presidente da República, Marechal Óscar Fragoso Carmona*

Senhor Presidente da República
Excelência

Os signatários, com plena consciência da parcela de responsabilidade que assumiram, manifestando-se e actuando como elementos de oposição á actual situação política nos períodos de mais intensa actividade posteriores a Outubro de 1945, sentem que devem agora ao País uma explicação justificativa de não terem promovido a apresentação de candidaturas às eleições para deputados à Assembleia Nacional, anunciadas para 13 de Novembro. E para tornar mais expressiva tal explicação, colocando-a à altura das responsabilidades assumidas, dirigem-ne a V. Ex.ª, como Chefe do Estado e Supremo Magistrado da Nação.

É forçoso historiar um pouco.

A guerra na Europa havia terminado em Maio de 1945.

Em 7 de Outubro, o Sr. Presidente do Conselho, reconhecendo que a cconflagração terminara em certo "clima social e político" e que a "bandeira de vitória foi desfraldada e ficou drapejando ao vento da "democracia", proferiu o seu discurso da sala da biblioteca da Assembleia Nacional, com o qual abriu o período de "liberdade suficiente" para a eleição dos deputados que ocupariam os lugares da Assembleia anteriormente dissolvida. Depois do longo período daa ditadura iniciado com a revolução do 28 de Maio, pela primeira vez o Governo concedeu e afirmou que, EM CERTOS ASSUNTOS, SE TORNA NECESSÁRIA A CONSULTA AO ELEITORADO PARA ESCOLHA DOS SEUS REPRESENTANTES, e admitiu que ERA ESSENCIAL À SUA DIGNIDADE QUE, NO PERÍODO E TRABALHOS ELEITORAIS, EXISTISSEM OS DIREITOS DE FACTO AS CONDIÇÕES DE SERIEDADE, DE SEGURANÇA E DE LIBERDADE, CORRESPONDENTES À MAGNITUDE DO ACTO já que — reconheciase também — NÃO SE PODE GOVERNAR CONTRA A VONTADE PERSISTENTE DE UM POVO, COMPETINDO A ESTE DIZER QUANDO SE DEVE MUDAR O SISTEMA.

Perante este público reconhecimento e adesão a princípios fundamentais, que por intuição nunca deixaram de estar presentes na crença da grande maioria dos portugueses, mas que o Governo sempre até então repudiara, julgaram muitos abrir-se um novo ciclo na vida portuguesa, e entreviram mesmo a possibilidade de dar-se ao nosso problema político uma solução constitucional que era, antes, geralmente considerada como inviavel. Pelo que, ainda, à sombra de uma liberdade vigiada e condicionada por toda a espécie de limitações, mas a que mesmo assim, se não estava já habituado, muitos acreditaram poder, sem risco de represálias, manifestar a sua discordância e exprimir livremente o seu voto politico. Daí surgiu esse extraordinário levantamento nacional, e, de norte a sul, através de cidades, vilas e aldeias, do continente até às ilhas e ultramar, centenas e centenas de milhares de pessoas, portugueses de todas as classes e condições, pelos mais variados e improvisados meios, manifestaram

---

* Arquivo e Biblioteca do General Norton de Matos (A.B.N.M.) — Dossier *Candidatura à Presidência da República.*

o seu descontentamento, afirmaram a sua atitude de oposição ao Governo, reclaram em concreto o que consideravam AS TAIS CONDIÇÕES DE SERIEDADE, DE SEGURANÇA E DE LIBERDADE, ESSENCIAIS À DIGNIDADE DO GOVERNO E À GENUIDADE DO ACTO ELEITORAL, e que, fundamentalmente, se traduziam na revisão de um recenseamento que estava incompleto, e na concessão de um período que tornasse possível a apresentação de candidaturas.

Nessa campanha muitos homens de valor e de prestigio se revelaram e evidenciaram.

A luta teve qualidade e grandeza.

Sabe V. Ex.ª, Senhor Presidente da República, o que então se passou.

Os governantes devem ter podido dar-se conta, entre surpreendidos e alarmados, quanto, para muitos, o sistema era impopular, e de como tinham contra si uma grande parte da Nação.

Isso os levaria a mudar de táctica. Ao cabo de pouco mais de trinta dias, já os jornais publicavam a tôda a largura da 1.ª página estas outras palavras do chefe do Governo: "NÃO HÁ ESTADO QUE NÃO TENHA O DOMÍNIO INTANGIVEL DE CERTO NÚMERO DE IDEIAS E AS NÃO DEFENDA CONTRA TUDO E TODOS". Ficou assim iniquivocamente afirmado que não seria permitido à Nação, nem mesmo constitucionalmente, lutar contra as ideias e os sistemas que pela força lhe haviam sido impostos.

E, assim, os improvisados dirigentes daquele gigantesco movimento alcançaram a possibilidade de rever-se o recenseamento, que vinha do tempo em que nem sequer se vislumbrava uma disputa de eleições em Portugal, nem obtiveram a concessão de um mínimo de praso em que se tornasse possivel concertar, organisar e documentar as listas de candidatos, para cuja apresentação houvera os escassos dias que iam de 7 a 17 de Outubro.

Por isso, a Oposição não concorreu ao acto eleitoral.

O Governo, por sua vez, esquecido das verdades que proclamara e das garantias que prometera, afastou dos cargos públicos e dos organismos corporativos pessoas que se haviam manifestado a favor das proclamações da Oposição. Quer dizer, um Governo que a si mesmo se designava nacional, recusou à Oposição todos os meios ou possibilidades de emitir útilmente um voto político, e aproveitou-se da exteriorização havida para demitir, aposentar ou pelo menos incomodar, adversários ou simples discordantes, a ponto de lhes diminuir as condições de vida, como se não fossem eles, todos eles, portugueses, e não vivessem todos em Portugal sob a protecção da lei comum.

Felismente, nem tudo se perdeu.

Porque assistiu à revelação de mentalidades valiosas e do maior prestigio, algumas até aí ignoradas pelo fatalismo das circunstâncias, mas que animaram e impulsionaram um tão grande movimento, e sentiu o decidido e entusiástico apoio que lhe vinha do Povo, a Oposição tomou a plena consciência da sua força e não mais se deixou abafar. resistiu e ficou presente e atenta aos momentos de vibração nacional. Embora sem lhe fazer justiça, o Governo reconhece, agora que ela é NUMEROSA E AGUERRIDA.

Passaram anos.

Aproximavam-se as eleições da Presidência da República, constitucionalmente marcadas para Fevereiro de 1949.

Entretanto, os detentores do poder, já certos e convictos de que tinham contra si grande parte dos portugueses, e da possivel instabilidade que lhe adviria da livre expressão dos votos contrários, não atentam nas constantes reclamações da Oposição que clamava terem os recenseamentos eleitorais sido preparados deficientemente; seguem-se, ano após ano, nas Comissões Recenseadoras, o corte de muitos nomes de pessoas que se presumia votarem contra o Governo e a recusa dos indispensáveis meios legais de consulta para fazer reclamações.

Não obstante este estado de coisas, chegada a oportunidade a Oposição apareceu e apresentou o seu Candidato.

O que então se passou, é de tal modo recente, e de tão transcendente significado que, não podendo deixar de estar vivo na lembrança de V. Ex.ª, como na de todos nós, dispensa pormenorisados comentários. Ocioso seria mesmo lembrar como, apesar do carácter especial da candidatura, sem apoio em qualquer organisação política anterior, e antes animada e impulsionada por quantos espontâneamente entenderam dever dar-lhe a sua adesão, sem possibilidade de disciplina e unidade de vistas que só a organização partidária confere, teve a Oposição o mérito de, NEM PELO USO DO LUGAR COMUM NEM DE UMA ORATÓRIA EM DISCURSO, NEM PELA CRÍTICA SEM OBJECTIVIDADE, NEM PELAS TÔRVAS AMEAÇAS [...] a que desceu por vezes a propaganda pró-situação. Quanto em contrário se tem dito e disser é fruto de apaixonada cegueira e as realidades flagrantemente o desmentem.

Mais grave do que isso que disseram, foi o que fizeram os partidários do Governo. É ainda hoje motivo de indignação e repulsa o arbítrio com que foram sucessivamente cerceados os direitos e meios de propaganda da Oposição, começando, logo após a grandiosa sessão do Campo de Salgueiros, pela proibição de realisar comícios nos espaçosos campos de jogos, depois em quaesquer recintos descobertos, e terminando pela cada vez mais apertada censura à imprensa, que sistemáticamente esvasiava as reportagens, artigos e entrevistas, tanto de conteúdo lógico como do poder formal. Por outro lado, recusou-se tão obstinadamente a consulta dos cadernos eleitorais (que era indispensável, para se saber quem estava recenseado, quem podia subscrever a candidatura e ser delegado eleitoral) que, só por múltiplas e sucessivas certidões de tentativa se obtiveram em parte as indicações necessárias, concelhos havendo onde não chegou a ser possivel escolher e designar os delegados para as secções de voto.

Por demais deveria o Governo saber que a Oposição — que só no campo legal se colocara — não crescia, para afirmar-se e impôr-se à consciência do País de PREPARAR AMBIENTE REVOLUCIONÁRIO OU FOMENTAR ORGANISAÇÕES SUBVERSIVAS e ainda que nem mesmo a ameaça noticiada de um pronunciamento militar seria capaz de desvia-la da observancia dos preceitos da Ordem e da Lei. O certo é porém, que não se hesitou perante o extremo de recusar ao Candidato da Oposição o direito de ter delegados nas secções de voto, e isto com o pretexto irrisorio de que se não fisera a prova de ser o general Norton de Matos... candidato à Presidência da República!

Resignou o Candidato oposicionista, e a Oposição terminou por abster-se, e são já por demais conhecidas as rasões e circunstâncias que a isso levaram.

Continuou porém a faser sentir-se o efeito das tais tôrvas AMEAÇAS SEM JUSTIÇA, que ecoaram em plena Assembleia Nacional, para recaír sobre a Oposição. É que as campanhas eleitorais em Portugal têm sido aproveitadas para identificar

adversários políticos que depois são demitidos, afastados ou pelo menos incomodados. Não foram poupadas as escolas e outros serviços públicos, assim privados de alguns dos seus melhores e mais eminentes servidores. o interesse nacional foi sacrificado à intransigencia política.

Passaram alguns meses.

Por imperativo da Constituição em vigor, aproximava-se de novo a eleição de deputados à Assembleia Nacional.

Era geral a expectativa sobre o que iria passar-se. O Governo deixou encerrar o periodo de trabalhos da Assembleia Nacional, deixou passar mais alguns meses, e só quando teve de fixar a data para as eleições, o que fez com a antecedência minima, de modo a não deixar à Oposição mais do que dez escassos dias para organisar e apresentar as suas listas de candidatos, em 3 de Outubro, publicou uma nova lei eleitoral. E apesar de haver uma Assembleia Nacional, e de ser esta da absoluta confiança do Governo e por ele libérrimamente escolhida, para o efeito de publicar essa nova lei eleitoral aguardou-se o seu encerramento, resultando assim o absurdo de nem o próprio diploma pelo qual se regula a eleição da Assembleia Nacional ser por esta apreciado e votado.

O breve estudo da lei em referência dá a fácil explicação do facto. É que, a propósito de compilar e refundir vários diplomas sobre matéria eleitoral, aboliu-se a última garantia de regularidade no apuramento que as anteriores leis ainda concediam. Negou-se a fiscalisação onde ela era essencial, extinguindo o direito que tinham os candidatos de designar delegados da sua confiança para as secções de voto, permitindo-a apenas nos apuramentos distritais, onde ela era inútil. Por recair sobre elementos possivelmente já viciados, e em qualquer caso secundária, visto não dever ser possivel que aquele apuramento deixe de corresponder ao somatório dos resultados das respectivas secções de voto.

Depois da dissolução das comissões de candidatura do general Norton de Matos, e do natural período de inactividade que se lhe seguiu, esteve em marcha uma organisação oposicionista que queria defender extrémamente a Democracia e os processos que lhe são próprios e muito seus.

Foi nesta emergência que os signatários, alguns dos quais haviam, até, anunciado já aquela Organisação, sentindo a responsabilidade que lhes advinha de mandatos anteriormente conferidos, encararem o problema que se lhes ponha de apresentação ou não apresentação de candidaturas às próximas eleições. Encararam-no uns como candidatos e varios como proponentes, e todos se dispuseram a contribuir com o melhor do seu esforço e a correr os riscos ao acto inerentes.

Mas não lhe competia resolver só por si. Sobre isso deveriam ouvir o maior número de pessoas.

Porque eram escassos os dias para a preparação e apresentação das candidaturas, e porque importava estar preparado para uma ou outra das soluções, em muitos distritos se fôrem requerendo e obtendo as certidões de recenseamento de candidatos e proponentes e mais documentos necessários.

Chegado o momento de dicidir se devia ou não fazer-se a apresentação das candidaturas, e de harmonia com o modo de ver da grande maioria das pessoas ouvidas, os signatários concluiram pela inutilidade dessa apresentação em relação às próximas eleições. Para tal resultado contribuiram decisivamente as considerações seguintes:

— Os recenseamentos encontram-se com graves omissões, principalmente depois que nos últimos anos se vêm fazendo supressões macissas em relação a pessoas que, satisfazendo embora todos os requisitos de capacidade eleitoral, fôrem apontadas como desafectas à actual situação;
— O Governo procedeu como se tivesse o propósito de não querer que a oposição participe dos apuramentos, quer quando na ultima campanha da eleição presidencial se aproveitou de um pretexto para negar ao Candidato da Oposição o direito a ter delegados nas secções de voto, quer agora modificando apressadamente a lei para abolir a garantia equivalente;
— O facto de manter a censura, mesmo nos períodos eleitorais, não só impede a crítica aos actos do Governo, como mutila e deforma o pensamento dos propagandistas da Oposição;
— Seria perigoso e inútil sujeitar a nova possibilidade dee prejuíso as pessoas que, por imperativo de consciência, não deixariam de revelar-se e manifestar-se como oposicionistas, dada a falta do mínimo de condições de fiscalisação, de segurança e de liberdade, essenciais à dignidade e genuidade do acto eleitoral.

E, assim, não se fez sequer a apresentação das candidaturas.

Isto não significa, pelo que podem os signatários testemunhar nem que a Oposição se conforma nem que renuncia à luta, mas explica porque nas circunstâncias actuais se não apresentaram candidaturas.

No entender dos signatários deve a Oposição prosseguir e organisar-se, com o apoio dos democratas convictos, colhendo e aproveitando os ensinamentos da longa e dura experiência dos últimos anos, e deve constituir UMA FORÇA QUE POR SUAS NOBRES E PATRIÓTICAS FUNÇÕES, SEUS FUNDAMENTOS JURÍDICOS E SUA ESTRUTURA, NÃO POSSA, COM LEGITIMIDADE, DEIXAR DE TER GARANTIDA A EXISTÊNCIA LEGAL.

Para a consecução de tal objectivo devem empenhar-se e cerrar fileiras quantos fazem da sua atitude de oposição ao Governo um meio de conquistar, para todos os portugueses, as liberdades e garantias fundamentais.

Se é ainda possivel a Vossa Excelência, investido na mais alta Magistratura, contribuir para que tenha efectivação rápida esse tão patriótico objectivo, e assim ajudar a que termine um estado de coisas que nos oprime internamente e externamente nos afasta, cada vez mais, dos grandes movimentos democráticos do Mundo de hoje, toda a intervenção que Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, resolva realizar neste sentido, será feita.

A BEM DA NAÇÃO

António José de Sousa pereira
Carlos Cal Brandão
Artur Saraiva de Castilho
Eduardo barreira dos Santos Silva
Eduardo Ralha
Mário Cal Brandão

Julio C. Semedo
João Meneses de Campos
Aristides Ribeiro
José António Ferreira
Joaquim Mário Coimbra
Manuel ferreira martins
Antero de Sá
Alberto Nogueira Gonçalves
Antonio Macedo
Alexandre Freitas Ribeiro
Duarte Leite
Bento de Melo
Luiz Veiga
Olívio França
Men Tinoco Verdial
José Ferreira
Manuel Vilela de macedo
Arnaldo Candido Veiga Pires
Eduardo de Sousa Figueiredo
Mariano dos Santos Roque Laia
Sertório Marques da Silva
Luiz Henrique Cordeiro
António Dinis
Pedro Monjardino
José de Magalhães Godinho
Fernando da Fonseca
Cascão de Anciães
Luis Dias Amado
Castro Soromenho
Adolfo Casais Monteiro
Nuno Rodrigues dos Santos
José paradela de Oliveira
Luis de Aguiar
Mário de Azevedo Gomes
Fernando Mayer garção
José de Magalhães
António Augusto Ferreiar de Macedo
Jacinto Simões
Camara Reys
Armando Adão e Silva
José Bacelar
Sebastião José Ribeiro
Francisco Vieira de Almeida
Herculano Nunes
Agostinho Sá Vieira
Antero Consiglieri Sá Pereira
Daniel Rodrigues

Helder Ribeiro
João Pina de Morais
Fernando Lopes
Júlio da Fonseca
Raul Pinto Coelho Madeira
Fernando Vale
Fernando Abranches Ferrão
E outras assinaturas

3 — [Lista dos Presidentes propostos para as Comissões Distritais dos Serviços de Candidatura] *

Aveiro
Dr. Manuel Luiz da Costa Figueiredo
Médico
Avenida Visconde de Salreu — ESTARREJA

Beja
Dr. Luciano Aresta Branco
Médico
Rua Cinco de Outubro, 33 — BEJA

Braga
Miguel Augusto Alves Ferreira
Proprietário
Lugar da Cruz
Freguesia Antime — FAFE

Bragança
Dr. Luiz Augusto Pinto Garcia
Professor Liceal, aposentado — BRAGANÇA

Castelo Branco
Dr. Luiz Augusto Pinto Garcia
Professor
Rua Cinco de Outubro, n.º 5 — CASTELO BRANCO

Coimbra
Dr. Fernando da Costa Ferreira Lopes
Advogado — COIMBRA

Évora
Francisco José Chaveiro Calhau
Proprietário
Rua dos Trez Senhores, n.º 5 — ÉVORA

Faro
Dr. José da Silva Nobre
Médico
Rua Vasco da Gama, n.º 24 — FARO

---

* A.B.N.M. — Dossier *Candidatura à Presidência da República.*

Guarda
Dr. Adelino Lopes
Médico — GUARDA

Leiria
Dr. Vasco da Gama Lopes Fernandes
Advogado — LEIRIA

Lisboa
António Luiz de Gouveia Prestes Salgueiro
Oficial da Marinha, reformado
Avenida Duque de Loulé, 95, 3.º, Direito — LISBOA

Portalegre
Jorge Frederico Velez Caroço
Coronel, reformado — PORTALEGRE

Porto
Dr. Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Médico
Rua Formosa, 303, primeiro — PORTO

Santarém
Dr. Eurico Ferreira
Advogado — SANTARÉM

Setúbal
Dr. José carlos Pinto Gonçalves
Advogado
Rua do Crucifixo, 28, 2.º — LISBOA

Viana do Castelo
António Augusto Alvares Ferreira
Coronel reformado
Rua de São Sebastião — VIANA DO CASTELO

Vila Real
António Fernandes Varão
Proprietário
Rua António de Azevedo, 86 — VILA REAL

Vizeu
Dr. Alvaro Monteiro
Advogado
Rua Dr. Luiz Ferreira, 69 — VIZEU

DISTRITOS INSULARES

Angra do Heroísmo
Antéro Consiglieri Sá Pereira
Comerciante — ANGRA DO HEROÍSMO

Ponta Delgada
Dr. Carlos de Medeiros Cabral e Melo de Betencourt
Advogado — PONTA DELGADA

Horta
Horacio Ferreira Saloio
(Faial) — HORTA

Madeira
Dr. João Brito Câmara
Advogado
Rua Pedro José Ornelas, 24-A — FUNCHAL

COLÓNIAS

Angola
Dr. António Simões Raposo
Advogado — LUANDA

Moçambique
Felisberto Gomes Ferreirinha
Avenida Gomes Freire, 39 — LOURENÇO MARQUES

Cabo Verde
Pedro Ferreira dos Santos — SÃO VICENTE

(Em telegrama de 4 de fevereiro, o sr. Ferreira dos Santos disse estar ddoente. Agradecia o honroso convite e pedia escusa. Realmente é velho e doente)

Guiné
Mário Lima Wahnon — BISSAU

São Tomé
(Não tem Delegado)

Índia
(Foram indicados varios nomes de Democratas, mas não chegou a ser nomeado nenhum. Nomes das pessoas indicadas: Dr. António Sequeira, Dr. Sales Andrade, Dr. Alvaro Remedios Furtado e Dr. Gomes Pereira)

Timor
Camilo André dos Santos Ferro — DILI

Macau
(Não chegou a ser nomeado Delegado)

4 — Aos Republicanos de Portugal (Tópicos)*

1) Republicanos são para nós apenas aqueles dos portugueses, habitantes da Metrópole e das províncias ultramarinas, nos quais se mantem, em toda a sua fôrça e pureza democrática, o espírito de 5 d'Outubro de 1910.
2) Claro está que bem sabemos que nestes 39 anos profundas modificações se deram na mentaliadde dos portugueses e que a elas temos de atender; mas não há dúvida que muitos milhões dos habitantes de Portugal estão animados daquele espírito e sabem bem que a fôrça nacional que dele emana é a única capaz de nos manter na posição de nação independente, na posse de todos os territórios portugueses e na intenção de os civilizar e valorizar cada vez com mais vigor e sem nada perdermos da soberania que neles exercemos.
3) Sendo assim, não podemos nem queremos dirigir-nos aos portugueses que desejam a implantação da monarquia em Portugal, não porque neles deixem de concorrer os patrióticos desígnios que nos animam, mas porque julgamos essencial para o bem e principalmente para a segurança do nosso País aquele espírito da República.
4) De modo algum nos poderiamos ou quereriamos também dirigir aos comunistas portugueses, a exemplo da Rússia, e por ele aprovados, desejam implantar em Portugal instituições políticas de natureza bolchevista.
5) Continuamos, porém, a ser, como tantos outros portugueses, sem dúvida a maioria deles, opostos ao regime político, implantado entre nós em 28 de Maio de 1926, ditatorial e com raízes em regimes totalitários que fôram e estão sendo funestos aos povos que os deixaram introduzir entre eles; apenas trabalhamos e trabalharemos para se restabelecer de novo em Portugal a República, uma Segunda República por certo, mas república na sua fundamental essência.
6) Quanto aos outros portugueses que aspiram aos regimes políticos a que aludimos, a nossa propaganda e os esforços para se restabelecer de novo um regime republicano tudo farão para os não deixar triunfar. isto não impedirá porém, que os respeitemos, individualmente e nos agrupamentos que formem, desde que nos convençamos de que com o seu agir em nada se prejudicará a independencia nacional e integral manutenção dos territórios portugueses e de nossa plena soberania.
7) Dois acontecimentos recentes se vieram juntar a tantos outros e nos obrigaram a saír do nosso silêncio.
   Um é a nova lei eleitoral, posta em vigor; outro, é a abstenção total que espontâneamente, sem qualquer indicação ou sugestão, como protesto

---

* A.B.N.M. — *Opositor ao Estado Novo*, maço 3, pasta 2.

solene, a oposição ao actual regime resolveram manter perante as eleições de membros da Assembleia Nacional.

8) A nova legislação eleitoral a que se deu o nome de Coordenação de leis eleitorais, que mais propriamente se devia chamar de Eliminação de leis eleitorais, e que foi posta em vigor, segundo normas anti-democráticas, por decreto do Governo promulgado pelo Presidente da República para valer como lei, sem a menôr iintervenção de carácter parlamentar, revoga leis e disposições legais de carácter eleitoral, todas essencialmente liberais e prestigiantes das eleições que a Nação tem de realizar, leis que existiam havia mais de 23 anos em Portugal, postas em vigor democraticamente pela primeira República. Um desses diplomas legislativos agora revogado era a Lei eleitoral fundamental de 3 de Julho de 1913, posta em vigor a menos de 3 anos da proclamação da República em 1910. O actual regime esperou 23 anos para a revogar. Talvez tivesse sido um bem, porque nada há peor para o prestígio dos povos do que a existência de leis que se não respeitem e cumpram.

   De modo algum em face da recente legislação que acaba de afastar inteiramente a possibilidade de ser eleito um único republicano, o povo português, que na sua grande maioria continua animado dos princípios democráticos de 5 de Outubro de 1910, podia seguir caminho diferente do que escolheu: — desinteressar-se por completo de eleições que não seriam nem livres, nem inteiramente fiscalizadas e em que o número de votantes será o que se quiser. Mas resolveu tambem esse povo, conscio da sua dignidade e confiante nos seus altos destinos, não perturbar de modo algum o acto eleitoral, a realizar. Por essa razão estas palavras só aparecem agora, após as eleições.

9) Além do que já fica dito teem estas palavras outros objectivos que passamos a expôr.

   Fala-se, por parte dos portugueses que apoiam o regime político actual, da necessidade de atingir a normalidade e que essa será a tarefa da nova Assembleia Nacional. Não vemos como isso se possa conseguir com uma câmara eleita por um partido único e portanto representante desse partido — a que se deu o nome de União Nacional — de modo algum da Nação. Que se entende por normalidade? Evidentemente o que é normal, o que obedece à norma. ora a nossa norma é, internamente, a democracia, quer dizer, o governo do povo pelo povo e para o povo, a liberdade e a justiça, e externamente, a independência absoluta, a soberania integral um esforço constante de nos engrandecer e de concorrer para o bem da humanidade: — assim o tem mostrado toda a nossa secular vida nacional.

   Se quisermos considerar os tempos modernos para melhor dizer qual a norma de nossa política interna, afirmaremos que desde as lutas entre liberais e absolutistas, durante a monarquia liberal e a república, que abrangeu o período de cento e vinte e cinco anos, o povo português claramente mostrou o seu amor pelas instituições liberais e parlamentares, pela liberdade, pelo prestígio do poder judicial, pelo respeito à pessoa humana, pela

valorização moral e material dos seus territórios de além-mar e pelo seu engrandecimento e prestígio. É sem dúvida esta a norma nacional que uma Câmara Constituinte terá de restabelecer.

10) Quanto a política externa vem ela sem dúvida das origens da nacionalidade. Assim o dissemos. Mas, séculos depois, quando a Nação se firmou tivemos de fazer uma aliança que concorresse para aumentar o nosso poder de resistência e para nos permitir a realização dos nossos projectos de expansão marítima; á medida que nos fômos valorizando pelas nossas descobertas e conquistas, soubemos reforçar essa aliança, mas, infelizmente, a breve trecho surgiram lutas religiosas que a enfraqueceram e o resultado foi a perda da independência; sacudido o jugo estrangeiro, soubemos de novo reviver a secular aliança e ainda por vezes com lastimáveis incompreensões de um lado e do outro, resultantes de permanentes campanhas externas, às quais após a Conferência de Berlim de 1884-85, se veio juntar o poder germânico. A aliança anglo-lusa muito concorreu para que os dois povos tivessem erguido na África civilizações que estão a constituir cada vez maiores benefícios para a humanidade. Com a intervenção de Portugal na primeira grande Guerra essa aliança subiu a culminâncias nunca até então atingidas, e a sua manutenção será sem dúvida o desejo constante de todos os republicanos portugueses de forma que ela se torne cada vez mais íntima, mais perfeita e dignificante e mais vantajosa para as duas Nações em consequência da troca de benefícios mútuos.

11) O povo português deseja viver em paz e amisade com todos os povos que o respeitem e que nem politicamente nem em questões de direitos e territórios pretendam extinguir a sua liberdade, a sua independência e a sua soberania, de modo a poder continuar a desempenhar, para seu bem e para bem da humanidade inteira, a sua alta missão histórica, sem para tanto ter necessidade de saír do plano que há séculos fixou.
Em relação ao Brasil nunca esquecerá Portugal os laços de sangue que a ele o ligam; e quanto à Espanha deseja continua as relações de boa visinhança e de amizade perfeita e leal.

12) No combate ao comunismo que como republicanos não podemos deixar de fazer, por se oporem inteiramente à nossa ideologia e ao nosso pensamento nacional os processos políticos e administrativos dos bolcheviques, deseja o povo português travar esse combate segundo a sua índole e o seu modo de ser liberal e democrático, com inteiro respeito pela pessoa humana, sem quaisquer violências e torturas.

13) Sabemos bem que par fazer desaparecer o comunismo de um país melhores meios não há do que a existência de instituições democráticas, liberais e parlamentares, a realização de planos sociais que tragam a real melhoria das condições de vida e a forte organização de partidos políticos inteiramente contrários ao comunismo, e em cujos programas se contenha a decidida vontade de manter aquelas instituições políticas e de realizar aquelas grandes reformas sociais.

14) É indispensável que Portugal volte a ter fortes e bem organizados partidos políticos e que para já e sem a menor demora, o prestigioso agrupamento político que é o Partido Republicano Português se reorganize com toda a amplitude que a palavra "organização" indica.

15) Ficam assim escritas as palavras que aos republicanos portugueses entendemos dever dirigir. Outras porém nos está ditando o nosso sentir de portugueses, que entendemos não dever calar. São elas dirigidas aos portugueses que não são animados no seu proceder, como nós o sômos, pela ideologia da República de 1910. Queremos dizer a esse grupo de portugueses, que acabam de reunir em Assembleia os seus representantes, que pensem intensamente no bem e no mal que podem fazer com as suas resoluções; que estamos convencidos de que são acima de tudo portugueses e que nada farão sem terem a certeza do que das suas decisões nenhum mal poderá resultar para a sua Pátria e que para se obter essa certeza é indispensável ouvir a opinião pública, solicitá-la e estimulá-la, em vez de a pôr de lado.

16) Pela nossa parte estamos resolvidos a fazer o possível, empregando todos os meios legais ao nosso allcance, para elucidar a opinião pública e para chamar a atenção de todos os portugueses, sejam quais fôrem as suas opiniões, crenças e ideologias políticas, para os perigos que estão ameaçando Portugal em consequência da manutenção de um regime político contrário, em grande parte, aos direitos do homem e, totalmente, aos princípios democráticos, liberais e parlamentares de nações a quem nos temos de ligar para interesse nosso e delas e para o bem geral da humanidade.

Ponte do Lima, 22 – X – 49

Norton de Matos

5 — MATOS, General Norton de Matos — *Conferência.* Aveiro: Edição dos Candidatos Democratas por Aveiro, 1953

Não podendo, por falta de saúde, presidir à sessão de propaganda eleitoral da oposição democrática, efectuada em 21 do corrente, à noite, em Aveiro, o sr. general Norton de Matos, que foi antigo ministro da Guerra, alto comissário em Angola e embaixador de Portugal em Inglaterra, proferiu depois de um almoço naquela cidade aveirense e perante os candidatos republicanos e algumas individualidades, a seguinte conferência:

"O distrito de Aveiro com as suas elevações a leste, a atingirem por vezes 1.000 metros de altura, e inflexionando-se, ainda que pouco, a nordeste e a sudoeste, como tendendo a envolver, o mar que o limita a oeste numa extensão de 60 quilómetros, cópia, reduzindo-a, a forma anfitriática do território português da Europa. O rio Vouga e os seus afluentes é, a nordeste, um afluente do Douro — o rio Paiva — constituem um conjunto fluvial que muito favorece a região. Este aspecto topográfico, resultam de montanhas, de terras baixas intensamente cultivadas, de numerosos braços de rios, de zonas florestais, tudo isto apresentando-se aos meus olhos, habituados a contemplar enormes extensões de cordilheiras e de planícies sem limites, como se fosse uma bela miniatura, é sublimado pela existência da ria vasta e pitoresca, estendendo-se com a sua curiosa forma de polvo de dezzenas de braços sobre uma superfície de sessenta quilómetros quadrados.

Zonas da terra, em que se encontram tantos elementos naturais de beleza, de utilidade e de raridade, não podem deixar de influir profundamente nos homens que os habitam.

Tive a ventura de passar férias grandes do meu quarto ano de matemática em Aveiro, como soldado aspirante do Regimento de Cavalaria 10. Devi este castigo abençoado ao facto de ter apoiado o que era justo numa greve de estudantes. Visitei então todos os seus concelhos e lembro-me da impressão que em mim produziram os habitantes que em grande número encontrava. Em todos eles, homens e mulheres, se notavam a atitude de independência, as linhas de decisão, a nítida compreensão das coisas, a plena segurança na vida.

Com homens destes, que hoje devem andar por 400.000 não se pode contar para representar comédias políticas, para se sujeitarem a tiranias e a humilhações e não é necessário tocar a rebate para lhes anunciar que a liberdade está em perigo. Eles bem o sabem.

Na casa paterna, casa de liberais e de adeptos apaixonados da forma de governo dos povos a que davam o nome de democracia liberal e parlamentar, muitas vezes ouvi falar do papel que o povo aveirense desempenhara no advento e na consolidação do regime de liberdade em Portugal, como procedera nas suas lutas contra os absolutistas, o que sofrera e o que fora a sua vitória final. Toda esta epopeia, que o foi realmente, embalou a minha infância e a minha mocidade e esta circunstância explica muito do meu proceder.

O movimento vintista liberal teve a sua primeira manifestação na cidade de Aveiro. Todos sabemos como esse movimento triunfou, como foi derrubado, como voltou a vencer, como se consolidou e como resistiu, durante três quartos de século,

a todos os embates do interior e do exterior, que procuraram derrubar a liberdade em Portugal.

Em 1910 proclamou-se a República que, a meu vêr, continuou a consolidação da liberdade, internamente, apoiando-se mais no povo, chamando-o mais ao governo do país, dando às instituições republicanas um carácter cada vez mais representativo e, externamente, transformando a nossa posição no mundo, igualando-a às das nações da Europa por meio da nossa intervenção na Primeira Grande Guerra.

Todos nós, republicanos, sabemos o que foi possível fazer, em grandeza e prestígio para Portugal, nos dezasseis anos da República que construímos, da nossa República.

A tarefa foi tão grandiosa, que não nos apercebemos, de que, desvairados uns e falsos portugueses outros, nos estavam a apunhalar pelas costas e de que nações estrangeiras olhavam o drama interno para o aproveitarem aumentando o seu domínio.

Fez-se então cair a República, substituindo-a por outra que dura há 27 anos, e que não tem sido a nossa República.

*
* *

Feito este preâmbulo à minha Conferência é-me lícito dizer que em nenhum outro meio, como o do distrito de Aveiro, me poderia encontrar que tanto me incitasse a falar com inteira independência e com o direito pessoal em que o meu passado me investiu, sobre a significação da oposição política que neste iniciar de uma campanha eleitoral está representado por três grupos de republicanos que em Lisboa, , no Porto e em Aveiro, se erguem serenamente para defrontarem as dezenas de candidatos que a Ditadura escolheu.

Vamos fazer uma guerra de guerrilhas, apoiadas pela grande maioria de um povo na Metrópole e no Ultramar.

Diz-nos a História Militar que, por vezes, essa espécie de guerra tem sido mais proveitosa do que aquela aonde só entram exércitos.

O povo de Aveiro sem excepção dum único dos seus habitantes, seja qual for a sua situação política e social e os seus princípios, saberá bem apreciar a grandeza da atitude desses republicanos. o passado desse povo garante-me que ele principiou já a inclui-lo na história das lutas pela liberdade.

Estou certo também que nos habitantes do distrito de Aveiro não careço de dizer o que para nós significa a palavra republicano e quando ela se opõe a tudo que seja violência, tirania e absolutismo, à limitação da expressão do pensamento, oral ou escrita, à liberdade individual e colectiva, à falta do reconhecimento dos direitos do homem, procedimentos estes que no passado juncaram de mártires estas terras portuguesas.

Não há dúvida que a nossa República desapareceu e foi substituída por instituições às quais não posso dar o nome de republicanas.

Vou dizer como isso aconteceu. Esforçar-me-ei durante a minha exposição por não me deixar envolver por qualquer paixão e muito menos por ódios e críticas ofensivas. Estou a pisar terra sagrada em consequência do muito que aqui se sofreu

para implantar a liberdade, que tristemente perdemos há 27 anos: — tenho de a respeitar.

*
* *

O desaparecimento da liberdade e a sua substituição pela opressão, pelo absolutismo, deve-se ao surgir de uma doutrina nova e que está pondo no maior dos perigos a civilização em que tem vivido grande parte do mundo desde o aparecimento de Cristo.

Não vejo no passado outro perigo a este semelhante que não seja a doutrina de Mahomet e a sua rápida transformação em expansão territorial destruidora.

Foi a concepção germânica de Karl Marx, formulada genialmente no manifesto Comunista de 1847, que estabeleceu o mal social de que todos os habitantes da terra estão sofrendo, e criou o perigo que está obrigando todas as nações ocidentais a vencê-lo sob pena de sucumbirem calcadas por ele.

As primeiras palavras desse manifesto são:

"Está um espectro aparecendo à Europa — o espectro do Comunismo. Todos os poderes da velha Europa estão formando uma santa aliança para esconjurar esse espectro: o Papa, o Czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e os espiões alemães da sua polícia".

As suas palavras finais são:

"Seria para nós comunistas desprezível ocultar o nosso modo de ver e os nossos fins. Abertamente declaramos que esses fins só se conseguirão pela destruição completa e forçada de todas as condições sociais existentes. As classes que hoje governam tremerão perante a revolução comunista. Os proletários nada têm a perder que não sejam as suas grilhetas: têm um mundo a ganhar".

Não houve desde a publicação deste Manifesto, sossêgo na terra!

As esperanças que ele fez despontar na classe proletária, aumentaram o medo que produziu nas outras classes sociais; e naturalmente se passou a temer mais a realidade proletária do que a confusa abstracção filosófica do espírito germânico, da qual resultou o Marxismo.

E foi assim que nas comunidades humanas civilizadas nasceu o medo nos proletários e a consequente separação de uma classe da outra, quebrando-se o equilíbrio social indispensável.

Ganharam os proletários com este medo? Parece-me que não, pois que o medo nenhum bem pode produzir; mas tenho a certeza de que perderam as outras claasses sociais, cuja vida harmónica dentro de cada comunidade a civilização cristã tanto se tem esforçado por conseguir.

Intensificou-se a guerra de classes.

Nos 70 anos decorridos eentre a publicação do Manifesto Comunista e o fim da primeira Grande Guerra, todos os acontecimentos históricos de importância mundial foram influenciados por esta guerra de classes consequência da doutrina de Marx.

Tenho de cortar desta Conferência a exposição, ainda que muito sumária, dessa doutrina, e também a apresentação e análise de acontecimentos por ela produzidos e o modo como eles foram dificultando o objectivo dos liberais em oposição aos absolutistas.

Combatendo os absolutistas tiveram os liberais portugueses sempre em vista a organização social da nação baseada na liberdade. teríamos, para eu poder justificar esta asserção, de ficar aqui muitas horas seguidas.

Apenas direi que, pelo lado dos Comunistas, esses acontecimentos consistiram principalmente na série das suas Internacionais sempre fáceis de inutilizar nos seus efeitos e consequências por meio de intervenções policiais, pelo lado dos que o temiam, criaram-se as organizações militares que englobaram, cada uma delas a nação inteira e conduziam fatalmente à guerra, o fortalecimento do capitalismo, piorando assiim a injusta distribuição da riqueza de então, a exploração iníqua de povos de civilisações primitivas e curiosas intervenções por parte de dirigentes da massa cristã, que deixaram a impressão do exagerado propósito de chamarem a si a classe proletária, esquecendo as outras e não atendendo a que a supressão completa das religiões é um dos rudimentos do marxismo.

*
* *

E assim foram seguindo as coisas do mundo com o Comunismo ao lado, durante aqueles 70 anos, a contar do Manifesto Comunista, a que me referi. — Contiveram, durante essas sete dezenas de anos, os efeitos do Comunismo de Marx, além dos que acabo de dizer sobre nações armadas e as polícias nacionais cada vez mais numerosas e mais especializadas, o aproveitamento do Comunismo anarquista de Bacunine e de Krapotequine para, graças aos seus aburdos e as suas utopias, desacreditar o Comunismo de Marx; os aumentos da produção agrícola e industrial, com o consequente aumento de salários e de bem-estar individual; as leis de Lloyd George sobre as grandes fortunas que iniciaram uma mais justa distribuição da riqueza e enfraqueceram o capitalismo britânico; a organização de vários partidos socialistas e trabalhistas; o espalhar da instrucção; e o avançar das ciências.

Mostra isto que a segunda metade do século XIX, foi apesar dos seus erros um dos períodos em que a humanidade mais rápidamente progrediu e se aproximou do que pode conseguir em vida alta e digna, cheia de serenidade e de grandeza moral e intelectual.

*
* *

Mas um grave acontecimento se deu que fez parar e retrogradar o notável avanço que, apesar de muitos obstáculos, se tinha realizado no mundo.

Refiro-me à Revolução que, em fins dce 1917, derrubou na Rússia o regime dos Czares.

A Rússia continuou a ser o que era como nação expansionista, a representar a intranquilidade que o propósito das expansões territoriais sempre representa, mas deixou de existir como era sob o aspecto político, sob o ponto de vista social.

Em vez dela surgiu a União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas, baseada em grande parte na doutrina, no misticismo e no fanatismo marxista, transformando porém essa doutrina numa realidade prática, destinada a dominar os espíritos, facilitando assim a aquisição de novos territórios.

Tudo o que se tinha feito de 1847 em diante, opondo ao Comunismo de Marx os princípios dos enciclopedistas ingleses e franceses do século XVIII, os regimes representativos liberais, democráticos ia lançando mão, capaz de combater uma doutrina, de nada servia para defrontar uma nação com grande poder demográfico, com enormes recursos económicos, com adeptos fanatizados em todas as nações da terra, a conspirarem contra as próprias pátrias, — que se erguia formidável, após a sua transformação, contra todas as nações do mundo.

Foi o pânico e a desorientação geral que se produziram então.

O espectro que anunciaram as primeiras palavras do Manifesto Comunista, crescera quase sem limites e principiaram a ouvir-se os seus pesados passos na sua avançada para o Ocidente.

Duas nações conservaram a sua serenidade, graças à força e ao valor das suas instituições políticas, baseados na liberdade e no respeito pela pessoa humana e principalmente porque nenhum motivo oculto as levara a aproveitar tudo inclusivamente a ameaça que se erguia para conseguirem revanches militares ou políticas. Foram essas nações a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte.

Outras naações, porém, imaginaram que poderiam seguir caminhos ao fim dos quais encontrariam o afastamento da ameaça da União Soviética, e simultâneamente a destruição de regimens políticos que nelas vigoravam e engrandecimentos em domínios a que ambiciosamente aspiravam.

Eram esses caminhos, os mesmos na sua essência, mas com aspectos diversos segundo o modo de ser de cada nacionalidade, mas em todos eles se adoptaram para opôr à União Soviética, instituições o mais possível iguais às implantadas na Rússia pela Revolução de 1917.

Dois astros de primeira grandeza apareceram então no horizonte político da Europa, — Hitler e Mussolini, que tentaram combater a Rússia, com as armas políticas por ela adoptadas, tendo em vista vencê-la e ao mesmo tempo aos seus inimigos internos e realizar os seus ambiciosos planos.

Pura ilusão. Dois países foram vencidos, e quando às suas políticas interna e externa, reconheceram que só a liberdade, o grande patriotismo e o esforço do seu povo os poderia levantar da situação em que a derrota os colocou.

São esses países a Alemanha e a Itália.

Outros astros de menor grandeza surgiram e que não brilhando conforme a sua condição lhes permite, nas raras abertas da noite caliginosa que criaram.

E assim cheguei ao âmago da minha conferência.

Vejamos.

Como se implantou em Portugal, passa de 27 anos, o actual regime político?

Proclamando a Revolução aconselhada pelas últimas palavras do manifesto comunista que nesta Conferência li e que visaram à destruição completa do politicamente existente.

Em 28 de Maio de 1926 foi esta a destruição política que se proclamou e desde logo se principiou a dizer, em face do triunfo alcançado: "Estamos em Revolução, é a Revolução em marcha, caminhemos sem parar guiados pela Revolução paara fazermos desaparecer dezenas de anos de Monarquia Liberal e 16 anos de República, que derrubou o liberalismo, deixando tudo na mesma. Continua a Revolução, carecemos dela por longos anos..."

Era a Revolução Comunista, a que Marx aconselhou, a que se proclamou em 1917 na Rússia e que ainda hoje, passados 36 anos, dura e está produzindo os seus efeitos.

— O período revolucionário durará o que fôr preciso, disse Lénine e em Portugal acaba de afirmar-se que a Revolução nacional em marcha está longe do seu termo em todos os sectores da vida Portuguesa!

Mas principia a pensar-se na própria Rússia que a destruição total do existente é contra a natureza das comunidades humanas.— Conservação do que é bom tenha vindo donde vier; substituição do mau, sem abalos e sem violências, é o que se está ouvindo.

Como se sabe era Marx inteiramente contrário ao parlamentarismo. Para seguirem as ideias do seu apóstolo inventaram os dirigentes da Revolução na Rússia, o partido único que significa o desaparecimento de eleições livres e fiscalizadas pelos próprios eleitores, e que consiste na escolha e nomeação dum grupo de homens que deverão reunir-se sob qualquer designação, mas sem as funções do poder legislativo, sem o direito de fiscalização nacional e sem a força e o valor moral dos verdadeiros parlamentos.

Passamos pois a estar em Portugal sob Revolução permanente, dotados dum partido único. Para mostrar como em Inglaterra se aprecia esta espécie de parlamento aproveitei um artigo que escrevi para "O Primeiro de Janeiro", para dizer o seguinte:

"Há dias li apreciações do sr. Attlee, chefe do partido trabalhista inglês, sobre o regime político da Jugoslávia. Sei que esse regime é comunista e, portanto, de modo algum o posso aprovar e, muito menos desejar; mas não há dúvida que ele constitui um scisma na ideologia comunista soviética do Kremlin, donde está resultando um enfraquecimento tanto maior que a este scisma se pode aplicar o nome de "liberalização" que o sr. Attlee lhe deu. Está, de facto, o povo jugoslavo a tentar livrar-se do pesadelo do comunismo.

"Dê-me um artigo do "Times" de 19 de Agosto, do corrente ano, que o ilustre político inglês se sentiu em difícil posição quando algumas dezenas de jornalistas lhe pediram a sua opinião sob o regime político da Jugoslávia. Principiou a responder com palavras de cortezia evitando contrariar as relações que, no momento presente, ligam a Inglaterra e o país que o hospedava. — "Que muito o impressionara a atmosfera de liberdade e de boa camaradagem que encontrara e que esperava confiadamente que o rumo seguido à procura de maiores liberdades pessoais, facilitaria as boas relações entre as organizações políticas do país onde se encontrava e os partidos socialistas livres da Europa ocidental.

Mas a franqueza do sr. Attlee bem conhecida de todos os que com ele tiveram relações, levou-o a acrescentar, que a seu ver, não há democracia na Jugoslávia, porque um regime democrático não pode coincidir com o sistema de partido único: — a ausência de partidos políticos rivais pode comparar-se a uma corrida com um só concorrente.

E continuou respondendo a esclarecimentos que lhe pediam. — "Sou o 'leader' da Oposição no Parlamento Britânico; mas na Jugoslávia não encontraria o meu oponente no seu Parlamento. O sistema de partido único constitui sem dúvida um grande obstáculo para a associação da Jugoslávia com os partidos socialistas ocidentais".

Aos que insistiam em averiguar se ele sabia bem quanto era real a liberdade individual do povo que estava visitando, disse que "assim era, mas que desejava ver essa liberdade individual do povo que estava visitando, disse que "assim era, mas que desejava ver essa liberdade, alargada ao ponto de os cidadãos livres poderem reunir-se em partidos que escolhessem os seus candidatos, única maneira de disputar eleições parlamentares".

O que nos diria o sr. Attlee se viesse a Portugal...

A existência de um estado revolucionário permanente e a condição política de só ser permitido um partido único basta para mostrar quanto se foi buscar ao Comunismo de Marx e à União Soviética para se organizar o sistema político sob o qual nos obrigam a viver.

Mas há mais:

— Estabeleceu-se realmente a desigualdade nos direitos políticos em Portugal. O português está filiado na União Nacional tem mais direitos e regalias do que aquele que não pertence a esse grémio. Desta desigualdade dos direitos políticos, passou-se fàcilmente para a de direitos individuais: se se trata, por exemplo, de um emprego público o concorrente partidário da actual situação tem muito mais probabilidades de o ir exercer do que o concorrente oposicionista.

— Não há possibilidade de fiscalizar completamente os actos do Governo, o que sòmente se pode conseguir com a actuação de três elementos: uma imprensa sem censura, um parlamento livre e onde estejam representadas as diversas correntes da opinião pública, a existência de tribunais judiciais dotados de maior independência e para os quais os cidadãos possam apelar contra arbitrariedades, faltas de observância das leis em vigor e abusos do poder.

— A existência de um campo de concentração que nada deixa a desejar aos que existem na Rússia.

— A transformação da Nação Republicana num Estado Polícia, resultante de um regime ditatorial e totalitário, proveniente do mando nas mãos de um ou de poucos e da concentração do poder numa só pessoa.

— Limitação exagerada de dados e esclarecimentos sobre as nossas relaççoes com o estrangeiro.

— A sensação cada vez maior e mais dolorosa de que os habitantes da Nação estão divididos em partes separadas não tendo conhecimento uma das outras, não se podendo auxiliar umas às outras em face de acontecimentos internos ou externos de gravidade, não sendo possível generalizar as necessárias discussões e quase se destruindo a convivência individual e familiar, pois a tendência é que todos sejam cativos de corporações agrícolas, industriais, económicas ou religiosas, sem liberdade de movimentos, sem poderem apreciar o que se passa no conjunto da Nação e ficando-lhe pela leitura dos jornais portugueses maior conhecimento do que se passa no estrangeiro do que acontece na própria Pátria.

— A restrição quase total da vida municipal sobre a qual pesa como no resto a constante interferência e direcção do poder central.

— A tendência evidente para a criação de uma aristocracia burocrática, com todos os inconvenientes dos aristocratas e dos burocratas.

— O aumento, atingindo quase ponto epidémico do amor pelo dinheiro entesourado e a cconsequente formação de largas e inúteis fortunas, que se está observando.

*
* *

Isto e muito mais de que se pode tomar conhecimento por exame directo dos acontecimentos e das críticas sobre o Comunismo e o Bolchevismo, coisas mais diferentes, na teoria e na prática, do que geralmente se julga, estão criando em Portugal e noutros países um perigo de alta gravidade para o qual nos cumpre olhar a sério e assinalar a todos os portugueses e acima de todos aos detentores do poder.

Ninguém pode negar que a sensação de insegurança é geral no país, todos concordam que Portugal na sua Metrópole e nas suas províncias ultramarinas tem experimentado notáveis progressos no período que se estende desde 1889 aos nossos dias, mas apesar disso a sensação de insegurança continua.

*
* *

Num dos livros das minhas memórias escrevi o seguinte:

"Os nossos conflitos de 1888 e 1892 com a Inglaterra foram a origem de uma profunda transformação na nossa maneira de ser como nação. A Monarquia deixou de existir em Portugal anos antes da proclamação do regime republicano:— a data da sua morte foi a do ultimatum inglês de 11 de Janeiro de 1890.

Foi desta data em diante que se difiniu com precisão, a tarefa ingente que a Nação está executando".

Tomaram parte nessa tarefa portuguesa da Monarquia, da República e do Estado novo. na sua primeira fase coube ela ao Exército Português e a decisão, a coragem e espírito de sacrifício foi de tal magnitude que espantou as nações coloniais que o eram e aqueles que o desejavam ser á nossa custa. Os grandes nomes militares de então ficaram na história a par dos das descobertas e das conquistas: — foram eles os dos oficiais chefes das expedições e acções de ocupação e os dos grandes administradores a que então se dava o nome de capitão mór.

Veio a República e a primeira fase estava terminada, e principiou a entrar-se a fundo na ocupação civil já iniciada no tempo da Monarquia, e o que se fez então, sem ter o brilho da primeira fase, — lançar alicerces e erguer até mais de meio as paredes da grande obra coolonial que se está contemplando, foi digno da maior admiração.

Com o advento do Estado Novo produziu-se porém um acontecimento que aterrou todos os que bem sabiam depender o engrandecimento da Nação do rápido desenvolvimento dos territórios do Ultramar que juntamente com a pequena facha peninsular constituem a Nação Una.

Pareceu então que muitos dos chefes e dirigentes da revolução que, em 1926, principiaram a substituir por outras as instituições republicanas, estavam sendo guiados pelas palavras de Marx, que no decorrer desta conferência citei:

— "os fins que temos em vista só se conseguirão pela destruição completa e forçada de todas as condições sociais existentes"

O que mais me assusta é o espírito comunista muito mais do que a acção comunista. parecia após o 28 de Maio que havia o propósito de acabar para sempre com o que a República tinha feito de bom e fundamental. O sr. Churchill disse no seu último discurso, de 10 do corrente mês, "**que é sempre difícil ver a que ponto as intrigas comunistas ameaçam a liberdade normal de uma comunidade sendo portanto indispensável atalhar sem demora do que mais tarde**". Permito-me acrescentar que antes de chegar a **hora comunista**, os comunistas actuam mais pelos outros do que por eles próprios.

Felizmente o bom senso do povo português, o seu decisivo empenho de aproveitar ao máximo os territórios de Além Mar para o engrandecimento da sua Pátria fez terminar primeiro o não aproveitamento do que se tinha conseguido e depois, e a passos cada vez mais seguros, voltou-se ao maior esforço, à maior grandeza, que o esforço e grandeza da obra interrompida permitiam. Exaltei e não poupei louvores a ponto de se dizer que eu tinha aderido à situação. Não seria outra coisa o que se deu a meu respeito?

Não desejo censurar ninguém. Censuras, ainda que bem justificadas em nada concorrem para modificação de situações políticas. Não sou homem de ódios. Ofensas e incorrecções não as permitem a minha maneira de ser.

Apenas quero dizer antes de passar à parte final desta Conferência, de que estou absolutamente convencido de que a doutrina de Marx, o seu Comunismo e a sua parcial alteração pelo bolchevismo da Revolução de 1917 na Rússia, envenenaram grande parte da população do mundo e produziram na humanidade o maior mal espiritual, moral e material que ela tem experimentado. A esse mal não resistiram grande parte dos homens mais inteligentes e mais cultos dos últimos 106 anos.

O meu tema nesta Conferência não pode ser encerrado como uma figura de retórica: — é ele a completa expressão da verdade.

*
* *

E dito isto para que vim eu aqui? Vou dizê-lo.

Em primeiro lugar paara fazer dois apelos, e o meu **primeiro apelo será para que se combata o comunismo.**

Quando foi da minha Candidatura e nos últimos tempos dela, quando, indeciso, estava pesando os motivos de uma desistência ou de uma ida às urnas, alguém me perguntou o que faria eu no caso de ser eleito, em relação aos comunistas. Respondi que diligenciaria levar o Executivo a fazer-lhes a maior das oposições: — na Metrópole sem quaisquer violências, mas pela maior propaganda e a melhor organizada possível, ainda que para isso tivesse o Estado de gastar avultada quantia: no Ultramar por meio de uma lei que não permitisse que qualquer comunista se conservasse naquela parte dos territórios portugueses e que fossem mandados todos eles regressar à Metrópole para ouvirem a propaganda que contra eles estavam fazendo os brancos metropolitanos e para publicamente dizerem de sua razão. De modo algum, se pode consentir a propaganda comunista feita a prestos de civilização primitiva, que em consequência dela serão levados a uma única conclusão — a da necessidade de eliminar todos os brancos.

Já então estava a advinhar os acontecimentos da Quénia e hoje estou a recear coisa ainda pior, em consequência de propaganda comunista e bolchevista que com a maior intensidade se está fazendo em toda a África.

Ao mesmo tempo diligenciaria levar o Executivo e o Legislativo a porem em vigor uma legislação que melhorasse rapidamente as condições dos pobres e desprotegidos e que imediatamente tirassem aos comunistas a única aparência de justiça das suas intrigas.

O "meu segundo apelo" é dirigido ao actual Governo da Nação e principalmente a Sua Excelência o Senhor Presidente da república e ao Senhor Presidente do Ministério.

"Consiste" esse apêlo em apontar a absoluta necessidade de se entrar francamente e ràpidamente num regime de liberdade que politicamente coloque Portugal ao nível das grandes nações como sejam a França, a Inglaterra e os Estados-Unidos da América.

O descontentamento do povo português e a **sensação de insegurança** que citei não podem ser maiores e o seu desânimo pode-o levar a actos desvairados que é míster evitar por meio da proclamação de um regime representativo e tendo por base ampla liberdade individual e colectiva.

O ilustre chefe do partido trabalhista da Inglaterra, a que já me referi nesta conferência, disse aos jornalistas que o procuraram na ocasião da sua visita à Jugoslávia, ser-lhe muito agradável ver aquela nação opôr-se à Rússia Sociética, mas que lastima que ela não fizesse essa oposição pondo, antes de mais, inteiramente de lado o regime bolchevista ditatorial e destruidor da liberdade.

Um artigo publicado no "Times" de 1 de Maio do corrente ano, com o título **25 anos — e depois?**, termina com as seguintes palavras:

"O mundo não carece de negar os grandes méritos do Doutor Salazar, mas continua a esperar em vão pelo que poderia ser o mais alto feito, a preparação da Nação Portuguesa para, depois dele, se poder governar a si mesma".

Faço minhas estas palavras, apresento-as como um apêlo e fico esperando anciosamente que esta preparação se inicie.

Os dois apêlos que acabo de apresentar têm de ser satisfeitos simultaneamente e não vejo possibilidade de os realizar um após outro. Com o comunismo dentro das nossas fronteiras nunca teremos liberdade; sem liberdade nunca conseguiremos destruir o comunismo.

Outro motivo da minha vinda aqui é a necessidade de cumprir o meu dever, agradecendo aos ilustres candidatos republicanos que por este círculo eleitoral concorrem às eleições, a sua visita a minha casa de Ponte do Lima na ocasião da sua apresentação e para lhes dizer que apoio inteiramente a sua resolução, como apoio às dos ilustres candidatos republicanos por Lisboa e Porto. É um motivo de ordem particular ao qual as circunstâncias dão um carácter político.

*
* *

Do acto político em marcha vão resultar para a causa da liberdade e para a República que nós desejamos, os maiores benefícios. Estou certo de que, passando este período eleitoral, quer sejam eleitos, quer não os candidatos republicanos, se vão principiar a dar em Portugal rápidos passos no sentido dos ardentes votos que está

fazendo a quase totalidade do povo português, que se quer ver dignificado por instituições políticas às quais o seu passado e o seu presente lhe dão inteiro direito.

Perante este povo d'Aquém e d'Além Mar, seja qual for a sua raçaa, a cor, a maior ou menor civilização dos individuos que o compõem e que a minha longa e movimentada vida me tem feito conhecer profundamente, me curvo, saudando-o nas pessoas dos actuais candidatos que, para mim e para todos os republicanos, já tem a qualidade e a categoria de representantes desse povo. São esses candidatos que estão iniciando a luta: não posso afirmar que dela resultará a imediata vitória que almejamos; mas afirmo que a vitória será nossa dentro de pouco tempo.

Vou terminar com conselhos que a minha idade e a minha experiência me permitem dar aos mais novos correligionários.

Sejamos calmos e falemos pouco de nós mesmos. O nosso fim é susbtituir o que julgamos mau, pelo que julgamos bom, tendo sempre os olhos fitos na nossa Pátria. Que nos importam os impropérios e os insultos que nos dirigem os que cercam o campo da luta. Não nos deixemos distrair, por pouco que seja, com quaisquer ofensas que nos atirem à arena, pois carecemos de toda a nossa energia e atenção para o golpe final que desejamos dar".

6 — [Diário e notas do Candidato General Norton de Matos à Presidência da República] *

2 de Fevereiro 1949 — 6 h. 30 m

Temos de ir a eleição. Se o não fizermos o povo, que acabo de ver tão cheio de entusiasmo, terá o direito de dizer que o enganamos e de perguntar: *Para quê tanta propaganda?*

Vou tentar ver se me salvo deste rediculo e se remedeio ainda esta *deploravel* derrota.

Mãos à obra.

1.º Telegrama de hoje 2 de Fevereiro

A todos os Presidentes das Comissões Distritais da Metropole, Ilhas e Ultramar:

Urgente

F... Presidente Comissão Distrital

.....

Segue correio hoje procuração minha plenos poderes para meu nome fazer tudo necessario nomeação meus delegados eleitorais secções voto e comissões distritais apuramento á razão um efectivo e um suplente por cada ponto.

Este trabalho tem estar pronto e entregue presidentes camaras ate sete corrente inclusive

Norton de Mattos

[Seguir: Procurações Ilhas — Ultramar tem ir telegrafo]

2-II-49 — 7h

Telegrama para Veiga Pires sobre procurações e listas

Idem Tenente Coronel Farmaceutico Oliveira sobre recenseamentos passados.

Idem Dr. Palma Carlos

Idem Noronha e Galvão notario

2-II-49

Resposta à Carta de Salazar de 29-I-49

Excelentissimo Senhor Presidente do Conselho

Li hontem a carta que V.ª Exª me mandou escrever pelo seu Chefe de Gabinete, o Ex.mo Snr. Dr. José Manuel da Costa.

Por ela verifiquei que o Ex.mo Snr. Ministro da Guerra tinha razão quando disse em seu discurso no Ministério da Guerra, de 25 de Janeiro proximo findo, que me considerei ofendido por Vossa Excelencia em face de uma ofensa pessoal visivelmente inexistente.

(O Snr. Ministro da Guerra empregou as palavras a pretexto em vez da de em face no que não tem razão; mas isso não importa para o caso).

Em vista da alta dignidade da referida carta de Vossa Excelencia apenas me compete retirar os "desagradaveis reparos" que fis a Vª Exª em meu discurso do Porto e pedir-lhe imediata desculpa delas.

---

* A.B.N.M. — [Diário e notas do Candidato à Presidência da República] caderno de 16 fls. manuscritas a tinta.

Quanto á segunda parte da carta de Vossa Excelencia, julgo de meu dever informa-lo de que a quasi totalidade do povo portuguez é contraria ao actual regime, á vida que tem levado nestes ultimos vinte anos e que profundamente anseia que uma coisa e outra sejam modificadas.

Quanto ao Exercito, a que tenho a honra de pertencer, muito satisfeito fiquei com as palavras que Vossa Excelencia me escreve: "Tem o Exercito certamente a consciencia da importancia do debate que está travado, deseja como todos que a Nação se pronuncie sobre ele, e não pretende intervir".

Do coração lhe agradeço estas palavras, Senhor Presidente do Conselho, e creia que todo o povo portugues lh'as agradecerá tambem.

Quanto ao ambiente subversivo e ao campo revolucionário, a que Vossa Excelencia se refere, afirmo que tudo tenho feito para evitar que se crie e para que outro se forme; mas tambem afirmo que não tem sido esse o procedimento de muitos dos meus adversarios politicos; e, a este proposito, desejo declarar a Vossa Excelencia que se me convencer de que não poderá haver no meu paiz eleições tranquilas, ordeiras, decentes e, portanto, dignas dos povos civilisados que somos, eu desistirei da minha candidatura.

Sou, com a maior consideração e o mais alto respeito,
de Vossa Excelencia muito atento venerador e obrigado
Norton de Matos

Dr. José Manuel da Costa

Expedido

Presidencia do Conselho
Lisboa, 2-II-49 Lisboa

Venho pedir a V. Ex.ª favor dizer Sua Excelencia Presidente Conselho muito bom seria boa ordem e solenidade assembleias votação rapida publicação ministerio interior comunicado esclarecedor referido carta V.ª Exª 30 de Janeiro.

Norton de Mattos

Lisboa 3-II-49

A Sua Excelencia Senhor Presidente do Conselho
Lisboa

Como ainda hoje não tive conhecimento publicação Ministerio Interior sobre legislação eleitoral julgo meu dever dar conta este facto a Vossa Excelencia ponto.

Tenho inteiro conhecimento legislação em vigor, mas como informações Senhor Ministro Interior publicados Imprensa são contrarios a legislação em vigor muito receio proxima eleição não corra ordem desejamos Vossa Excelencia e eu em consequencia interpretação leis claras feitas por aquele Sr. Ministro.

Norton de Mattos

Lisboa 3 de Janeiro
Presidentes Comissões Distritais

Circular. Seguem hoje procurações peço executem rapidamente tudo respeita meus delegados eleitorais e instruções eleitores ponto.

Dia sete haverá sessão Comissão Central para resolver definitivamente sobre importante assunto sessão anterior, comporta sessoes manhã 10 horas e tarde ponto.

Peço todos venham com elementos informação completas e dados permitam comparação com recenceamentos e resultados eleições anteriores.

Lisboa 4-II-49

Presidentes das Comissões distritais

.....

Querendo saber maior urgencia se presidentes camaras passam imediatamente alvarás meus delegados eleitorais peça apresente já requerimentos e diga telegraficamente resultado.

Norton de Mattos

Dr. Genestal Machado

4/II/49 Santarem

O Sr. General Norton Mattos constipado ameaço gripal está hoje cama ponto Medico assistente proibe saida casa dias mais proximos ponto Bastante contrariado certamente não poderá ir ahi proximo Domingo ponto

Mantem-se reunião dia sete.

Secretario

2.º Telegrama da mesma data

Genestal Machado

Para ficar sem efeito o 1.º telegrama.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1949

Excelentissimo Senhor Presidente do Conselho

Venho agradecer a carta de 30 de Janeiro, proximo passado, que Vossa Excelencia me mandou escrever pelo seu Chefe de Gabinete, o Ex.mo Sr. Dr. José Manuel da Costa, e muito especialmente a parte dela sobre um comunicado que esclareça as principais dúvidas que têm sido levantadas por mim e pelos meus Serviços de Candidatura no que respeita á legislação eleitoral.

Publicaram os jornais desta manhã esse comunicado para, infelizmente, não esclarecer por completo essas duvidas.

Tomo a liberdade de incluir copia da carta que acabo de dirigir ao Senhor Ministro do Exercito.

5-II-49 — 4h. 15m

Telegrama

Major Miguel Ferreira

Fafe

Peço a V.ª Ex.ª apresente povo distrito Braga e especialmente concelho Fafe, ocasião sessão propaganda minha Candidatura a realizar amanhã minhas saudações meu grande apreço seu patriotismo e amor Republica ponto

Queira V.ª Ex.ª receber meu vivo agradecimento sua [de]dicação e constantes esforços triunfo nossa causa. Norton de Mattos

Via aerea Lisboa, 5 de Fevereiro, 1949

Ex.mo Sr. Felisberto Gomes Ferreirinha

Avenida Gomes Freire, 39

Lourenço Marques

Meu Ex.mo Amigo

Venho por esta comunicar-lhe que tenho em meu poder a quantia de 22.600$00 que (por meio de cheque do Banco Nacional Ultramarino) me foi enviada para os Fundos da minha Candidatura. Resultou esta quantia de uma subscrição que correu entre correligionarios nossos dessa Provincia, a quem mando os meus maiores agradecimentos.

Sou de V.ª Ex.ª amigo, venerador atento

8 de Fevereiro 1949 Urgente

Presidentes Comissões Distritais

Peço V. Ex.ª informe urgencia detalhadamente estado esse distrito questão delegados eleitorais.

Norton de Mattos

Realisou-se hontem sessão Comissões distritais e mais elementos para discussão caso *ida ou não ida ás urnas.* Atmosfera contra a ida.

Elementos perturbadores contra a ida enviados pelos comunistas muito me indignaram e irritaram.

7 — [Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro para o Governador Civil de Braga sobre as eleições de 1949] *

Ofício Confidencial 376/C 15 Junho 49

Ex.mo Senhor Governador Civil de Braga

Em cumprimento de ordens verbais por V. Exª transmitidas oportunamente, e em obediência ao que no ofício n.º 124, 1.ª Repartição, confidencial, de 8/6/1949 se ordena, procurarei relatar, embora sucintamente, o que sobre as últimas eleições se passou neste concelho, apresentando a V. Ex.ª o seguinte

Relatório

Nos cadernos eleitorais do concelho de Terras de Bouro encontravam-se inscritos para a eleição do Presidente da República e Assembleia Nacional, 1929 eleitores, tendo-se apurado haverem votado 1644 e todos em favor de Sua Excelência o marechal Carmona com uma percentagem de 85%.

Do caderno eleitoral e de harmonia com as instruções superiormente fornecidas foram abatidos 21 e inscritos 17.

Conhecedor, à última hora, de que no concelho existia um grupo de indivíduos anti-situacionistas, que, de porta em porta, mendigavam votos em favor do candidato da opçosição, como no remoto tempo dos "caciques", percorri os lugares do concelho onde a sua acção mais podia influir no resultado da votação. Auscultei o povo e vi que em Terras de Bouro não existia "comunistas" de qualquer côr, a não ser um ou outro descontente, excepção feita, já se vê, aos que do mencionado grupo faziam parte e este composto dos seguintes individuos: Alcino Rodrigues, de Gondoris, que bem pode classificar-se de chefe do grupo, visto haver apresentado uma lista de delegados eleitorais, mas que não chegaram a ser nomeados por falta dos necessários requisitos, Abel João Pires Lage, de Carvalheira, individuo que se ufana em exibir sinais nos braços produzidos por tatuagens e alusivos à maçonaria, Secundino José Vieira de Sousa Braga, de Chamoim, individuo considerado dos mais perigosos do concelho, David José Calheiros, Isidoro Cerqueira Calheiros e José Augusto Teixeira, todos de Cibões, os quais, influenciados pelo referido Abel Lages, também afinam pelo mesmo diapasão e ainda outros que por não terem cotação, me dispenso da citação dos seus nomes.

Os referidos individuos trabalharam abertamente contra a candidatura de Sua Excelencia o Marechal Carmona, pelo que devem os seus nomes figurar nos ficheiros da União Nacional e do Governo do Estado Novo para os fins convenientes.

Embora nada de anormal se tivesse verificado no decorrer do período eleitoral, o certo é que se o candidato da oposição não tivesse desistido, poder-se-ia calcular entre 40 a 45% a percentagem no desfalque da votação neste concelho e, quanto ao pêso com que a campanha abstencionista influiu na referida eleição, pode considerar-se muito pequeno, atendendo à supra-citada percentagem de 85%.

---

* Arquivo Municipal de Terras de Bouro — Correspondência para o Governo Civil. Confidencial, 1949.

É de notar o entusiasmo com que vários individuos (a maior parte dos eleitores) se apresentaram a votar e freguesias houve em que a percentagem quáse atingiu 100%.

De notar é, ainda, o facto de se mostrarem verdadeiramente penalizados muitos eleitores que se apresentaram para exercer o seu direito de voto, e que não o puderam fazer por falta de inscrição e outros considerados oposicionistas haverem exercido aquele direito sem que para tal se tivesse feito qualquer diligencia.

Atentas as circunstâncias expostas e porque a oposição se escuda na promessa de que, no caso duma vitoria, seriam extintos todos os Organismos Corporativos e de Coordenação Económica, organismos esses (não haja ilusões) que são mal vistos por uma grande maioria do povo, certamente por os respectivos estatutos não serem convenientemente executados ou outras razões, parece haver necessidade de uma remodelação, embora pequena, para que o povo, não seja arrastado por individuos de malévolos instintos e o resultado em futuras campanhas eleitorais seja mais animador.

É o que, embora resumidamente, tenho a honra de dizer a V. Ex.ª sobre o assunto vertente.

A bem da Nação

O Presidente da Câmara

Evaristo Armindo Corais

8 — Comissão dos Serviços Distritais da Candidatura de Braga

a) Mensagem da C.S. D. C. de Braga ao Ex.º Sr. General Norton de Matos

Ex.º Sr. General:

Os portadores desta mensagem, delegados da C. S. D. C. de braga, vêm junto de V. Ex.ª na dupla qualidade de mandatários do Candidato de oposição e de representantes das fôrças democráticas do seu distrito.

Como mandatários do Candidato da Oposição, move-os o desejo de continuarem o fecundo contacto pessoal iniciado quando da última estadia de V. Ex.ª em Ponte de Lima, procurando as directrizes através das quais terão de exercer as suas actividades.

Como representates das fôrças democráticas do distrito de Braga — e é nessa qualidade que encontram justificação ccomo mandatários — vêm trazer a V. Ex.ª a expressão do sentir dessas fôrças perante o estádio actual dos problemas da Candidatura.

A primeira incumbência de que se desempenham com o maior regosijo é a de saudar na pessoa de V. Ex.ª o homem que alia a um passado de altos serviços prestados à Pátria nos mais diversos sectores um presente inestimável, de símbolo vivo da unidade de todos os portugueses que lutam pela conquista da Democracia.

É este supremo objectivo da implantação no país das liberdades fundamentais que pressupõe a condição indispensável da unidade, não só aquela unidade de que se encontram possuidas as massas do povo como a que deve inspirar todos os dirigentes da definição duma linha política justa e consequente.

Tem sabido V.ª Ex.ª interpretar esta necessidade em sucessivos documentos e fundamentalmente no manifesto "A Nação" e no "Regulamento interno". E soube-o ainda no feliz momento em que aceitou como seus mandatários os componentes da Comissãao de Serviços Centrais, a quem também desejamos saudar na pessoa do seu Presidente Sr. Dr. Azevedo Gomes, prestigiosa figura de democrata, que, em união estreita com V. Ex.ª — queremos crê-lo, não aceitando senão como absurdas e malévolas algumas notícias postas a correr em contrário — é também garantia da justa condução do movimento em prol da Candidatura.

Animados deste mesmo espírito de unidade, os democratas do distrito de Braga compreendem mais que o carácter da ditadura fascista nos impõe uma luta adequada que não pode moldar-se pela de nenhum outro período histórico anterior, nomeadamente pelo dos últimos anos da monarquia, pois nunca como hoje dominou o nosso País um regime totalitário que, ao arbítrio das medidas policiais, alia uma estrutura completa de coacção moral e material que lhe permite não só suprimir brutalmente o exercicio de todas as liberdades cívicas, como pretender mascarar essa supressão com uma ideologia demagógica e fraudulenta.

Assim, as dificuldades, entraves e violências que têm sido opostas pelas autoridades à Candidatura de V. Ex.ª, bem como outras que são de esperar, e contra as quais temos de estar prevenidos, não são mais que a manifestação concreta deste carácter da situação actual.

Perante elas, porém, não estamos desarmados. V. Ex.ª indicou-nos o caminho quer no manifesto "A Nação" quer ainda no discurso proferido no acto de posse da Comissão de Braga.

Cobrir o país com uma rede de organizações em prol da Candidatura; mobilizar a opinião pública através de uma campanha sistemática de agitação e propaganda; afastar das nossas fileiras todas as tend~encias contrárias à unidade, que pregam a abdicação e o derrotismo ou um optmismo inerte, consciente ou inconscientemente ao serviço dos nossos adversários; e reclamar o reconhecimento das nossas reivindicações – são estes os imperativos da hora presente, tal como os interpretamos de harmonia com V. Ex.ª.

É o manifesto "A Nação" o documento que reputamos definidor de toda a orientação da Candidatura e súmula do pensamento político de V. Ex.ª e de todas as correntes da oposição que a apoiam em intima uniãao. Não podemos, portanto, deixar de repudiar ccom vigor certos boatos de ida incondicional às eleições, atitude esta que, a verificar-se, só poderia favorecer os desígnios do govêrno. Mas as próprias palavras de V. Ex.ª, ao enunciar "o propósito de não colaborar nos actos públicos pré-eleitorais e eleitorais, a que faltem as caracteristicas democráticas da liberdade, seriedade e independência", são para nós a garantia plena de que esses boatos não se concretizarão.

Parece-nos dever chegar brevemente o momento de serem definidas as "reclamações adequadas" referidas naquele manifesto e de que dependerá o concurso ao próximo acto eleitoral por parte da Oposição.

A este respeito sabemos que foi recentemente apresentada a V. Exª uma sugestão pela C. S. D. C. do Pôrto que, na generalidade, inteiramente apoiamos.

Ex.º Sr. General:

Seja-nos permitido, por último, dizer que também até nós chegaram os écos de uma campanha derrotista tendente a criar péssimismo, subestimando as possibilidades da candidatura e sobrestimando as dos nossos adversários no sentido de a anularem.

Ora, se é certo que a ideia duma ida incondicional às eleições seria erro grave, êrro não menos grave seria a decisão de retirar a Candidatura antes de esgotados todos os meios de luta que a mobilização de todas as Comissões dos Serviços e das amplas massas do Povo é capaz de desenvolver em seu apoio.

Porque isto assim nos quer parecer, trazemos como última incumbência declarar que os democratas do distrito de Braga continuam a confiar nas possibilidades da Candidatura e dispostos a lutar, em ligação com V. Exª e a Comissão dos Serviços Centrais, pela realização de todos os objectivos expressos no manifesto "A Nação", para o triunfo em Portugal dda ordem democrática por que todos ansiamos.

Braga, 29 de Novembro de 1.948

A COMISSÃO

Miguel Ferreira
Armando Bacelar
Jose Graça
Antonio Ulysses Taxa Ribeiro
Fernando Marques Coelho Simões
[assinaturas autógrafas]

b) Ofício-Precatório do 1.º Juizo Criminal do Tribunal Plenário da Comarca do Porto N.º 19, 2.ª Secção, Processo Nº 41/50

Porto, 20 de Março de 1950
Ex. Sr. Dr. Juiz de Direito da comarca de
VILA NOVA DE FAMALICÃO

Nos termos do art. 89.º do Cód. do Proc. Penal rogo a V. Ex.ª se digne ordenar a citação dos arguidos: — JOSÉ CASIMIRO DA SILVA, casado, industrial, residente na freguesia de Calendário, gerente da tipografia "Minerva de famalicão"; — o DR. ARMANDO FILIPE CEREJEIRA PEREIRA BACELAR, casado, advogado, dessa vila e ambos dessa comarca, para, no prazo de OITO DIAS, a contar da citação e após três dias de dilação, deduzirem, querendo, a sua defeza e oferecerem o seu rol de testemunhas, — nos autos de corpo de delito , pelo crime constante da acusação dada nos mesmos autos, contido nos art.s 20, 10 e 11 do Decreto 12.008, com referencia ao Decreto de 28-12-910, art. 4.º e ao Decreto 2.270, de 12-3-916, art. 1.º - crime de imprensa – e crime contra a segurança do Estado nos termos do art. 174 par. único, n.os 1.º e 2.º do Cód. Penal,

Consigna-se, para os devidos efeitos, que o referido processo pende na 2ª Secção deste Juízo e que a citação solicitada deverá fazer-se nos termos do art. 42º e seu parágrafo do Decreto n.º 12.008, de 29 de Julho de 1926, tudo constante da queixa que segue por cópia. O QUE SE CUMPRIRÁ com observância das formalidades legais e com a

DILAÇÃO MINIMA
A bem da Nação
O Juiz Presidente
as) *Cura Mariano*

CÓPIA DA QUEIXA DCEDUZIDA NO PROCESSO DE CORPO DE DELITO CONTRA JOSÉ CASIMIRO DA SILVA E OUTROS:

Queixa numero 20 para Plenário. — Vão os autos conclusos ao M. Juiz Presidente, porquanto em queixa definitiva contra os arguidos JOSÉ CASIMIRO DA SILVA, casado, de 48 anos, industrial, nascido e residente na freguesia do calendário da comarca de Vila Nova de Famalicão; DR. ARMANDO FILIPE CEREJEIRA PEREIRA BACELAR, casado, de 30 anos, advogado, nascido e residente nessa Vila e comarca; DR. JOSÉ GRAÇA, casado, de 58 anos, médico, natural da freguesia de Santa Maria dos Olivais, comarca de Tomar e residente na cidade e comarca de Braga, Rua do Raio, n.º 173; MIGUEL AUGUSTO ALVES FERREIRA, viuvo, de 71 anos, proprietário, natural da freguesia de Tecla, comarca de Celorico de Basto, residente na freguesia de Antime, comarca de Fafe; DR. FERNANDO MARQUES COELHO CORREIA SIMÕES, solteiro, de 40 anos, Licenciado em Direito, natural da freguesia de Santo Adrião, comarca de Vila Nova de Famalicão, residente na cidade e comarca de Braga, Avenida Central, n.º 93; JOAQUIM VITOR BATISTA GOMES DE SÁ, casado, de 28 anos, comerciante, natural da freguesia de Cambezes, comarca de barcelos, residente em Braga, Rua do Chão, n. 98, diz o Ministério Público PRIMEIRO – O primeiro arguido, encarregado pelo segundo, fez imprimir na sua tipografia sita em Famalicão, freguesia de Calendário, cerca de 7.000 exemplares da publicação junta a fls. 12, intitulada "Eleições Livres", datada de 8 de Janeiro de 1949 e editada pela "Comissão

Distrital de Braga dos Serviços de Candidatura do general Norton de Matos" com indicação do seu "Boletim Interno", cujo conteudo era do conhecimento do primeiro arguido; SEGUNDO – Esses exemplares foram transportados para a cidade de Braga, onde foram espalhados e distribuídos na sua quase totalidade na sessão de propaganda de candidatura do general Norton de Matos à eleição para a Presidência da República, que na noite daquele dia aí se realizou no teatro Circo, tendo sido arguido Dr. Armando Bacelar que fez o transporte e a entrega para serem distribuidos. TERCEIRO – A edição, publicação e difusão do referido impresso foi decidida pelos arguidos Dr. Bacelar, Dr. Graça, Miguel Ferreira, Dr. Simões e Joaquim de Sá, como membros da Comissão Distrital de Braga da Candidatura do General Norton de Matos. QUARTO – O impresso em causa contem informações falsas ou tendenciosas susceptiveis de causar alarme ou inquietação pública. Dásse como reproduzido o seu conteudo, salientando-se, entre outras, não obstante, as seguintes passagens: .....

QUINTO – Os factos articulados constituem crime de imprensa nos termos dos art.s 20, 10 e 11 do Decreto 12.008, com referência ao decreto de 28-12-910, art. 4.º e ao Decreto 2.270, de 12-3-916, art. 1.º o crime contra aa segurança do Estado nos termos do art. 174 par. único, n.os 1.º e 2.º do Código Penal. entendendo-se que este art. 174 observa na sua primacial incriminação as demais infracções com elementos comuns, mas integra nele e chama a si a pena mais grave que nessas outras infracções seja cominada, é de considerar os arguidos como autores do crime contra a segurança do estado já referido mas punidos com referência à pena do art. 10 do decreto 12.008, verificando-se assim a competência do Tribunal plenário e portanto a deste juizo para conhecimento da acusação. SEXTO – Pelo exposto, contra os arguidos deduzo a presente queixa definitiva e Promovo que, recebida e aceite sejam eles presos ou caucionados no valor de 20.000$00, seguindo-se os demais termos do processo correcional até final julgamento pelo Tribunal Plenário Criminal e condenação dos réus nas sanções legais. SÉTIMO – Promovo ainda que, ouvidos os acusados, lhes seja provisoriamente aplicada a medida de suspensão de direitos políticos. TESTEMUNHAS: 1ª - Ernesto da Costa, fls. 16; 2.ª Alberto Cândido Rebelo Branco, fls. 18; António Maria de Araújo, fls. 41; 4.ª - Manuel Luís Macedo Farinha dos Santos, fls. 37; Catorze de Março de 1950, a) Simões de Oliveira.

Está conforme
Porto, 20 de Março de 1950
O chefe da secção ajudante

c) Carta do General Norton de Matos ao Major Miguel Ferreira e Dr. José Graça

Ponte do Lima, 2 de Abril de 1950

Ex.mos Senhores
Major Miguel Augusto Alves Ferreira
e Dr. José Graça

Meus muito presados Amigos:

Deram-me V. Ex.as ontem, pela tarde, conhecimento de que contra a Comissão Distrital de braga dos Serviços da minha Candidatura à Presidência da Républica corre uma acusação de crime contra a segurança interior do Estado e abuso de liberdade de

imprensa a propósito da publicação do boletim interno "Eleições Livres". Dei a presidencia dessa Comissão a V. Exª, Sr. Major, e lembro-me de que, dada a sua residencia fora de Braga, confiei especialmente ao Snr. Dr. Graça a função de o secundar na capital do vosso distrito. São ambas V. Ex.as dois antigos republicanos, cheios de serviços à nossa Pátria: V. Ex.ª Snr. Major, combatente da primeira grande guerra onde fez brilhar o seu nome de oficial do Exercito; V. Exª, Snr. Dr., médico de uma populosa cidade, onde tão grandes e altruístas benefícios de assistência médica prestou e continua a prestar; ambos meus dedicados amigos a quem do coração estimo, a quem muito respeito e admiro. Os outros membros da Comissão referida, minha delegada e mandatária, foram-me indicados por V. Ex.as e por outros amigos nossos e, desde que pesei as informações que, a respeito deles, me foram prestadas, nunca mais a minha convicção sobre a sua idoneídade, o seu elevado carácter e o seu grande patriotismo foi por qualquer forma diminuída.

Em vista disto, não podia deixar de me produzir profunda impressão a noticia que V.as Ex.as me deram. Perturbou-me ela intensamente durante a noite que acaba de passar, afligiu-me, entristeceu-me e, principalmente trouxe mais desânimo à minha alma de português.

Esta manhã, mal despontava a alvorada, acordei com a resolução de lhes escrever esta carta. Podem V. Ex.as fazer dela o uso que entenderem.

Fui pressurosamente reler o numero único da publicação intitulada "Eleições Livres", sobre o qual se baseia a acusação, e lido o primeiro artigo dirigido "Ao Leitor" e tendo-o ponderado linha por linha, palavra por palavra, exultei, porque nada de mais digno, de mais compreensivo e correto e sobretudo de mais patriótico se podia dizer do que nele se diz. É quase um hino à Pátria e define por inteiro a índole, a correcção, o amor de união, o respeito mutuo que tão profundamente caracterizam o povo português.

Tomo a liberdade de respeitosamente chamar a atenção dos juízes e dos tribunais da minha terra a quem competir julgar a "acusação" referida para este artigo e peço-lhe encarecidamente, do alto da minha idade e do meu grande amor por Portugal, que nas suas consciencias pesem se quem redigiu e publicou, que foi a Comissão acusada, como se vê da assinatura, seria capaz de destruir, fôsse de que maneira fôsse, as suas intenções, a sua orientação, o seu firme propósito de proceder, em toda a campanha eleitoral que estava decorrendo, com a maior dignidade, correcção e patriotismo.

Tem a data de 8 de Janeiro de 1949 esta publicação e foi principalmente em face dessa data que aquela tristeza e aquele desânimo que manifestei ao principiar esta carta se apoderaram de mim, após as notícias que V.as Ex.as, meus Amigos, me deram.

É de 14 de Março de 1950 a acusação. Decorreu, portanto, mais dum ano entre a publicação do numero único referido e a "acusação" de infracção ou crime que sobre essa publicação se lança. Tem isto qualquer justificação, qualquer conveniência? Não vem esta acusação, que sem dúvida representa o reviver de acontecimentos há tanto tempo passados, quebrar a acalmação, o sereno apreciar da situação, em que se encontra Portugal, quer internamente quer externamente, perturbar o estudo e a análise dos melhores meios de procurar dar remédio ao que houver de mau e de perigoso nessa situação, sem lutas fratricidas, sem paixões de qualquer espécie e a pensar apenas no bem dum Pátria que é de todos?

Faço estas perguntas, sem censura ou menospreso para ninguem, com a consideração que sempre me merecem as opiniões dos meus concidadãos, desde que elas visem, acima de tudo, o bem, o prestígio e o engrandecimento de Portugal; faço-as com a larga experiencia e com o profundo conhecimento das cousas portuguesas que a minha longa vida e as missões que tenho desempenhado me permitiram adquirir; manifesto com elas o propósito firme, nascido em mim imediatamente à desistencia da minha Candidatura à Presidência da Républica, de continuar a luta contra uma situação política com que não concordava, mas com a maior serenidade, sem quaisquer provocações ou recreminações e baseando-a inteiramente no apaziguamento da extensa e ampla comunidade portuguesa. E assim tenho procedido sem, para tanto ter de abandonar o aberto campo de luta e oposição que resolvi escolher.

Sou forçado, meus amigos, a analisar a matéria da "acusação" que à Comissão dos Serviços da Candidatura no distrito de Braga, minha mandatária, por mim nomeada e empossada, acaba de ser feita.

Em primeiro lugar, é dever de quem acusa (e do julgador, se o julgamento vier a ter lugar) olhar à época em que os actos incriminados se deram. Bem sabemos todos quanto o decorrer do tempo altera a gravidade de procedimentos humanos, quer aumentando-a quer diminuindo-a. E assim, actos praticados por portugueses durante o período iniciado com a apresentação da minha Candidatura no Supremo Tribunal de Justiça, em 9 de Julho de 1948, e terminado com a realisação das eleições presidenciais, em 13 de Fevereiro de 1949, não podem, de modo algum, ter a mesma importância, peso e gravidade que teriam se praticadas fossem antes ou depois desses 7 meses.

A atmosfera política, a densidade das responsabilidades eram inteiramente diferentes dos anteriores e dos seguintes, no período que acabo de indicar.

Bastaria, a meu ver, respeitosamente e afirmo, este incontestavel facto, junto aos dois já indicados do altamente nobre modo de ver do primeiro artigo da publicação "Eleições Livres" e do que resultará de fazer reviver, com a "acusação" referida, a atmosfera fatalmente apaixonada, como é em todas as nações do mundo, durante épocas eleitorais caracterizadas por fortes oposições, para se concluir que nada se ganhaará e muito se perderá, no que respeita aos altos interesses nacionais, em levar por deante esta "acusação".

Tenho, porem, de lhes dizer, meus amigos, e com consciencia o digo, que para mim nada vejo que justifique a acusação feita.

Em primeiro lugar, não julgo motivo de reparos o facto de se ter feito imprimir, durante o período eleitoral, a publicação "Eleições Livres" e procedido à sua destribuição sem licença de impressão ou censura prévia, pois que o contrario, isto é, pedir licença para imprimir e submeter à censura prévia tais publicações equivaleria a colocar inteiramente a propaganda da minha Candidatura nas mãos dos portugueses a cuja política e processo administrativos e sociais me estava opondo.

Quando, em 11 de Julho de 1948, reuni na casa onde morava em Lisboa os jornalistas nacionais e estrangeiros, já tinha redigido e impresso o meu "Manifesto à Nação". Entreguei-o de mão para mão a esses jornalistas e fi-lo circular aos milhares pelo território portugues dàquem e dàlém-mar. O mesmo fiz aos dois livros de propaganda que publiquei e a maior parte dos meus numerosos discursos. Do manifesto tive a honra de remeter um exemplar a Sua Excelência o Sr. Presidente do Conselho e a mesma honra tive quanto à "Organização dos Serviços da minha Candidatura", em que

fixei as normas para a composição das diversas "Comissões" minhas mandatárias e a maneira de se proceder à propaganda da Candidatura. Nessa "Organização de Serviços", que considero o mais benéfico e elevado de todos os documentos eleitorais que tive a ventura de redigir, disse o seguinte;

"Deve ser feita pelas "Comissões dos Serviços Destritais da Candidatura" a mais intensa propaganda da Candidatura. A propaganda será baseada num manifesto à Nação, noutras publicações egualmente da autoria do Candidato ou por ele aprovadas, em quaisquer directrizes, e normas de Orientação do Candidato recebidas e em interesses nacionais e regionais. A maior elevação e cordura deverá sempre presidir à propaganda. Nenhumas ameaças e desígnios de represálias deverá ela conter. A Candidatura tem por principal fim unir todos os portugueses, estabelecer entre eles a maior harmonia, de modo que Portugal se possa entregar inteiramente sem divisões, ódios, violencias e faltas de completo respeito pela pessoa humana, ao engrandecimento a que tem tem direito e à melhoria das suas condições de vida que fácilmente pode obter com o seu trabalho, com integral aproveitamento dos seus recursos e com as admiráveis qualidades dos seus habitantes brancos e de côr".

E continuei dizendo, naquela data de 16 de Agosto de 1948:

"Ao terminar estas Instruções faço um apêlo a todos os membros das Comissões Destritais, atodos os cidadãos que com essas Comissões de Serviços estejam ou venham a estar directa ou indirectamente relacionados e a todos os portugueses dàquém e dàlém-mar que constituem a grande, forte e conscienciosa oposição ao actual regime, para que, sem saltar fóra dos meios legais, ordeiros e pacíficos, exerçam a maior actividade para se consagrar a vitória desta Candidatura nacional e patriótica, que outra cousa não tem em vista que não seja a Paz, a Civilização, o maior bem-estar, o prestígio e o engrandecimento da nossa Pátria, como elemento essencial de pacificação e do bem-estar de toda a humanidade"

Releio a publicação "Eleições Livres", redigida e publicada pela "Comissão Destrital de Braga" e verifico mais uma vez que a sua redacção se baseia inteiramente no meu Manifesto e nas Instruções e normas que acabo de transcrever para esta carta. Vejamos.

Leio a abertura do artigo (coluna 1ª, página 2) dirigido "Às Mulheres" e, ressalvada aquela atmosfera eleitoral a que já me referi, não vejo nele qualquer coisa que possa classificar-se como "informações falsas ou tendenciosas susceptíveis de causar alarme ou inquietação publica e de serem contrárias à segurança do estado". Não estamos nós agora a ouvir pronunciar palavras idênticas na Assembleia Nacional em relação ao Alentejo e principalmente a estes dois distritos do Minho? Não estamos nós a assistir à tremenda miséria que nesta região está lavrando, e lastimamos que não sejam tomadas as providencias necessárias para que atenuar este tão deplorável estado de cousas?

No mesmo artigo (2ª coluna, pagima 2), fala-se com mais violencia, é certo, devida sem dúvida também àquela atmosféra eleitoral, em protestos a acompanhar reclamações para melhoria da aflitiva situação, e afirma-se que a esses protestos e reclamações, a fazerem-se, só se responderá com a policia e a prisão. Mas não está agora a "acusação" a que me venho referindo nesta carta a demonstrar que esses receios eram justificados?

Nas últimas linhas da última coluna da pág. 2 e voltando para a 3ª pág., escreve-se sobre os salários baixos e da impossibilidade de obter com eles alimentação

suficiente. mas não tinha eu já dito no meu Manifesto à Nação, *base fundamental de toda a propaganda,* que era indispensavel "adoptar amplas medidas de assistencia e segurança social... garantir a vida sã, a higiene de trabalho, a sustentação no desemprego, na invalidez e na velhice, e resolver os problemas primordiais da alimentação e habitação do povo portugues", o que tudo claramente significava que eu estava convencido, como ainda hoje o estou, de só uma pequena parte de tudo isto existia em Portugal, e essa pequena parte confusa e desordenamente executada?

Recordo-me bem que, durante a minha Candidatura, eu dei a amigos do minho um apontamento para ser usado pela propaganda em matéria de salários, segundo o qual, nos tempos da minha mocidade um bom trabalhador rural ganhava 1$200 por dia, mas, como o milho estava então a $400 por alqueire, ele podia comprar 3 alqueires desse cereal com o seu salário diário; hoje o salário máximo de um bom trabalhador é, no Minho, de 20$00, mas com esse salário, ele pode apenas comprar meio alqueire de milho. Facil é concluir que se tem vindo a caminhar lentamente para a miséria da vida nos campos e que, sem duvida, grandes rfesponsabilidades cabem neste agravamento da miséria da maior parte da população dos portugueses que teêm tido nas suas mãos o poder neste último quarto de século.

Todas as críticas, todas as censuras aos governantes, mesmo as por vezes apaixonadas, como acontece em períodos de eleições, são sempre benéficas e úteis. poucos homens publicos têm sido tão ferozmente criticados e combatidos como eu. Foi sempre meu habito procurar a razão desses ataques à minha pessoa. Por vezes, reconhecia neles um fundo de justiça: - será necessário para proteger os pretos portugueses de Angola arruinar os colonos europeus, tão portugueses como eles? Era, ainda que ocultamente, nesta pergunta que o ataque se baseava e eu tive de enveredar por caminho que me permitisse proteger e beneficiar os pretos, sem o menor desfalecimento da minha parte, melhorando ao mesmo tempo as limpas e justas condições de vida dos brancos. E assim se fez a grande transformação que está presidindo à nova Angola. Por vezes as análises de campanhas contra mim mostravam-me que eu tinha-me enganado nas medidas de governo e administração que com a melhor das intenções, tomara; e tratava de as revogar e adoptar outras. por vezes, em face de ataques serrados e espalhafatosos, convencia-me de que se tratava apenas de interesses inconfessáveis, e de abjectas calunias e limitava-me a encolher os ombros, sacudindo para longe essas calunias e esquecendo-as.

Mas continuemos na análise respeitosa da "acusação". Na mesma 1ª coluna da Pág. 3 da publicação "Eleições Livres", outras linhas mereceram reparo ao acusador: - quatro delas referem-se à alimentação e estão incluídas na propaganda que o meu manifesto faz e aconselha, como dito ficou; outras referem-se a estatísticas que nos colocam mal no mapa da Europa. Ninguem pode negar a vantagem de publicar estatísticas dessa natureza, seja para fazer merecidos elogios, seja para verberar descuidos imperdoaveis.

E assim somos conduzidos à dupla página central (pág. 4 e 5) da publicação, redigida sob o título "A Política Económica do Governo". Alguns reparos (cinco apenas neste compacto e longo artigo) faz a "acusação" à crítica severa publicada nas "Eleições Livres" sôbre a Política Económica do Governo actual. Essa crítica baseia-se também no meu manifesto, noutros escritos e palavras minhas, e pode resumir-se da seguinte maneira: "O povo portugues, no seu conjunto tem continuado a empobrecer, no ultimo quarto de século; e fazendo parte dele e dentro dele uma pequena minoria

tem enriquecido fabulosamente". Todos sabem que isto é assim. Poderia a minha propaganda eleitoral deixar de o dizer?

Faz-se a conclusão deste artigo "politica e económica" no fundo da pág. 6 da publicação incriminada, quando se refere à porta aberta ao capital extrangeiro. Dizem-se ali verdades como punhos, mas julgo do meu dever dizer-lhes, meus Amigos, que este nefasto procedimento de deixar ir para os outros o que obtivemos, produzimos e ganhamos como o nosso esfôrço vem de muito longe. Todos os resultados materiais das nossas navegações e ocupações do àlém-mar se sumiram quase desde a primeira hora em direcção a nações estrangeiras, nada nos ficando das fabulosas riquezas que dessas longes terras trouxemos. Acabamos por ver que isso era um grande erro e principiamos no último meio século de Monarquia e nos anos da República a reagir contra este anti-económico e tão nosso modo de ser; mas esta reacção tem sido lamentavelmente vagarosa e com lastimaveis paragens, sem ser guiada por uma política nacionalmente firme, e natural foi portanto, que numa campanha eleitoral se fizessem incidir responsabilidades em tão gravissimo assunto sobre um regime que, ha 23 anos estava de posse do governo da nação.

Creio que não há interesse em cansar mais a vossa atenção, meus Amigos, sobre os reparos que a "acusação" faz ao artigo de pág. 6, intitulado "Interessante Diálogo", a que só faltam as caricaturas de Bordalo Pinheiro.

Ocupa-se a pág. 7 principalmente da instrução. No meu Manifesto escrevi o seguinte como necessidade urgente de Portugal.

"Reforma profunda do ensino público; instrução primária largamente difundida e gratuita; instrução secundária tendendo como aquela para a gratuitidade e para o aspecto dominante de escolas de continuação proficional; generosa dotação do ensino superior e da investigação cientifica, integrando a Universidade na função social de democratisação da cultura. Impulso sincero e decisivo à obra nacional de educação e de cultura popular".

Apesar de muito bom, o artigo "O Prof. Bento Caraça, o ensino e o Estado novo", ficou aquem dos meus ardentes desejos, sobre a instrução e a educação do meu país.

Na mesma pág. 7, vem um artigo intitulado "O que é a Democracia" que, juntamente com o primeiro artigo, dirigido "Ao Leitor", deveria ter feito hesitar o autor da "acusação", com boa mente e sempre com o mesmo respeito o digo. Nesse artigo, diz-se: "A Democracia é um regime de liberdade e justiça e a sua expressão politica mais perfeita é a República". nada poderia expressar melhor a doutrina que eu sempre segui e me guiou na minha qualidade de Candidato à Presidencia da Républica.

Vou concluir, mas antes disso ainda vos quero dizer que li com a mais profunda atenção a principal parte das propagandas levadas a cabo nos estados Unidos da América do Norte e da Inglaterrra, quer oralmente quer escrita, a respeito da eleição do Presidente da Républica, na primeira nação citada, e dos membros da casa dos Comuns, na segunda. Por vezes me feriu no meio desta acanhamento e quase timidez infantil em que quase todos vivemos actualmente em Portugal, a violência e o tom agressivo das acusações aos candiatos diversos e aos partidos diferentes que às eleições concorriam, aos idiais e princípios que eles personificavam ou arvoravam como programas políticos. Tudo o que se lê na publicação "Eleições Livres", noutras publicações que do meu lado apareceram, minhas ou de cidadãos que me apoiavam, todos os discursos por mim e pelos meus colaboradores proferidos, podem classificar-se, em comparação com o diatribico escrever e com o àspero falar dos escritores e

oradores anglo-saxões dum e doutro lado do Atlantico, como limpidas gotas de orvalho sobre pétalas de rosas.

Depois de tudo o que acabo de escrever, que me compete dizer-vos, a vós dois, meus velhos Amigos, e a toda a Comissão Destrital da minha Candidatura de Braga? Que aguradeis serenamente e tranquilamente os resultados, as consequencias desta acção judicial apenas inciiada; que punhais este caso nas mãos dos advogados que escolherdes; que procureis serenamente evitar qualquer cenário espectaculoso, onde se procure renovar propaganda seja de que espécie fôr, pois que fui eu o primeiro a indicar que era necessário termina-la, dissolvendo, no dia seguinte ao da eleição do Presidente da República, todas as Comissões dos Serviços da minha Candidatura, e todos vós como eu, recolhemos tranquilamente às nossas casas, aos nossos afazeres, ao exercício das nossas profissões, com a plena consciencia do dever cumprido, sem esquecermos, porem, que continuavamos a ser, acima de tudo, cidadãos portugueses.

Se carecerdes de mim, dizei-me. Eu nunca abandonei quando de mim precisou, um colaborador e um companheiro dos trabalhos da minha vida e irei dizer, onde fôr preciso, quanto vos estimo, considero e respeito, e quão bem soubesteis cumprir, como meus mandatários, as instruções que vos dei, a orientação digna e patriótica que vos marquei. e declararei mais publicamente que se alguem ha que mereça censura, reprovação e castigo em tudo o que se passou do meu lado, na minha Candidatura, já lá vai mais de um ano, esse alguem só posso ser eu.

E assim termino esta carta.

Sou, com a maior consideração e estima,

De V.as Ex.as
amigo muito dedicado e grato

Edição da Câmara Municipal de Braga

Separata do Vol. L
da Revista Cultural BRACARA AUGUSTA